

Dossiê *Evocações*

Mozart
Cézanne
Beckett
Freud

em ano
de efemérides



RUA
LARGA

REVISTA DA REITORIA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA



S U M Á R I O

4 • A Galinha dos Ovos de Ouro • Fernando Seabra Santos

REITORIA EM MOVIMENTO

6 • Construir oportunidades • A. Gomes Martins
8 • Colóquio “Cultura e Comunicação Social” • João Gouveia Monteiro

OFICINA DOS SABERES

A c t u a l

11 • A UC está a Acreditar • Marisa Silva, Patrícia Neves e António Queirós
12 • Gripe sazonal e gripe aviária • Vítor Manuel Jorge Duque
14 • População e desenvolvimento humano • João Luís Fernandes
16 • E têm nomes os deuses!... • José d’Encarnação
17 • Os livros que ficaram por dizer • Joana Cortez e Clara Almeida Santos

I m p r e s s õ e s

20 • A nova biblioteca da FDUC (para lá do sonho) • José de Faria Costa
23 • Corpo com deficiência e identidade individual • José Pedro Leitão Ferreira
24 • Encontros com Fernando Lopes Graça • Joel Canhão
26 • O fotógrafo Carlos Relvas e a Figueira da Foz • Guida Cândido
30 • A Estufa do Jardim Botânico e a arquitectura do ferro do séc. XIX • Fausto Custódio Moreira

B r e v e s

R i b a l t a

35 • Instituto de Investigação Interdisciplinar
37 • Gabinete de Saídas Profissionais da UC
38 • Museu da Pedra do Município de Cantanhede
40 • Teatro Municipal da Guarda

C i ê n c i a R e f l e c t i d a

43 • Encontro de António Dias Figueiredo e Gonçalo Quadros

A O L A R G O

D o s s i ê

Evocações

49 • Mozart para lá dos estereótipos – Rui Vieira Nery
51 • Cézanne: A fonte da modernidade – Tânia Saraiva
53 • Samuel Beckett: A vida dentro da própria cabeça – Manuel Portela
57 • Freud, revolucionário de rosto humano – Eduardo Sá e José Sargento

C r ó n i c a

59 • Dos lugares onde • Rui Bebianco

R e t r a t o d e C o r p o I n t e i r o

61 • Karl Heinz Delille: “Todo o trabalho cultural tem uma componente subversiva”

C r i a ç ã o L i t e r á r i a

65 • Homero • Almeida Faria

O L u g a r d o s L i v r o s

A g e n d a

A GALINHA DOS OVOS DE OURO

Embora me empenhe, com toda a força das minhas capacidades, na exigência de um tratamento adequado para a Universidade de Coimbra, não tenho o hábito de lamentar publicamente a escassez de recursos que lhe são transferidos pelo Estado. Faço-o, porque entendo que a exposição miserabilista de dificuldades, muito embora pudesse ajudar a justificar um ou outro objectivo pessoal menos bem conseguido, não só não resolve nenhum problema à instituição, como ainda prejudica a sua imagem e o seu desempenho. Esta opção não me inibe de criticar políticas, e é o que procuro fazer com o presente texto.

A profundidade do anunciado sub-financiamento das Universidades para 2007, a níveis nunca vistos nas últimas dezenas de anos, impeliu-me a apresentar ao Senado, que a aprovou por unanimidade, uma moção em que se critica essa decisão e da qual aqui exponho o fundamental. Fi-lo e faço-o em defesa do desenvolvimento do País, porque acredito que há mais vida para além do défice e que só com essa vida, da qual as Universidades representam simultaneamente a base genética e a mutação, se pode, aliás, combatê-lo.

As Universidades têm contribuído responsabilmente para o equilíbrio das despesas públicas. Não só não geram desequilíbrios orçamentais nem derrapagens na execução, como até têm sido capazes de acomodar, através das receitas próprias que realizam pelo trabalho não obrigatório dos seus membros, ano após ano, pelo menos desde 1998, uma percentagem crescente das suas despesas de funcionamento corrente e de investimento, bem como aumentos de vencimentos, valorizações de carreiras e mudanças de escalão, despesas que decorrem da lei ou que fazem face a compromissos directamente negociados entre o Governo e os sindicatos e que deveriam, portanto, ser suportadas por verbas do orçamento transferido. Estas provas de bom desempenho, mais do que a referência às competências próprias que devem sempre ser invocadas com sobriedade, conferem credibilidade às opiniões das

FERNANDO SEABRA SANTOS*

Universidades em matéria de preparação do Orçamento de Estado.

As intenções do Governo para 2007 traduzem-se num corte generalizado do orçamento de funcionamento de quase todos os Ministérios, sendo as Universidades afectadas com cortes nominais que variam entre 5 e 7,5%, relativamente ao orçamento de 2006. É possível demonstrar que não existem actualmente mecanismos legais que permitam a algumas Universidades encaixar estas reduções de orçamento. Assim sendo, e porque nos parece igualmente irrealizável, em contexto de fraco crescimento económico, um aumento significativo de Receitas Próprias, o cumprimento da regra do equilíbrio orçamental pode ficar prejudicado. Será isso que se pretende? Mais difícil se torna, igualmente, a captação de financiamentos comunitários que requeiram participação da instituição, o que representa um constrangimento adicional à realização de receitas e ao caminho de inovação e de modernização que as instituições vêm trilhando.

É de lamentar que as Universidades não tenham sido preservadas deste cenário de restrições orçamentais generalizadas. Não porque devam estar acima dos restantes sectores do Estado, ou resguardadas do esforço colectivo nacional de equilíbrio das contas públicas, mas porque o relançamento sustentado da economia, a abertura de vias de progresso e a criação de riqueza só poderão concretizar-se com um sistema científico forte e com cidadãos qualificados. Estrangular as Universidades, que são responsáveis por essa qualificação, que alojam as actividades de investigação científica e que financiam, em larguíssima medida, as suas despesas de pessoal e de funcionamento, é adiar o desenvolvimento económico do País, é definhar o sector que nos há-de fazer sair da crise, é matar a galinha dos ovos de ouro.

* Reitor da Universidade de Coimbra



reitoria em movimento

CONSTRUIR OPORTUNIDADES

Há períodos em que a mudança é mais acentuada do que em outros, em que a capacidade de adaptação das sociedades dita o seu novo posicionamento relativo, sempre diferente do anterior. Poderia aqui, com propriedade, retomar-se Heráclito ou Camões, tão pouco nova é esta constatação.

Corre-se, em todas as épocas, o risco de considerar que as mudanças que estão a ocorrer são muito mais profundas do que as anteriores, que nunca se terá vivido uma tão ampla crise de alterações dramáticas nos estilos de vida, nos valores, nos hábitos, com aculturação da sociedade, etc. Reconhecido este risco e relativizando, a partir daí, o discurso, restam a razoabilidade, que é um dos mais seguros valores residuais e, ainda, as convicções, os princípios e a capacidade de preparar respostas aos cenários de futuro que se afigurem plausíveis.

Vêm estas reflexões a propósito dos atributos das mudanças em que estão envolvidas as instituições de ensino superior e a Universidade de Coimbra em particular. Gostaria de reter, para um desafio de reflexão ao leitor, um dos atributos que tem sido mais enfatizado, explícita e implicitamente, no discurso dominante. Trata-se de, formalmente, colocar o interesse do cidadão acima de todos os outros. Ou, equivalentemente, o da sociedade, na perspectiva de que esta é constituída por cidadãos cujos interesses individuais como consumidores deverão ser preservados acima de tudo.

Com este primado propõe-se, defende-se e constrói-se um edifício de valores e de regras que passam a condicionar os comportamentos das instituições, a informar as respectivas estratégias e a motivar mudanças organizacionais. Por exemplo, hoje, após a instalação do ambiente competitivo entre as instituições de ensino superior com a Lei do financiamento, há um quadro de objectivos institucionais, melhor concretizado nuns casos do que noutros, que não é muito diferente de instituição para instituição.

A. GOMES MARTINS*

VANTAGEM COMPETITIVA EM VALORES MARGINAIS

Esta uniformização de comportamentos constitui um padrão natural. As principais instituições apostam todas (ou dizem apostar) na qualidade da formação, na projecção internacional da investigação científica e no fomento da interdisciplinaridade na ciência, na modernização administrativa e na qualidade da gestão, na comunicação institucional, na difusão da cultura, na promoção do emprego e no acompanhamento dos graduados, na diversificação da oferta formativa para captar novos públicos, no empreendedorismo, na interface com a economia real, na mobilidade internacional dos estudantes.

Esta situação faz com que a chamada vantagem competitiva se estabeleça em função de valores marginais para o mesmo conjunto de variáveis: uma instituição escolhe um determinado equilíbrio entre apostas nas diversas direcções, enquanto outras usam ponderações diferentes, procurando cada uma, idealmente, ter vantagem face às outras em todos os campos, embora sabendo que tal é improvável.

As várias vertentes da avaliação em que está presente-mente envolvido o ensino superior no nosso país, nomeadamente a institucional, por painéis internacionais da EUA, a do sistema de ensino superior pela OCDE e a tendente à criação da agência nacional de acreditação, pela ENQA, têm em comum o paradigma da transparência e da prestação de contas pelas instituições. Afirma-se que as realidades devem ser conhecidas da sociedade, tanto no que diz respeito aos recursos disponíveis – físicos e humanos –, como no que concerne aos desempenhos pedagógico e científico, como no que tem que ver com o uso dado aos recursos financeiros disponibilizados. Afirma-se, ainda, que deste conhecimento resulta a capacidade para comparar, meio caminho

andado para favorecer as instituições que prestam um melhor serviço à sociedade e para penalizar as que prestam um serviço menos bom.

Fácilmente se pode admitir que a referência subjacente a este paradigma, a da defesa dos direitos do cidadão consumidor, não é a única que o pode usar como instrumento de intervenção. Uma visão mais holística ou, porque não admiti-lo, mais humanista, poderá tirar um óptimo partido do paradigma da transparência e da prestação de contas, ainda que num horizonte mais mediato e em condições diferentes, tendo em vista procurar incessantemente o melhor resultado possível para o desenvolvimento e o progresso das sociedades, numa cultura de responsabilização dos decisores e de defesa do interesse público.

POSIÇÃO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Assuma-se que pressuposto se queira assumir, a aplicação destes princípios – que não é nova, apenas se intensifica e se densifica – está aí, como mudança maior dos tempos que correm. A nossa Universidade tem procurado de forma muito intensa corresponder-lhe e está numa posição, por enquanto, que até parece colocá-la em vantagem de vários pontos de vista. Mas esta mudança está apenas a começar e é por isso aconselhá-

vel que os nossos auto-comprazimentos, embora legítimos e até necessários, nos forcem a continuar em vez de descansar. A nossa capacidade de resposta será tanto maior quanto mais qualidade e quanto mais agilidade conseguirmos assumir.

Qualquer avaliação externa olha para a Universidade de Coimbra na ignorância das fronteiras internas e das razões que levam a que haja ineficiências que decorrem delas. Tenderá a ser mal considerado que haja necessidades de investimento em melhorias de qualidade, por exemplo, de ensino laboratorial, e que se registre aumento de saldo da dotação de Orçamento de Estado num dado ano. Assim como tenderá a não beneficiar a avaliação da UC, no seu conjunto, um desempenho menos bom numa dada unidade orgânica no uso de tecnologias de informação no apoio ao ensino. Também será toda a UC a ser penalizada se, num dado curso, houver um insucesso escolar injustificado à luz de bons princípios de prática pedagógica.

A vantagem competitiva não é um valor em si próprio. Pode informar paradigmas de natureza mais estreita ou mais humanista. Mas tornou-se num objectivo institucional procurá-la em todos os campos. Sem fronteiras intra-institucionais que o prejudiquem.

* Vice-Reitor para a Gestão Administrativa,
Financeira e de Recursos Humanos



COLÓQUIO “CULTURA E COMUNICAÇÃO SOCIAL”

JOÃO GOUVEIA MONTEIRO *

UM COLÓQUIO, VÁRIOS PARCEIROS

Com o recomeço das actividades lectivas e o consequente arranque do novo ano escolar, aproxima-se a data de realização do “Colóquio de Outono”, que a Reitoria da Universidade de Coimbra vem promovendo desde 2003.

Desta feita, o tema será “Cultura e Comunicação Social” e as datas escolhidas 21 e 22 de Novembro de 2006. O Colóquio, a realizar no Auditório da Reitoria, tem como objectivo promover uma reflexão séria acerca do lugar que a Cultura ocupa na comunicação social portuguesa (jornais, rádio e televisão).

O formato deste evento é muito simples. Uma conferência de abertura, que, salvo impedimento de última hora, estará a cargo de Augusto Santos Silva, ministro dos Assuntos Parlamentares; uma conferência de encerramento, da responsabilidade de Manuel Maria Carrilho; e, pelo meio, duas mesas-redondas: a primeira analisando a cultura do ponto de vista dos agentes da comunicação social, e a outra discutindo a intervenção dos agentes culturais nos *media*.

Todos os participantes foram convidados em consequência do seu profundo conhecimento dos temas da cultura e da comunicação social. Muitos deles são bem nossos conhecidos, como autores de alguns dos melhores programas portugueses de rádio e de televisão centrados na cultura (Ana Sousa Dias, Carlos Vaz Marques, Francisco José Viegas), ou como directores ou editores de cultura de prestigiados jornais nacionais (José Carlos Vasconcelos, Torcato Sepúlveda). Fizemos também questão de incluir no nosso programa o primeiro provedor do telespectador (Paquete de Oliveira), assim como a voz da imprensa escrita regional, que estará representada por Lídia Pereira (a única jornalista que em Coimbra se dedica essencialmente aos assuntos culturais) e por Manuela Ventura (directora-adjunta executiva do Diário de Coimbra).

A organização do Colóquio constituirá uma parceria, que nos dá muito gosto, entre a Reitoria e o Instituto de Estudos Jornalísticos da Faculdade de Letras, e contará também com o apoio da Licenciatura em Estudos Artísticos da FLUC, a quem competirá organizar, na noite do primeiro dia, um recital de canto e piano de música de Mozart, na Biblioteca Joanina (de entrada livre, tal como todo o Colóquio). No dia 21 haverá ainda lugar, no final da tarde, à inauguração de uma exposição de foto-jornalismo assinada por Sérgio Azenha (licenciado em Jornalismo pela FLUC). Esta exposição basear-se-á em reportagens de cultura realizadas em Coimbra nos últimos anos. A mostra terá lugar na Sala do Exame Privado, um belíssimo espaço que agora tem condições para acolher exposições de qualidade, na sequência do equipamento para ali expressamente desenhado por João Mendes Ribeiro, dando resposta a uma encomenda da Reitoria.

Depois de “Ocidente, Oriente: diálogo de civilizações” (2003), “Carlos Seixas, de Coimbra” (2004) e “Identidade e Cidadania” (2005), aí está o quarto *Colóquio de Outono* da Universidade de Coimbra. Esperamos que “Cultura e Comunicação Social” seja do vosso agrado e que esteja à altura das boas recordações que guardamos dos eventos anteriores. Pelo menos foi para isso que trabalhamos, com o maior carinho e sempre desejando o melhor para a nossa instituição e para a cidade de Coimbra.

* Pró-Reitor para a Cultura

Colóquio “Cultura e Comunicação Social”

Auditório da Reitoria da Universidade de Coimbra • 21 e 22 de Novembro de 2006 • Entrada Livre

Dia 21 (3ª feira):

- 10h00: Sessão de abertura.
- 10h30: Conferência de abertura – “As responsabilidades culturais do serviço público de comunicação social”, por Augusto Santos Silva (ministro dos Assuntos Parlamentares) • Debate.
- Intervalo para almoço
- 15h00: Mesa-Redonda – “A cultura vista do lado dos agentes da comunicação social”, com Ana Sousa Dias (*RTP*), Carlos Vaz Marques (*TSF*), Torcato Sepúlveda (*Diário de Notícias*) e Lídia Pereira (*Diário As Beiras*).
Moderação: Instituto de Estudos Jornalísticos.
- 18h00 (Reitoria da UC – Sala do Exame Privado): Inauguração de exposição de foto-jornalismo, centrada na cobertura de eventos culturais em Coimbra nos últimos anos. Autor: Sérgio Azenha.
- 21h30 (Biblioteca Joanina): recital de canto e piano (*ano Mozart*), por Paula Morna Dória e Francisco Monteiro.

Dia 22 (4ª feira):

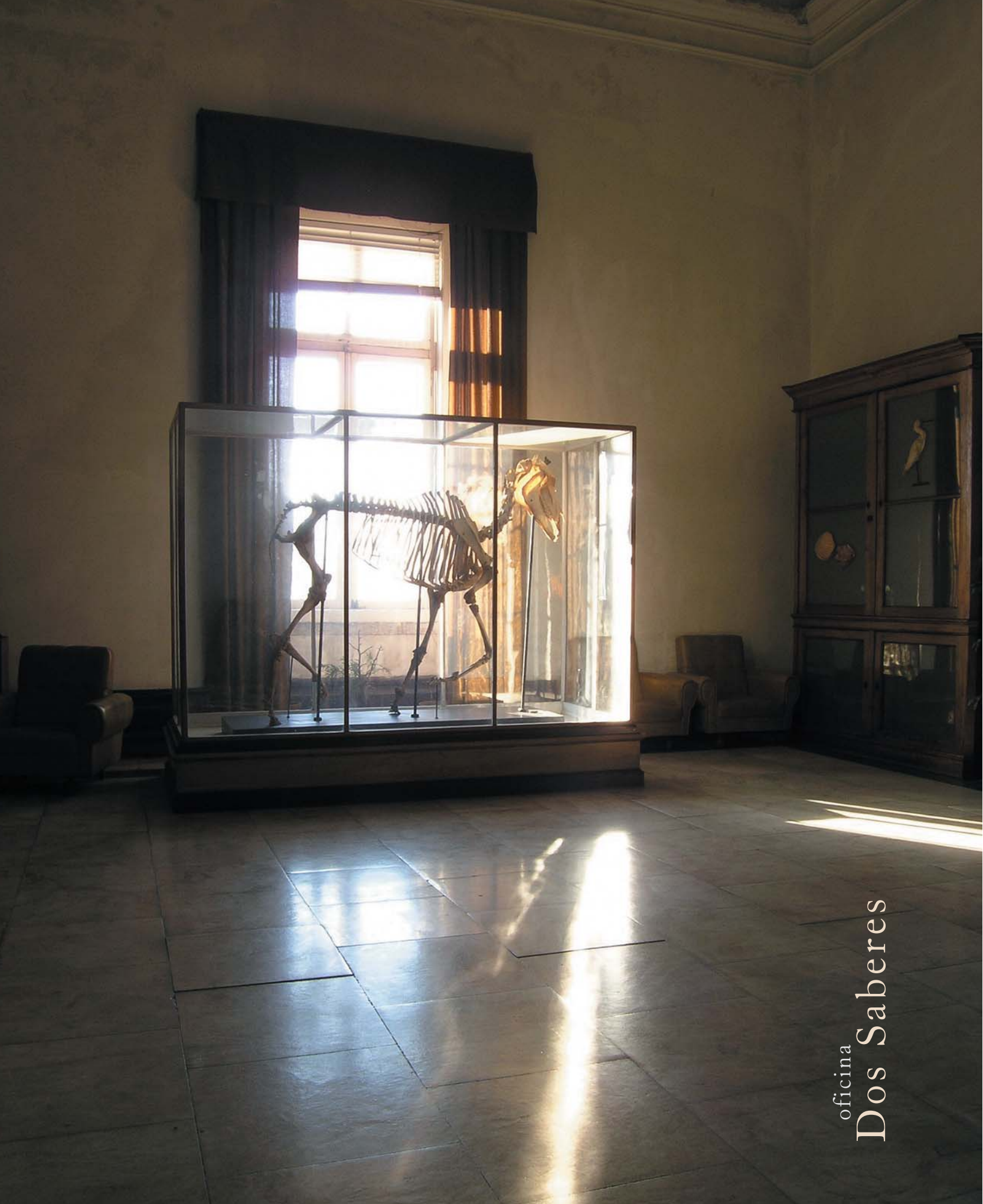
- 10h00: Mesa-Redonda – “A intervenção dos agentes culturais na comunicação social”, com Francisco José Viegas (Casa Fernando Pessoa), José Carlos Vasconcelos (*JL, Visão*), José Manuel Paquete de Oliveira (Provedor do telespectador) e Manuela Ventura (*Diário de Coimbra*).
Moderação: Instituto de Estudos Jornalísticos • Debate.
- Intervalo para almoço.
- 15h00: Conferência de encerramento – “A comunicação da cultura e a cultura da comunicação”, por Manuel Maria Carrilho.
- Encerramento.

Organização: Reitoria da Universidade de Coimbra e Instituto de Estudos Jornalísticos, com o apoio da Licenciatura em Estudos Artísticos da Faculdade de Letras da UC.

Apoiantes: *Diário de Coimbra*, *Diário As Beiras* e *Critical Software*.

Secretariado: Pró-Reitor para a Cultura (tel.: 239859814/23 / prcultura@ci.uc.pt).





A UC ESTÁ A ACREDITAR

COLABORADORES DA UNIVERSIDADE JUNTOS NA SOLIDARIEDADE

A participação voluntária de cidadãos em actividades de apoio a organizações de carácter social, a título individual ou na qualidade de membros de uma comunidade laboral, afirma-se progressivamente, tornando-se numa realidade cada vez mais frequente. Motivados por princípios éticos de presença activa na sociedade, os cidadãos mobilizam-se, ou deixam-se mobilizar pelas próprias entidades empregadoras, em prol de actividades de carácter social, num verdadeiro exercício de participação cívica. Quando a iniciativa emerge da própria organização laboral – que decide integrar, de forma voluntária, preocupações sociais, a par das ambientais, nas suas operações – estamos perante o que se designa hoje como responsabilidade social das organizações. Temos, assim, formas de participação social individual ou colectiva, estas últimas da iniciativa das organizações em que cada um executa a sua actividade laboral. Uma terceira forma de actuação poderá existir, contudo, quando grupos de trabalhadores de uma dada estrutura laboral, movidos por afinidades e laços estabelecidos no seio da sua organização, se propõem participar de forma autónoma e concertada, mas apoiada pela entidade que os emprega.

Foi neste contexto que, no seio da Administração da Universidade de Coimbra, um grupo de colaboradores se mobilizou para propor uma iniciativa de apoio à associação “Acreditar – Associação de Pais e Amigos de Crianças com Cancro” na construção de uma casa em Coimbra, de apoio logístico, às crianças e respectivas famílias, durante os períodos de tratamento ambulatório.

As Casas, já em funcionamento em Lisboa e no Funchal, possuem quartos individuais dotados de camas suficientes para alojar as crianças e as famílias, com quarto de banho privativo, cozinha comum equipada para que as famílias possam preparar as suas refeições diárias, refeitório, salas comuns para pais, adolescentes e crianças mais pequenas, e lavandaria. A manutenção fica a cargo dos próprios utilizadores (como se da sua própria casa se tratasse) e dos voluntários que aí prestam serviço, diariamente, das 9h00 às 21h00. O financiamento das Casas faz-se, sobretudo, através do mecenato, convidando-se cada mecenas a assegurar as despesas de funcionamento de um dos espaços da casa, a ele se associando o nome do patrocinador.

PROJECTO, INICIATIVAS E DIFICULDADES

Com o lema “Despertar consciências, mobilizar vontades, responder a desafios... uma iniciativa dos colaboradores da Universidade de Coimbra para apoiar a construção da Casa Acreditar em Coimbra.

Com a ajuda de todos, para ACREDITAR!”, o projecto intitulado “A UC está a Acreditar” surgiu e mantém-se como iniciativa de um grupo de colaboradores que, com o apoio institucional, pretende mobilizar a comunidade laboral universitária em torno de um objectivo comum. Operacionalizado nos finais de 2005, o projecto contou já com a criação de um *blog* (<http://www.ucacreditar.blogspot.com/>) com uma estrutura informal de troca de informações, que pretende não só divulgar mas sobretudo recolher propostas de iniciativas de apoio, contabilizando-se mais de 2500 acessos.

Foram organizadas, em eventos ou locais da administração da UC, iniciativas pontuais de venda de *merchandising* da Acreditar e de artigos manufacturados pelos colaboradores, consideradas bem sucedidas, quer do ponto de vista de angariação de fundos, quer na mobilização e sensibilização para a causa.

Com vista a ultrapassar a barreira da divulgação, enviou-se, juntamente com todos os recibos de vencimento da UC, um panfleto com a síntese do projecto, o URL do *blog* e o endereço electrónico associado, o que permitiu dar a conhecer a iniciativa e se traduziu na inscrição de novos associados da Acreditar.

Realizou-se uma primeira doação de computadores que, embora obsoletos para a organização, se revelaram perfeitamente adequados à utilização em instituições hospitalares e por crianças doentes mais desfavorecidas.

Organizou-se um passeio pedestre por Terras de Sicó, que contou com uma trintena de participantes, numa iniciativa intitulada “A UC está a Acreditar... e a caminhar”.

Subsistem, porém, algumas dificuldades, como a difusão da mensagem a públicos da UC fora da Administração, apesar do recurso às novas tecnologias, ou a angariação de promotores pró-activos para a organização de outros eventos com o mesmo fim.

Projectam-se, entretanto, novas iniciativas, como novos passeios, agora já da iniciativa de outros colaboradores, e a proposta de retenção mensal da quantia de um euro a todos quantos o autorizem, a reverter directamente para a construção da Casa de Coimbra da Acreditar. Deseja-se, sobretudo, o nascimento de propostas muito mais participadas, por muito mais colaboradores, o que certamente acontecerá, com a informação a passar agora por uma RUA (muito mais) LARGA.

<http://www.ucacreditar.blogspot.com/>
uc.acreditar@uc.pt

MARISA SILVA, PATRÍCIA NEVES E ANTÓNIO QUEIRÓS

GRUPE SAZONAL E GRUPE AVIÁRIA CIRCULAÇÃO E MUTAÇÃO DOS DIFERENTES VÍRUS

A gripe é uma infecção vírica provocada pelos vírus da *Influenza*. Esta designação refere-se à crença antiga que a relacionava com uma influência maligna ou sobrenatural.

Foi na cidade italiana de Florença que, durante o Renascimento, os astrólogos associaram uma curiosa justaposição de estrelas com um surto de infecção que ocorria na cidade e, deste modo, atribuíram-na à influência (*influenza*) das estrelas.

A gripe sazonal atinge regularmente o homem com uma periodicidade anual, mas apesar do seu carácter benigno está associada a um excesso de mortalidade em alguns grupos de risco.

Os quadros gripais já eram conhecidos no tempo de Hipócrates (412 antes de Cristo) e em 1580 foi descrita a primeira pandemia. No século XX, ocorreram três pandemias. A mais mortífera ocorreu em 1918 (gripe espanhola), associada à estirpe H1N1 e que provocou entre 20 e 40 milhões de mortos. Outras de menor impacto ocorreram em 1957 (gripe asiática), associadas à estirpe H2N2, e em 1968, associada à estirpe H3N2.

Quadros semelhantes ao da gripe podem ser provocados por outras infecções víricas. A gripe está associada apenas aos vírus da *Influenza*, que pertencem à família *Orthomixoviridae*. *Ortho* significa regular e está de acordo com a morfologia da partícula; e *Mixo* significa muco, salientando a sua capacidade para se ligarem às mucoproteínas da superfície do epitélio respiratório.

Há três géneros distintos em termos serológicos, com base nas estruturas da matrix (M) e da nucleoproteína (N), onde se incluem as estirpes da *Influenza* tipo A, tipo B e tipo C.

A partícula vírica é constituída por projecções para o exterior designadas por hemaglutinina (H) e neuraminidase (N), que servem de base para a classificação dos diferentes subtipos da *Influenza*. Consideram-se dezasseis subtipos na hemaglutinina (H1-H16) e nove subtipos na neuraminidase (N1-N9).

Os seus reservatórios são as aves, onde circulam todos os tipos de vírus conhecidos da *Influenza*, mas outros mamíferos – como o cavalo e o porco – são também infectados. No homem circula apenas um número limitado de estirpes (subtipos H1-H3 e N1-N2).

CIRCULAÇÃO DAS GRIPES NAS DIFERENTES ESPÉCIES

Os vírus multiplicam-se dentro de células. Os vírus da *Influenza* que circulam em cada espécie animal têm a capacidade de entrar e de se

multiplicar de forma eficiente nas células que lhes são sensíveis. Deste modo, é possível a sua propagação rápida entre os indivíduos da mesma espécie.

Sabemos actualmente que algumas estirpes víricas que infectam as aves podem infectar também o homem.

Os vírus melhor adaptados às aves não infectam de forma eficiente os humanos, o que significa que, para que tal aconteça, tem de haver um processo de “aprendizagem”. Essa “aprendizagem” pode fazer-se no suíno, que é um animal que pode ser infectado em simultâneo por vírus da *Influenza* adaptados às aves e por vírus da *Influenza* adaptados ao homem.

Outra possibilidade é que algumas estirpes de *Influenza* das aves possam infectar repetidamente o homem e se adaptem a multiplicar-se e a disseminar-se de forma eficiente entre a espécie humana, sem necessitarem de um intermediário (mutação adaptativa).

Os vírus da *Influenza* que circulam entre as aves infectam e multiplicam-se a nível dos aparelhos respiratório e digestivo, combinando-se com frequência entre eles. Não causam habitualmente doença nas aves aquáticas, mas podem causar doença em algumas aves domésticas.

MUTAÇÕES E PANDEMIAS

Os vírus da *Influenza* tipo A podem sofrer variações antigénicas ligeiras (*antigenic drift*), habitualmente associadas a mutações, ou podem sofrer grandes variações (*antigenic shift*), com troca de material genético entre estirpes humanas e animais. Neste último caso, formam-se novas estirpes que podem provocar pandemias em populações não imunes (sem defesas) a esse vírus; tal acontece quando um vírus é introduzido de novo numa espécie animal.

Terá sido este último mecanismo que originou a estirpe H5N1, de origem aviária, que desde a sua detecção – em 1996 – tem vindo a aumentar a capacidade de disseminação e de provocar doença nas aves, mas também tem originado surtos de doença no homem.

As pandemias de gripe surgem de forma imprevisível e o seu impacto social é enorme em termos directos, não só pela morbilidade e mortalidade que provocam, mas também de forma indirecta, traduzida em absentismo e em alteração dos mecanismos de produção.

A gripe aviária, especialmente a forma altamente patogénica de H5N1, tem sido detectada em mais de 20 países, entre aves domésticas e entre aves migratórias. Apesar do grande número de casos

detectados em aves, que tem implicado o abate de milhões delas, no homem foram descritos pouco mais de duas centenas de casos de doença, em oito países, dos quais morreram cerca de metade.

Sabemos que a transmissão das aves para o homem e inter-humana ainda não é efectuada de forma eficiente, mas estão criadas as condições que permitem o aparecimento de uma nova estirpe. Não será provavelmente a estirpe H5-N1 a próxima estirpe pandémica, mas poderá ser a sua precursora, bastando para isso que melhore a sua capacidade de disseminação inter-humana.

De acordo com a Organização Mundial de Saúde, encontramos actualmente na fase três do período de alerta pandémico, que cor-

responde à ocorrência de pequenos surtos no homem, mas sem transmissão inter-humana eficiente.

Podemos aproveitar esta fase para, de forma pedagógica, aprendermos e ensinarmos quais as melhores formas de tossir e de espirrar, de modo a que, perante uma pandemia ou perante um surto de gripe sazonal, seja possível limitar de forma mais eficiente a disseminação (pelo menos) inter-humana.

VÍTOR MANUEL JORGE DUQUE

Departamento de Doenças Infecciosas dos HUC (Laboratório de Virologia)



POPULAÇÃO E DESENVOLVIMENTO HUMANO PORTUGAL E QUÉNIA: ESTUDO COMPARATIVO EM ÁREAS PROTEGIDAS

A protecção de espaços geográficos através de diferentes estatutos é uma prática socio-política longínqua. Estes territórios classificados têm sido criados com diversos propósitos, alguns mais conservantistas, outros com objectivos mais amplos. Apesar de o panorama ser heterogéneo, o paradigma actual vê estas instituições como agentes activos de desenvolvimento sustentável. Contudo, o papel efectivo das áreas protegidas na gestão do território é diferenciado e requer estudos de caso e análises comparativas. Este foi o enquadramento teórico para um trabalho comparativo entre duas áreas protegidas, localizadas em dois países marcados por diferentes contextos sociais, políticos e económicos: Portugal e Quénia.

Esta proposta, apresentada numa candidatura conjunta com Nicholas Githuku, *Sylff Fellow* da Universidade de Nairobi, foi reconhecida pela Fundação Tóquio com a atribuição de um *JIP (Joint Initiatives Program) Award*, no âmbito da rede SYLFF, da qual a Universidade de Coimbra faz parte.

Este *JIP Award* requer um trabalho com o título *Resource Management in Protected Areas and its Impact on Human Development: A Comparative Sustainable Development Study of the Maasai Mau Forest Reserve (Kenya) and the Serra da Estrela Natural Park (Portugal)*, que compara estas áreas classificadas relativamente aos conflitos no uso do espaço, à gestão dos recursos e às trajectórias de desenvolvimento das populações locais.

CARACTERIZAÇÃO DOS ESPAÇOS COMPARADOS

A Reserva Florestal Maasai Mau faz parte do Complexo Florestal Mau, com 400 mil hectares de área, 170 quilómetros a noroeste de Nairobi. Para além de território tradicional dos Ogiek, uma comunidade de caçadores-recolectores, a floresta tem sido apropriada por outros grupos que, em diferentes momentos, ali se instalaram, como os Kalindjin, uma população de agricultores também envolvidos no comércio de madeiras. Ao ceder terras às populações, o anterior executivo queniano (KANU) apoiou esta dinâmica de povoamento e exploração dos recursos florestais. A mudança de governo, em 2002, com a *National Rainbow Coalition*, alterou a política de gestão deste espaço. O povoamento intensificava-se e a floresta sofria avanços de destruição, pelo que as terras antes cedidas às populações foram reapropriadas pelo Estado, que instituiu uma área protegida neste ter-

ritório. Essa mudança ocorreu em parte pelas pressões internacionais exercidas sobre o Quénia para a protecção deste espaço florestal: local de infiltração de águas e de alimentação de alguns dos principais rios do leste africano, como o Mara, e de lagos como o Vitória. Para a criação desta área protegida, imperou o argumento da defesa das actividades económicas associadas aos cursos de água, como a agricultura, a produção de energia e o turismo nos parques nacionais adjacentes, como é o caso da Reserva Nacional Maasai Mara. A reapropriação estatal deste território levou à expulsão de cerca de 15 a 20 mil residentes no perímetro florestal, num quadro de conflito entre as autoridades e as populações.

Neste estudo de caso foram já efectuados inquéritos e entrevistas a todos os actores envolvidos, que se reuniram também num *workshop* organizado no âmbito deste mesmo trabalho, em Nairobi, no dia 12 de Junho de 2006.

No caso português, o estudo centra-se no Parque Natural da Serra da Estrela e no caso particular de uma freguesia: Loriga, no concelho de Seia. Tendo sido no passado uma comunidade funcionalmente marcada pelas indústrias têxtil e de lanifícios, Loriga tem sofrido nas últimas décadas uma dinâmica de despovoamento e a diluição de actores locais. Embora esta mudança testemunhe o reordenamento da estrutura de povoamento à escala nacional, este processo associa-se também a uma crise pós-fordista (e pós-industrial). Em 2001, esta freguesia apresentava um Índice de Envelhecimento de 181,1 por cento, acima dos 102,2 por cento de média nacional. No mesmo ano, esta freguesia, com 1270 residentes, contabilizava apenas 50 por cento dos valores da população residente no início do século. No entanto, nos paradigmas de desenvolvimento pós-fordistas, emergem potencialidades, como o ecoturismo, assentes na qualidade da paisagem e em produtos endógenos associados a uma marca territorial.

Este estudo de caso realizar-se-á através de entrevistas e inquéritos aos diferentes actores envolvidos, desde responsáveis da área protegida às autarquias locais, à população e aos turistas/visitantes. Ainda com o recurso a uma análise estatística e a uma sistematização de tipo SWOT, pretende-se avaliar o papel do parque natural neste processo de reafirmação da localidade, agora num contexto de desenvolvimento sustentável e de centralidade ecológica. Considerando as mudanças verificadas no conceito de área protegida, outrora um meio de conservação da natureza, agora assumida como um modelo mais alargado e participado de gestão, questionar-nos-emos sobre o

potencial papel do parque natural nas estratégias de inversão desta tendência de enfraquecimento da densidade relacional de Loriga.

ESTUDAR O TERRITÓRIO PARA DESENVOLVER A POPULAÇÃO

Com efeito, comparando estes dois estudos de caso, pretende-se demonstrar até que ponto modelos de gestão do território, na aparência próximos, estão condicionados pelos contextos socio-políticos e territoriais. Em ambos os casos, depois da construção de algumas matrizes comparativas e de um documentário vídeo que ponderará estes dois estudos, procuram-se elementos que possam ser pertinentes e ajustados a uma gestão mais efectiva em termos de desenvolvimento humano.

Este grupo de trabalho pretende ainda estender esta análise a outras áreas protegidas do globo, alicerçando a criação de um (ainda) embrionário *Joint (Sylff) Social and Environmental Research Group*, que reunirá *Sylff Fellows* que, à escala global, se envolvam com a problemática social do desenvolvimento nestes espaços classificados.

É neste contexto que se volta a sublinhar a importância da internacionalização da Universidade de Coimbra: pelas oportunidades que oferece aos seus investigadores, mas também pela forma como se pode envolver na resolução de problemas que, embora apresentem feições locais particulares, se multiplicam pelo globo.

JOÃO LUÍS JESUS FERNANDES
Centro de Estudos Geográficos da UC



E TÊM NOMES OS DEUSES!... PROJECTO INTERNACIONAL TEONOMÍNIA

Habitados a ouvir falar de Marte e de Minerva; de Alá, Jeová e Deus; e, no registo cristão, da Senhora de Fátima, de Lurdes ou da Agrela – raramente consciencializamos que, nos primórdios, tal como a uma criança que se aguarda, se pensa no nome a dar-lhe, de acordo com os nossos gostos ou em obediência a regras precisas, o mesmo aconteceu com os teónimos.

Ora, quando os Romanos se expandiram, tiveram a surpresa de encontrar populações que também adoravam deuses, de estranhos nomes, porém – que foram latinizando, ou melhor, que nós, hoje, só conhecemos latinizados. E há que lhes descodificar o significado mais profundo.

Na verdade, cedo se instalou o hábito de, em acção de graças ou para pedir benefícios, os crentes fazerem promessas. No tempo dos Romanos, para felicidade dos investigadores, esses votos consubstanciaram-se amiúde em miniaturas de altares com o nome do deus venerado, a identificação do dedicante e uma fórmula a explicitar que tudo fora feito de livre vontade (*animo libens*), para que, aos olhos da divindade, tivesse o devido valor...

São esses 'estranhos' teónimos que constituem importante manancial para os investigadores da religião, pois se parte do princípio que, tal como a Senhora de Fátima é... de Fátima, um *Cosus Neneoecus* se chama assim por algum motivo concreto.

Nesse sentido, participa o Centro de Estudos Arqueológicos das Universidades de Coimbra e do Porto (CEACA) num projecto internacional, que visa criar o *corpus* de todos os monumentos epigráficos dedicados a divindades encontrados no mundo romano. Dirigido pelo Prof. Manfred Hainzmann, da Universidade de Graz (Áustria), o FERCAN (*Fontes Epigraphici Religionis Celticae Antiquae*) integra investigadores de praticamente todos os países europeus, que se reúnem, anualmente, num dos países participantes.

Coube ao CEACA a organização do *workshop* de 2006, o VII, que, por imperativos logísticos, se reuniu em Cascais, de 25 a 27 de Maio, com a maior colaboração da Câmara local e, também, da Associação Cultural de Cascais, subordinado ao tema "Divindades indígenas em análise".

Na sessão inaugural esteve presente – para além do Presidente da Câmara, como anfitrião – a vice-presidente da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, Lígia Amâncio, que teve palavras de muito apreço pela iniciativa e pelo trabalho desenvolvido pelo CEACA.

Foram dois dias e meio de intenso e fecundo trabalho, em que cerca de trinta especialistas abordaram o tema com base na investigação que estão a desenvolver nos respectivos países:

- "Comment peut-on identifier des divinités celtiques dans l'empire Romain?";

- "Terão certos teónimos paleohispânicos sido alvo de interpretações (pseudo)etimológicas durante a Romanidade passíveis de se reflectirem nos respectivos cultos?";
- "Algumas questões relativas à identificação de divindades pré-romanas do Ocidente Peninsular";
- "Los cultos en el proceso de municipalización: Los ejemplos de *Capera* e *Caurium*";
- "Las divinidades prerromanas del Noroeste hispano: un balance";
- "Panorama da teonímia pré-romana em Trás-os-Montes Oriental";
- "Hacia el corpus de divinidades indígenas de la Novempopulana";
- "Dispersão e concentração - alguns exemplos de comportamentos religiosos";
- "Les dévotés et leurs offrandes dans les sanctuaires où il y a des divinités gauloises";
- "Cernunnos: étude du dossier épigraphique";
- "Epona - a reappraisal";
- "Culti celtici in Cisalpina: questioni irrisolte (a partire dalle divinità delle acque)";
- "Il volume italiano di FERCAN: stato della questione";
- "The pre-Roman cult site at Hayling Island, Hampshire, GB: the problem of characterizing an anonymous divinity";
- "Aproximación al itinerario de una diosa celtibérica: Silbis";
- "Borvo, Vintius et Coriotana dans la cité de Vienne";
- "Identificatio iconographica - The case of Jupiter-Taranis / Vocretanus from Ansfelden";
- "Preliminary results in collecting inscriptions of Celtic deities in Pannonia";
- "Les divinités, la toponymie et l'onomastique celte dans les inscriptions de la Mésie Supérieure".

O rol das intervenções dá, pois, conta da dimensão do projecto. Por isso, fiz questão em associar à organização e, também, à sua concretização em Portugal investigadores de dois centros de investigação da Faculdade de Letras de Lisboa; organizei uma visita de estudo ao Museu Arqueológico de S. Miguel de Odrinhas (Sintra) e, para o público em geral, integrada no ciclo das "Conversas de Cascais", proferi a conferência "O que são divindades indígenas?".

Juntou-se, desta forma, a vertente científica com a necessária abertura à comunidade e proporcionou-se, ainda, a uma plêiade de investigadores estrangeiros – a maior parte deles vinha pela primeira vez a Portugal... – a oportunidade de conhecer o que se faz entre nós.

OS LIVROS QUE FICARAM POR DIZER A ORIENTE, COMO AS LETRAS ABALARAM O MUNDO

No rescaldo das tertúlias sobre os “10 livros que abalaram o mundo” (ver caixa 1), houve alguns que ficaram por dizer. Olhando para Oriente, o que depende naturalmente do ponto de vista do observador, como foi ressaltado na introdução feita pelo Padre Anselmo Borges. Afinal Adão, Eva e Abraão podiam perfeitamente ter tido “passaporte iraquiano ou palestino”, ironizou o moderador da sessão, que teve lugar na sala 4-A da Biblioteca Joanina, um lugar pouco conhecido para falar do Oriente tantas vezes desconhecido.

Na introdução à tertúlia, Anselmo Borges referiu o *Corão*, revelação feita em árabe durante 23 anos ao profeta Maomé, que seria o “último testamento de Deus para a Humanidade”, e em que nenhuma palavra foi alterada desde esse registo inicial. Recitando o primeiro capítulo do livro sagrado, o moderador deu a perceber que o teor de espiritualidade era comparável ao presente no bíblico *Génesis*, traçando assim fortes relações entre as literaturas sagradas definidas como ocidentais e orientais.

OS ENSINAMENTOS DE BUDA

A primeira intervenção de fundo coube a Carlos João Correia, professor de Filosofia das Religiões da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, que realçou a dificuldade em escolher os livros fundamentais do pensamento oriental. Mas essa era a tarefa, pelo que

propôs dez livros, incluindo alguns dos que seriam referidos pelos outros intervenientes. Acabou por centrar-se no *Sermão de Benares*, texto onde se considera estarem concentrados os principais fundamentos do budismo e que é atribuído ao próprio Siddharta Gautama (Buda). Foram apontados como estando presentes na obra os quatro princípios da filosofia budista. O primeiro é o *sofrimento*, que atravessa toda a vida e experiência humanas, do nascimento à morte, mesmo não sendo sinónimo de dor permanente, e que implica uma constante insatisfação. A *sede* enquanto metáfora configura o segundo princípio, que tanto pode assumir a forma de sede de existência como de sede de auto-anulação, sendo esta a causa do referido sofrimento. O terceiro princípio apontado é o *Nirvana*, definido como o cessar “aqui e agora” da insatisfação difusa, caracterizado por uma passagem para outro estado. Para terminar, o *Sermão de Benares* propõe o caminho para atingir o Nirvana: a *via do meio*, correspondente ao “justo meio” aristotélico, que aconselha a moderação em todas as coisas, através do conhecimento, da moralidade e da meditação.

DA MESOPOTÂMIA À GRÉCIA ANTIGA

José Nunes Carreira, professor jubilado da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, dedicou a sua intervenção à *Epopéia*, de Gilgamesh, obra académica passada à forma escrita entre 2.100 e 2.000



a.C., sobre a busca constante da imortalidade. Abalou o mundo oriental ao ser divulgada e traduzida em duas línguas há 3.500 anos. José Nunes Carreira afirmou que, apesar de ter sido divinizado como um herói lendário, "Gilgamesh é mais do que uma lenda, é uma personagem da história". Só em 1.200 a.C., com o acréscimo de um prólogo e de um epílogo, a obra adquiriu a forma actual. Mas já antes a *Epopéia* tinha evoluído, com a absorção de episódios extraídos de contos da Suméria. A obra terá influenciado, entre outros, dois dos livros que constam na lista daqueles que abalaram o Ocidente. Um deles é a *Bíblia*, já que, segundo José Nunes Carreira, o dilúvio do Génesis é inspirado no trecho da *Epopéia* que relata o dilúvio universal. A outra obra influenciada por Gilgamesh terá sido a *Odisseia* de Homero, nomeadamente nas figuras de Circe, Calipso e Polifemo.

LETRAS DA CHINA E DA ÍNDIA

"O Oriente é uma abstracção do Ocidente", começou Luís Filipe Thomaz por dizer na sua intervenção tertuliana. O director do Instituto de Estudos Orientais da Universidade Católica Portuguesa tratou três textos: as *Máximas/Pensamentos* de Confúcio [China], o *Ramáyana* e a *Bhagavad-Gitá* [Índia].

Confúcio, cuja doutrina remonta ao séc.V a.C., não deixou escritos e a obra resulta da recolha feita pelos seus discípulos, a partir de ensinamentos orais. O texto marca a transição entre a China Antiga (feudal) e a China Imperial, período em que a entrada no funcionalismo passa a fazer-se através da formação humanística, que consiste em comentários ao "corpus confucionista". Segundo Luís Filipe Thomaz, as *Máximas* tiveram uma grande influência em todo o Extremo Oriente e tam-

bém no Iluminismo europeu, para onde foram levadas pelos Jesuítas. Mais a Ocidente, mas ainda a Oriente, os livros levam-nos à Índia. O *Ramáyana* mais conhecido (e também o mais antigo na forma escrita) é o de Valmiki. Rama é o herói (à semelhança de Aquiles ou de Ulisses) que, na versão do texto em que são incorporados um prólogo e um epílogo, passa a ser apresentado como uma encarnação do deus Vishnu. A obra relata como Rama, destituído do seu reino, vê a sua esposa raptada e a salva, ajudado por um exército de macacos. No *Ramáyana*, há uma referência aos "monstros que se situam para lá de Java", aludindo aos males que vêm do Ocidente.

Também da Índia nos chega a *Bhagavad-Gitá*, considerada pelo especialista como o "novo testamento hindu". É um dos capítulos do extenso *Mahabharata*, cujo núcleo data do séc.VIII a.C. e que tem adições 16 séculos depois. Este texto narra a luta entre dois clãs herdeiros da mesma fortuna. De um lado, cinco; de outro, cem. O grupo numericamente inferior (da dinastia Pandava) derrota os opositores (Kauravas), numa metáfora da vitória da justiça e da lei sobre a força bruta. A *Bhagavad-Gitá* consiste no diálogo entre Krishna (o cocheiro, encarnação de Vishnu) e Arjuna Pandava, quando este se encontrava à beira da vitória. Krishna faz uma prelecção sobre a imortalidade da alma e de como se deve combater por imperativo categórico, "sem se prender aos frutos da acção".

A sessão em que se falou dos livros que ficaram por dizer terminou com a recitação em sânscrito do início da *Bhagavad-Gitá* por Luís Filipe Thomaz, tornando um concorrido final de tarde ainda mais surpreendente.

JOANA CORTEZ e CLARA ALMEIDA SANTOS

A lista dos "10 livros que abalaram o Mundo" resultou de uma votação, promovida pela Reitoria e pela Biblioteca Geral da UC, feita por professores de todas as faculdades. A partir do inquérito feito a João Maria André, António Sousa Ribeiro, Paulo Gama Mota, Paula Oliveira, Joaquim Gomes Canotilho, João Rui Pita, Manuel Viegas Abreu, Rui Gomes, Joaquim Feio e Manuel Quartilho, foram encontrados os seguintes eleitos: *A Origem das espécies*, de Charles Darwin; *a Bíblia*; *A interpretação dos sonhos*, de Sigmund Freud; *O Capital*, de Karl Marx; *D. Quixote*, de Miguel Cervantes; *Princípios matemáticos de filosofia natural*, de Isaac Newton; *Odisseia*, de Homero; *A Riqueza das Nações*, de Adam Smith; *Diálogo sobre os dois maiores sistemas do mundo*, de Galileu Galilei; e *Teoria geral da relatividade*, de Albert Einstein.

Para saber mais sobre os livros que ficaram por dizer:

- R. J. Tournay-A. Shaffer, *L'épopée de Gilgamesh* (LAPO 15), Paris, 1994;
- A. George, *The Epic of Gilgamesh. A new translation*, New York, 1999;
- R. Labat et alii, *Les religions du Proche-Orient asiatique*, Paris, 1970 (versão fiável e de fácil leitura de Gilgamesh nas pp. 149-226);
- Tradução recomendada do *Sermão de Benares*: "Setting in Motion the Wheel of the Dhamma", in *The Connected Discourses of Buddha. A New Translation of the Samyutta Nikāya*, II vol., 56:11;
- Edição inglesa do *Sermão de Benares* para ver na internet: <http://www.accesstoinight.org/tipitaka/sn/sn56/sn56.011.than.html>
- A. L. Basham, *The Wonder that was India*, Fontana Books, 1975;
- Wolfram Eberhard, *History of China* (trad. ingl., Kessinger Publishing, 2004).

I M P R E S S Ö E S



A NOVA BIBLIOTECA DA FDOC (PARA LÁ DO SONHO)

Há quem acredite que no correr da lonjura dos dias que se fazem anos todos temos, sem remissão, de ter um sonho. E isso é bom. Não sonhos que mudem mundos mas antes sonhos que, se se concretizarem, estão bem mais perto de nós e tocarão como brisa leve as alegrias singelas de ver coisas que ficarão para as gerações futuras. É assim quando nos olhamos individualmente mas é também assim quando os fios de seda que ligam os homens e as mulheres se tornam carne e espírito, quando o joeirar dos afectos se cruzam, quando os desencantos se abrem em esperança e ainda quando os objectivos comuns se clarificam e nos impelem à acção. À acção comum. É assim quando tudo isso cria esse plasma indefinível, denso e complexo a que chamamos *geração*.

A minha geração, tal como as outras, teve um sonho. Continua a persegui-lo. E o sonho – talvez em qualquer outra parte do mundo não fosse mais do que a correcta alocação de bens públicos a necessidades prementes e justificadas – era construir uma grande biblioteca que potenciase a investigação jurídica, servisse a docência e desse sã guarida a esse incomensurável, extraordinário e inestimável acervo

bibliográfico de que é depositária a actual biblioteca da Faculdade de Direito da nossa Universidade.

DO SONHO AO SOPÉ DA REALIDADE

Boas vontades uniram-se. A imaginação criou raízes. Os escolhos foram sendo afastados. A crença começou a fazer estrada. Os valores simbólicos apareceram, personificados na figura do então Presidente da República, Jorge Sampaio, e as condições reais para se pedir um projecto de arquitectura a Álvaro Siza Vieira estavam reunidas. Um pedaço, talvez ainda ínfimo, estava realizado. Os dias passaram e o presente foi ontem, porque também o amanhã se pode ver hoje. Singelamente. Através de coisas simples e verdadeiras. E a evanescência do sonho dá lugar ao calor do visível e do palpável. Perde-se o inenarrável mas ganha-se a concretude do que se queria. Assim foi. Como tinha de ser: O que nos permite poder afirmar, com a simplicidade do orgulho que só dá e nada quer; que já temos um projecto de arqui-



tectura para o novo edifício da Biblioteca da Faculdade de Direito. Não uma ideia mas um projecto real e verdadeiro. Um projecto que me atrevo a qualificar de rompanete beleza e não menor sugestão de equilíbrio dissonante, onde perpassa a ideia de recolhimento, reflexão e humildade a que se vai juntar esse infinito jorro de luz que o enorme lanternim vai fazer com que se inunde de claridade todo o interior: Onde está presente o valor do respeito por tudo o que os outros, em redor, deixaram em pedra e engenho.

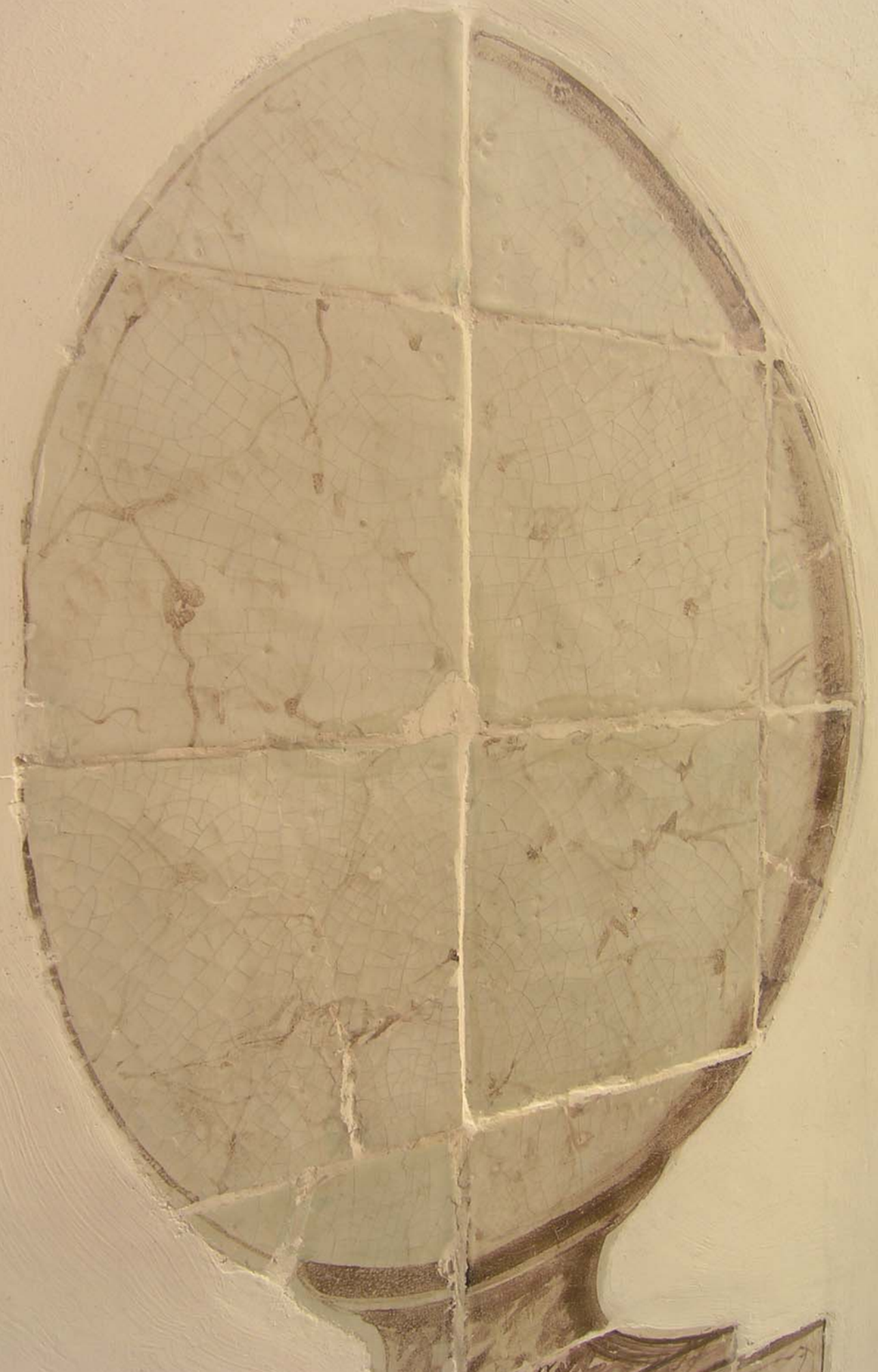
E se os edifícios físicos que acolhem e agasalham as ideias que os arquitectos lançam no papel – por certo com aquele toque de criatividade que faz com que a obra de arte immortalize uma época e dê sentido a um tempo sendo, por isso mesmo, expressão de obra de *autor* – são o ponto terminal de todo um processo complexo de realização e concretização, é absolutamente essencial não esquecer que tudo começa por um projecto. Por esse nada que é tudo feito de linhas, de cortes, de alçados, de perspectivas, de projecções. Por esse pedaço de equilíbrios de escalas que os leigos vêem e não percebem na inteireza da sua representação mas que fascinam.

Ele aí está. O projecto de arquitectura da futura Biblioteca da Faculdade de Direito. À espera, agora, que se não esqueçam dele. À espera das condições materiais para que se torne, por meio de volumes e espaços, de luz e sombra, de cantos e recantos, de silêncios e palavras uma biblioteca que marque este dealbar incerto de um século que não pode deixar de ser nosso por muito que ele se apresente como difuso e inapreensível. Que marque uma época não só pelo traço do seu autor mas também pela diferença qualitativa que vai imprimir à Faculdade de Direito. De uma Faculdade que quer continuar a ser de referência. De referência nacional e internacional. Mas de uma Faculdade que ao lado da exigência do ensino, da pujança da investigação, da vontade de cooperação internacional e de inovação, da solidariedade académica, do culto da liberdade de ensinar e de aprender é ainda detentora do senhorio de sonhar: De sonhar uma Biblioteca. E de a ver: Cheia de livros. De homens. De mulheres. De vida. E de ideias.

JOSÉ DE FARIA COSTA

Presidente do Conselho Directivo da Faculdade de Direito da UC





CORPO COM DEFICIÊNCIA E IDENTIDADE INDIVIDUAL

O corpo desempenha, hoje em dia, um importante papel de mediador na relação entre a identidade individual e a identidade social. Um significado social ou uma *performance* corporal podem ser interiorizadas de uma forma muito particular, exercendo uma forte influência nos sentimentos individuais face ao “Eu”, condicionando o desenvolvimento da autoestima e da autoconfiança.

Na gestão dos nossos corpos, e considerando que a comunicação não-verbal é de longe a componente mais importante do comportamento público, os “vocabulários partilhados de idioma corporal”, não estando debaixo do controlo individual imediato, constituem formas convencionais de linguagem não-verbal que guiam as percepções individuais de aparência corporal, de aceitação e desempenho social, surgindo como sinais que ajudam a construir uma noção do modo como a gestão do corpo está a decorrer, bem como de eventuais constrangimentos, num determinado contexto social.

As pessoas apresentam a tendência para perceber os seus corpos como se estivessem a olhar para um espelho, o qual reflecte a imagem que dele tem a sociedade bem como do preconceito e do estigma que lhes está associado. No caso particular da pessoa com deficiência, o preconceito, o embaraço e o estigma são algo bem real, traduzindo frequentemente sentimentos negativos face a comportamentos percebidos como socialmente inapropriados e indesejáveis, associados ao modo como as pessoas com deficiência expressam os seus sentimentos face ao seu corpo e à sua sexualidade. Este aspecto particular da sexualidade na deficiência é encarado como um assunto tabu, sendo ideia generalizada que o corpo com deficiência deve ser obrigatoriamente um corpo assexuado, um corpo oprimido e um corpo privado da sua corporalidade.

O EMBARAÇO NA CONSTRUÇÃO DE RELAÇÕES

No contexto da deficiência, o embaraço e o estigma são bons exemplos do modo como o corpo medeia a relação entre a identidade individual e a identidade social. O embaraço é habitualmente provocado quando as pessoas demonstram inconsistências no seu carácter ou quando os indivíduos falham em manter o fluxo de interacção na sequência da quebra das regras que regulam os encontros. O corpo desempenha um papel central nesta falha de interacção, comunicando então ao “ofendido” sob a forma de embaraço. Esta situação é muito desconfortável, podendo as manifestações desse embaraço incluir o corar da face, a voz a tremer ou a realização de gestos estra-

nhos. Deste modo, o embaraço reflecte uma ameaça à identidade social, revelando a existência de uma brecha entre a identidade social virtual, percebida, e a identidade social actual, que tem a ver com a forma como os outros nos vêem.

Por outro lado, a importância do corpo na construção da identidade individual da pessoa com deficiência e a respectiva gestão enquanto projecto individual é um aspecto frequentemente subvalorizado e muitas vezes ignorado. Em termos gerais, tornar-se “deficiente” é assumido como susceptível de se adquirir uma nova identidade; nascer com deficiência é ter esta mesma identidade desde sempre. É hoje socialmente aceite que a construção da identidade individual da pessoa com deficiência é um processo passivo baseado nas interacções com os outros significativos tais como pais, irmãos, pares e profissionais, num contexto social limitado. Neste processo, as pessoas com deficiência aprendem a desempenhar os papéis tidos como adequados enquanto jovens ou enquanto adultos com deficiência.

O CORPO COMO PROJECTO INDIVIDUAL

Talvez por forte influência de um modelo médico tradicionalmente enraizado na nossa sociedade, a pessoa com deficiência ainda não é encarada como um ser activo na construção da sua própria identidade, da sua própria vida, em particular nos contextos que activamente constrói (social, profissional, afectivo, de prática desportiva, etc.). Cada indivíduo é portador de uma biografia, ou seja, de uma história individual. A personalidade individual e as auto-percepções são confirmadas e transformadas ao longo do tempo, à medida que o indivíduo interage com outros indivíduos, os quais possuem também biografias individuais, nas mais diversas situações do dia-a-dia. A construção de corpos saudáveis é provavelmente o exemplo mais comum do modo como o corpo se transformou num projecto individual, sendo trabalhado como parte integrante da identidade individual de cada um. A crescente participação de pessoas com deficiência em diferentes desportos adaptados e em programas de exercício físico regular revela uma progressiva preocupação com o corpo, tanto em termos de aspecto como em termos de funcionamento e ainda da capacidade de o modelar de forma a influenciar a identidade individual. O investimento no corpo proporciona às pessoas um meio de auto-expressão e uma forma diferente e potencialmente positiva de se sentir bem, aumentando o controlo percebido que possuem sobre os seus corpos, do ponto de vista social.

JOSÉ PEDRO LEITÃO FERREIRA
Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física da UC

“Quero crer que se trata de uma crise...e que, ao fim e ao cabo,
Euterpe acabe por levar de vencida Erato nesse prélio que
ambas parece travarem no seu espírito...”

Lopes Graça

Foi com uma expressão deste jaez, alusiva às duas mitológicas musas gregas, que Lopes Graça, nos idos de 1954, amavelmente iniciava a resposta a uma desalentada missiva nossa, na qual lhe comunicávamos a intenção de abandonar o piano, centro das atenções de então, substituindo-o pela arte poética.

Concluído o Curso Superior de Música, havíamos batido à sua porta com o propósito de penetrar mais fundo a análise da obra musical, visto que o executante deve conhecer os meandros dessa alquimia. Com plena consciência desta lacuna, sabendo que o autor da *História trágico-marítima*, para além do seu trabalho oficial inerente ao *métier* de compositor; bebera na taça de uma grande escola pianística de profunda ressonância germânica, simbiose estética de expressão e estrutura, personificada na insigne figura portuguesa de Viana da Mota, a ele nos dirigimos numa abordagem pianística que tinha em vista o estudo anatómico do *corpus musicae*.

Confrontado com apelos vários de um quotidiano sobrecarregado de projectos, este objectivo cedo se goraria, levando simultaneamente a uma deposição de armas e a uma nova busca de outras formas de expressão artística. O nó da questão centrava-se no problema de recriar a partir do material sonoro – executar é também uma forma de criar – e/ou no problema de encontrar no verbo a matéria de uma linguagem poética capaz de substituir a vivência musical. Por que dama nos bateríamos? Eis a suprema dúvida daquele momento. Qual delas seria a autêntica para justificar o lugar de primazia?

CAMINHO DE CONCILIAÇÕES

“A menos, o que não é de todo impossível, que acabe por conciliar as exigências duma com as exigências da outra” – escrevia ele reticentemente.

De facto, não sabemos se por influência sua ou não, foi esse o caminho. Coabitantes numa só pessoa, cada uma foi tricotando a malha

própria ao longo do tempo, provavelmente roubando-se uma à outra alguns terrenos e fragilizando a cepa progenitora.

Uma outra questão que nos aproximou prende-se com o folclore nacional, matéria que ocupou a actividade do compositor e que foi presença na sua mesa de solidão onde reflectiu e criou, enriquecendo a bibliografia lusitana com escritos vários, entre os quais avulta o livro sobre a *Canção Popular Portuguesa*, obra de referência publicada nas edições Europa-América, em Lisboa, 1963.

Dado que residíamos, então, na capital do gótico – Santarém – palpitante coração ribatejano, foi sobre cantares desse espaço de lezírias, palco de touros, de campinos e de gente garbosa, que partilhámos materiais e trocámos correspondência. Mas há, entretanto, uma circunstância que nos aproximou ainda mais.

O estudo intitulado “O falar da Glória do Ribatejo”, de Idalina Serrão Garcia, tese de licenciatura em Filologia Românica na Faculdade de Letras de Lisboa, inclui vinte cantares locais recolhidos pela autora e, a seu pedido, por mim transcritos em notação musical. Lopes Graça compulsá-los-ia e, posteriormente, Michel Giacometti seleccionaria um deles para o *Cancioneiro Popular Português*.

Ainda no âmbito do folclore, dá-nos notícia de um “trabalhito sobre a canção portuguesa” encomendado da Alemanha, afirmando “necessitar de conhecer a sério algo do Ribatejo”, mas ignoramos se o chegou a elaborar.

A MUITAS VOZES

A direcção coral a que nos devotámos teria que passar inevitavelmente por algumas páginas da sua inventiva, dando ensejo a uma outra faceta da nossa relação. Sendo a execução de autores portugueses, dos polifonistas aos contemporâneos, uma das preocupações programáticas da nossa actividade, Lopes Graça fez parte do reportório dos coros que dirigimos. Ficou célebre a efeméride da primeira vez que o incluímos, visto que a Emissora Nacional proibiu a execução (década de 50). Tratava-se de uma simples canção popular por ele harmonizada, inserida num programa do Orfeão Scalabitano! Posteriormente, solicitámos-lhe material para vozes masculinas. Lembre-se a propósito que, face a limitações técnicas dos coros, Lopes

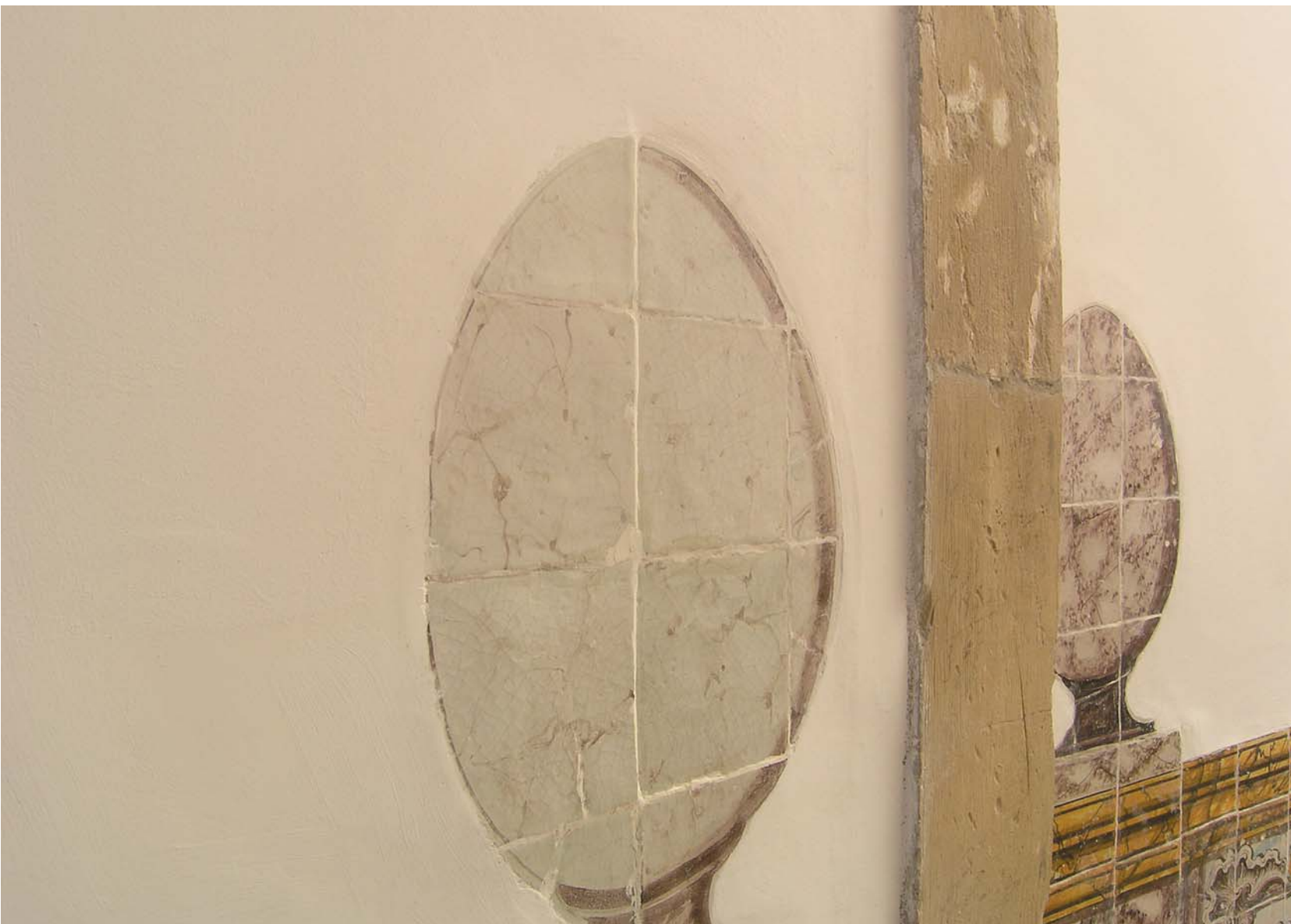
Graça prestava-se a escrever de acordo com as capacidades de cada um, facto de assinalar num artista de tanta exigência como ele era. Aconteceu um dia convidá-lo a harmonizar alguns cantos natalícios tradicionais para vozes masculinas, mas, não obstante os cuidados com que o fez, o trabalho resultou com alguns espinhos. Ele próprio o reconheceu e nos comunicou que não eram “muito cómodos para a rapaziada do Orfeão Académico”, acrescentando com algum humor que para a outra vez diligenciaria no sentido de ser mais “correntio”. Não eram fáceis as *Três Líricas espirituais* de Gil Vicente: *Chacota de Natal*, *Vilancete Pastoril* e *Canto dos Cavaleiros de Cristo* que apresentámos no Japão, em 1970, mas os *Três Sonetos à Noite* de Bocage, que gentilmente nos dedicou, de tão eriçados de dificuldades, nunca tivemos ensejo de realizar.

Um dos aspectos mais salientes da sua extensa obra está certamente documentado no espólio de canções populares que harmonizou para

vozes. Refira-se o papel do Coro da Academia de Amadores de Música, sua criação, laboratório onde experienciou ingredientes do seu linguajar, vestindo a canção popular de um tratamento inovador; despojado de fórmulas caducas, sem desrespeito pelas virtualidades do seu genuíno espírito.

Tratando-se de um vulto que a crítica considera um dos mais lídimos criadores musicais da nossa história, que a passagem do centenário do seu nascimento seja motivo para divulgar a sua obra, quer em concerto quer em edições ou por outros meios, como a melhor forma de lhe prestar homenagem e de manter viva a sua memória no panorama da cultura portuguesa.

JOEL CANHÃO
Organista da Capela da Universidade de Coimbra



Falar de Carlos Relvas (1838-1894) é lembrar uma figura maior da história da fotografia nacional. Animado pelo desejo de acompanhar as técnicas que se desenvolvem no resto do mundo, este rico lavrador, *sportsman* e amante das lides tauromáquicas, vem a revelar-se um exímio fotógrafo, alcançando notoriedade e diversos prêmios, tanto em Portugal como nas exposições internacionais onde participa.

Tem sido alvo de apurados estudos e homenagens, nomeadamente a Exposição e Catálogo de 2003 - *Carlos Relvas e a Casa da Fotografia*, no Museu Nacional de Arte Antiga (MNAA). Contudo, é de tal forma vasta a sua obra que continua a proporcionar descobertas e novos elementos para a compreensão do seu percurso enquanto fotógrafo. A sua importância na sociedade portuguesa de Oitocentos, associada à sua passagem pela Figueira da Foz, contribui para o enriquecimento da história local. O encontro de Carlos Relvas com a Figueira dos anos dourados pode agora ser recordado com mais detalhe.

VISITAS E DESTAQUE NA IMPRENSA LOCAL

Corre o ano de 1876 quando na imprensa local figueirense se faz a primeira referência a Carlos Relvas: trata-se do anúncio de casamento da sua filha. Entre essa notícia e 1880 existe um hiato em que os periódicos nada referem sobre este cavalheiro. Só mais tarde, a 26 de Setembro de 1883, volta a ser notícia, quando vem à Figueira com o fim de participar na tourada promovida pelo seu amigo José Maria de Lemos Júnior, em benefício do Montepio Figueirense e da Santa Casa da Misericórdia da Figueira.

As palavras de Carlos Relvas na *Correspondência da Figueira* manifestam "o profundo reconhecimento que tributo a todas as pessoas que me têm honrado com as mais gentis manifestações de benevolência e afeição. [...] Nunca no meu espírito e no meu coração se hão-de apagar as gratas recordações que levo dos dias passados aqui".

Em Setembro de 1884, o fotógrafo amador e toureiro exímio regressa para brindar o público com a sua mestria na arena. À sua chegada, "na quinta feira, no comboio das 8 horas da noite, [...] era S. Exa. esperado por um crescido número de cavalheiros e pela Filarmónica 10 de Agosto".

No dia da tourada "de toda a parte ocorriam para vitoriar e aplaudir o benemérito, o filantrópico cidadão. [...] Picando o touro, o Exmo.

Sr. Carlos Relvas teve sortes admiráveis que arrancaram palmas delirantes e prolongadas. [...] O Exmo. Sr. Comendador Afonso Ernesto de Barros, digníssimo provedor da Santa Casa da Misericórdia, [...] ofereceu-lhe uma medalha de ouro. [...] Depois da despedida do Exmo. Sr. Relvas, foi S. Exa. acompanhada até à sua habitação pela banda *Dez de Agosto*, e por mais de duas mil pessoas".

A 22 de Março de 1887, morre a mulher, Margarida Relvas, após doença prolongada. Os amigos da Figueira vão acompanhando esses momentos pelos periódicos: "recebemos a dolorosa notícia de haver falecido a esposa do nosso prezado e muito considerado amigo. [...] Deve ser grande a dor: [...] n'ela o acompanhamos, e daqui lhe enviamos a expressão sincera dos nossos sentidos pêsames".

A sua ligação à Figueira mantém-se após o segundo casamento e, em Agosto de 1890, "acha-se nesta cidade, a uso de banhos, o Exmo. Sr. Carlos Relvas, distinto *sportsman* e sua Exma. Família".

Em 1893, ocorre a sua última vinda à Figueira da Foz, pois virá a falecer a 23 de Janeiro de 1894, vítima de um acidente. A imprensa "pres- ta hoje a merecida homenagem à memória de Carlos Relvas, cuja morte prematura acaba de emocionar o país inteiro. Não era a Figueira a terra que menos lhe devia, pois que ele tinha pela nossa formosa cidade decidida predilecção, que se manifestou por vezes não só em actos de filantropia e caridade em favor dos seus estabelecimentos de beneficência, mas pelo interesse que sempre lhe mereceram todos os empreendimentos de que resultasse qualquer progresso para a Figueira".

RELVAS NO ARQUIVO FOTOGRÁFICO MUNICIPAL DA FIGUEIRA DA FOZ

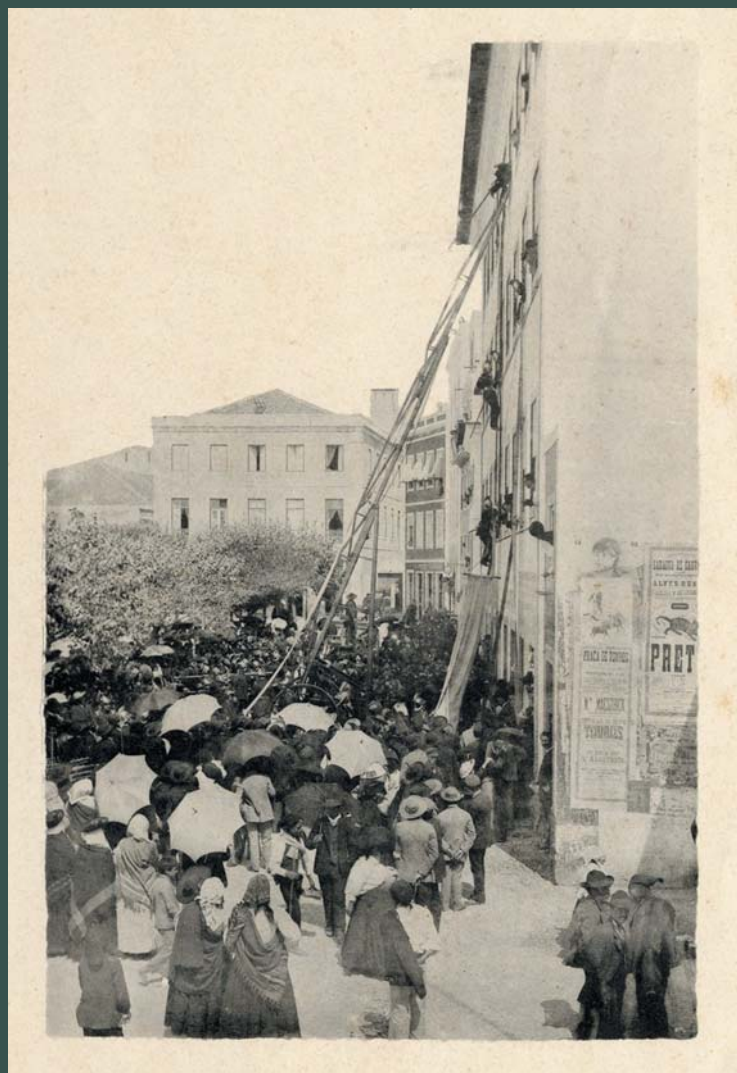
"Este notável *sportsman* andou, no domingo à tarde, fotografando alguns dos mais pitorescos e encantadores pontos da Figueira. [...] Os seus pontos de observação eram feitos à beira do nosso formoso rio."

Em 1880, a convite da Academia de Belas Artes, acompanha uma Comissão encarregada de inspeccionar o estado dos conventos do Lorvão, Seiça (no concelho da Figueira da Foz) e São Marcos. Terá aproveitado essa expedição para visitar a Figueira e para tirar algumas fotografias das zonas da Doca e do Cabo Mondego.

As suas imagens de Buarcos existentes no espólio do AFMFF serão dessa altura, pois no catálogo *Carlos Relvas e a Casa da Fotografia*



Carlos Relvas
Albumina
Brigue "Silvia Liverpool", Doca da Figueira da Foz, c.1880
Colecção do AFMFF



Carlos Relvas
Fototípia
Exercícios dos Beneméritos Bombeiros Voluntários e Municipais
Figueira da Foz, Setembro 1890
Coleção do AFMFF

surgem clichés semelhantes, datados entre 1880 e 1890, ainda que sem indicação do local. Contudo, não nos restam dúvidas quanto à localização, pois as referências urbanísticas são irrefutáveis.

Um trabalho de maior envergadura espera-o no ano de 1882. Com a *Exposição de Arte Ornamental* organizada no Palácio Marquês de Pombal, às Janelas Verdes (hoje MNAA), é encarregado do levantamento fotográfico das obras expostas. Faz 512 chapas, das quais resulta o *Album de Phototypias da Exposição de Arte Ornamental em Lisboa MDCCCLXXXII*.

António Sena, na *História da Imagem Fotográfica em Portugal*, refere que «fizeram-se quatro edições luxuosas e distintas a partir das suas fotografias: uma, de 50 exemplares, encadernada, com 55 fototipias impressas por J. Leibold [...]; outra, de 3 ou 5 exemplares, em duas pastas contendo 123 e 202 fototipias, respectivamente; e outras duas [...] com mais de quinhentas fototipias assinadas a lápis pelo autor; uma delas oferecida ao MNAA».

O AFMFF possui 23 fototipias de uma destas edições, todas elas assinadas e numeradas. Desconhece-se a forma como vieram a incorporar a colecção de fotografia, embora não sejam alheias a isso as diversas amizades de Carlos Relvas com ilustres figueirenses.

Em Setembro de 1890, "em homenagem [...] ao Exmo. Sr. Carlos Relvas, as corporações de bombeiros voluntários e municipais desta cidade realizaram no domingo, pelas 11 horas da manhã, na Praça Nova, alguns exercícios [...]. Os Srs. Carlos Relvas e Dr. Clemente dos Santos, amador de Vila Franca de Xira, tiraram algumas fotografias." Retratam este acontecimento as seis fototipias oferecidas por Carlos Relvas, hoje presentes no espólio do AFMFF.

AS DOAÇÕES

A 1 de Outubro de 1890, o *Correio da Figueira* anuncia que "o Sr. Carlos Relvas, cavalheiro distinto, já muito conhecido por numerosos actos de fidalga generosidade e filantropia, ao visitar com sua Exma. esposa [...] a Santa Casa da Misericórdia desta cidade, ofereceu de esmola a tão humanitário estabelecimento a valiosa quantia de 90\$000 reis. [...] O mesmo cavalheiro, que é um fotógrafo notabilíssimo, ofereceu também [...] um esplêndido álbum de fototipias, representando alguns dos mais belos panoramas de Espanha, França e Suíça".

Após a sua morte, e dez anos passados sobre a invenção e construção de um barco salva-vidas, "a Exma. Sra. D. Mariana Relvas, viúva do nosso malogrado amigo e desvelado protector da Misericórdia da Figueira, o Sr. Carlos Relvas, ofereceu à comissão de socorros a náufragos o barco salva-vidas que o seu falecido esposo inventou".

Desconhecendo documentação adicional que nos permita contestar tais doações, justifica-se pelas abundantes referências da imprensa local da época a afinidade do mais importante fotógrafo português do século XIX com a Figueira da Foz.

GUIDA CÂNDIDO
Técnica Superior do Arquivo Fotográfico Municipal da Figueira da Foz



Carlos Relvas
Prova em gelatina e sais de prata • Muralhas, Buarcos, c.1880-1890 • Colecção do AFMFF

ESTUFA DO JARDIM BOTÂNICO E ARQUITECTURA DO FERRO DO SÉC. XIX

A estufa do Jardim Botânico de Coimbra, designada por Estufa Grande, foi idealizada na segunda metade da década de 50 do século XIX, durante a direcção de Henrique do Couto de Almeida. Em 1856, o primeiro-ministro Nuno José Severo de Mendonça Rolim de Moura Barreto, o Duque de Loulé, autoriza finalmente a construção desta obra, há muito ambicionada por várias direcções do jardim.

O risco foi da autoria do engenheiro francês Pierre Joseph Pézerat, na altura chefe dos serviços de arquitectura do Município de Lisboa, onde trabalhou de 1840 a 1870, deixando largos projectos de arruamentos e saneamento básico. Antes de se radicar no nosso país, Pézerat foi o arquitecto particular de D. Pedro IV no Brasil, entre 1825 e 1831, e veio para Portugal no séquito de D. Maria II.

Numa época em que as estruturas metálicas pré-fabricadas habitualmente usadas na construção eram na sua maioria de fabrico francês ou inglês, a estufa do Jardim Botânico de Coimbra teve o mérito de ser toda ela de fabrico nacional. A sua concepção dividiu-se por duas cidades e companhias distintas: uma parte foi feita na fundição Companhia Aliança, em Massarelos, Porto, e outra no Instituto Industrial de Lisboa.

CONTAS MISTERIOSAS

Apesar de a Estufa Grande do Jardim Botânico de Coimbra ser tradicionalmente datada de 1856, ano da autorização governamental, existem na documentação relativa à contabilidade registos que mencionam o início da construção de uma nova estufa dois anos antes. A existência destes documentos levantou uma questão muitíssimo interessante e para a qual ainda não foi encontrada uma resposta concreta: seriam já estas despesas referentes à estufa desenhada por Pézerat, ou seja, à presente estufa? Não se sabe.

Este breve hiato temporal – dois anos – de facto não deixa de ser curioso e, ao mesmo tempo, revela-se uma misteriosa incógnita.

Na minha opinião, tendo em conta o curto espaço de tempo e a documentação supracitadas, parece-me provável que as menções anteriores a 1856 possam ser já referentes à actual estufa, riscada por Pézerat. Vejamos: é verdade que o Duque de Loulé só constituiu governo a 3 de Junho de 1856 e a autorização só se formalizou nesse ano, mas será que o governo anterior não poderia ter já autorizado

ao jardim a construção de uma nova estufa? A não ser que fosse logo uma das primeiras decisões do novo governo, algo que me parece pouco provável, seria muito difícil que uma estufa como esta, tendo em conta as obras de raiz que teriam de ser feitas e os meios existentes na época, se tivesse construído em meio ano... Outra questão que se impõe é por que razão haveria a direcção do jardim de investir aquelas avultadas somas, apresentadas nas folhas de despesa de 1854 e 1855, numa estufa que supostamente seria demolida passado um ano? Em relação ao risco, será que Pézerat não o poderia ter executado há mais tempo? Actualmente, é-nos impossível comprovar a data do risco, já que não se conhece o seu paradeiro e nem sequer existem cópias. Uma vez mais, a incógnita...

UM EDIFÍCIO COM MUITAS SINGULARIDADES

Apesar de ainda persistirem algumas interrogações em volta da Estufa Grande, esta tem o valor acrescido de ser um dos escassos exemplares da arquitectura metálica coimbrã ainda presentes entre nós e, mais importante ainda, é um dos mais antigos edifícios – se não o mais antigo – da arquitectura do ferro existente em Portugal. No entanto, continua a ser incompreensivelmente ignorada pelos inúmeros estudos de História da Arte e Arquitectura...

Tal como a maior parte dos edifícios construídos em ferro, a estufa tinha, e tem, acima de tudo, um carácter prático e funcional. Pézerat concebeu-a longitudinalmente, tripartindo-a. A sua secção central, de tecto alto, foi projectada com palmeiral, enquanto as alas correspondentes servem para alojar plantas tropicais.

O conjunto tem grande equilíbrio e evidencia o corpo central, que domina globalmente o conjunto arquitectónico.

Edifício de generosas dimensões, embora à primeira vista não pareça, a estufa tem um comprimento de 72,10 metros, uma largura de 9,84 metros, uma altura de 4,40 metros nos corpos laterais e de 8 metros no corpo central.

No seu exterior, é possível verificar a junção do ferro, do vidro e de um terceiro elemento: a alvenaria. Este último elemento foi utilizado na fachada posterior, fundamentalmente por questões estruturais, já que oferece à estufa uma maior rigidez construtiva e, além disso, evita

uma maior dissipação do calor do que aconteceria se ela fosse inteiramente de ferro e vidro.

Numa época dominada pelo ecletismo e pelo revivalismo arquitetónico "impostos" pelo Romantismo, era mais do que previsível que esta influência alastrasse até ao risco da estufa. Num olhar mais atento às caixilharias, é possível vislumbrar uns trejeitos neo-românicos e neo-góticos, através dos padrões em volta perfeita e ogivais.

Mas é no interior que as características emblemáticas desta tipologia arquitetónica, tais como a fluidez, a leveza e a transparência, se agigantam. Provocado pelo efeito de contraluz, as caixilharias, tal como os padrões que as compõem, ganham uma nova ênfase dificilmente compreendida no exterior, que resulta na visão absoluta de todo o esqueleto construtivo composto pelo extenso emaranhado metálico.

A estrutura de suporte é formada por várias sequências de finos ferros interligados, através de soldaduras ou então aparafusados.

Mais uma vez, claramente pelos motivos estruturais, a alvenaria continua a marcar presença na parte interior da estufa. Para além da já mencionada fachada posterior, a alvenaria aparece como o material utilizado na construção das portas, que dividem por dentro os três corpos do edifício.

A estufa coimbrã seria a construção de maior vulto no seu género em Portugal até à conclusão da Estufa Quente, em Lisboa, em 1975.

FAUSTO CUSTÓDIO MOREIRA
Licenciado em História da Arte pela FLUC
fausto_moreira@hotmail.com



EQOFAR, SAÚDE AMBIENTAL E INTERACÇÃO COM A COMUNIDADE

Na licenciatura em Ciências Farmacêuticas da Universidade de Coimbra foi fundado, em 2003/04, o EQOFAR (Estudantes de Química Orgânica da Faculdade de Farmácia: Acção/Reacção), designação que, em parte, remete para a actuação desenvolvida – diagnóstico de problemas ambientais (acção) e propostas para a sua mitigação ou resolução (reacção).

Os alunos que integram este grupo desenvolvem actividades de educação não formal, em regime de voluntariado, tendo como ponto fulcral a interacção com a comunidade. Nessas actividades pretendem evidenciar a importância da Química Orgânica na sociedade contemporânea e a sua inter-relação com o bem-estar das populações, possibilitando a compreensão e mitigação de problemas globais, como os referentes a alterações climáticas, recursos energéticos e resíduos domésticos.

O EQOFAR iniciou a sua actividade no âmbito da prevenção e reciclagem de resíduos sólidos urbanos (RSU's), desenvolvendo os "Programa 3E's: Ecodinâmico; Ecoreactivo e Ecolúdico", que se destinam a diferentes públicos e têm por objectivo divulgar e implementar boas práticas na separação de RSU's e seu encaminhamento no sentido de reutilização, reciclagem ou valorização. Posteriormente, o EQOFAR teve a adesão de mais elementos, alguns dos quais provenientes de outras licenciaturas (Engenharia Electrotécnica e Computadores e Licenciatura em Sistemas e Multimédia) e alargou o seu âmbito de actuação a outros programas que se coadunam com o compromisso inicial de privilegiar a interacção com as farmácias de oficina e comunidades envolventes de forma a reforçar a intervenção dos Farmacêuticos na promoção da saúde ambiental, que é parte integrante da saúde pública.

Assim, actualmente, estão também em curso os Programas SAFra (sensibilização/educação ambiental dirigida aos utilizadores de produtos fitofarmacêuticos), Abazul (informação e educação ambiental de utentes de zonas balneares detentoras de Bandeira Azul), ERA (energias renováveis e ambiente), edutEQO (concepção e desenvolvimento de materiais e recursos de natureza diversa para actividades formativas) e infEQO (divulgação e promoção de acções efectuadas pelos restantes programas).

O EQOFAR disponibiliza equipas de educadores em saúde ambiental, no âmbito dos vários programas, cujas acções podem ser solicitadas por escolas, autarquias, farmácias de oficina ou outras entidades públicas ou privadas.

PROJECTO TRANSNATURAL NO JARDIM BOTÂNICO

O TRANSNATURAL é um projecto sobre o Jardim Botânico da Universidade de Coimbra, que alia uma vertente arquivista/documental, proveniente de acervos institucionais, com a realização de trabalhos de autor. Fotografia, vídeo, artes plásticas, literatura e arquitectura são os ingredientes que constituem esta exposição, a inaugurar no Museu Botânico a partir do mês de Janeiro de 2007.

PRÉMIO UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Estão abertas as candidaturas para a edição de 2007 do Prémio Universidade de Coimbra, sendo 21 de Novembro o limite do prazo para envio de propostas. Esta distinção, patrocinada pelo Banco Santander-Totta e com o apoio do *Jornal de Notícias*, é atribuída anualmente "a uma pessoa de nacionalidade portuguesa que se tenha destacado por uma intervenção particularmente relevante e inovadora nas áreas da cultura ou da ciência". O regulamento do prémio, que será constituído por um diploma e por uma dotação no valor de 25 mil euros, pode ser consultado na internet: www.uc.pt/premiouc

O júri desta 4ª edição tem a seguinte constituição: Fernando Seabra Santos (presidente), António V. Monteiro e Alexandre Nilo Fonseca (vice-presidentes), Ana Hatherly, António Reis, Ana Maria Miranda Botelho Teixeira, António Simões Lopes, João Fernandes, João Filipe Queiró, Maria Helena da Cruz Coelho, Rui de Alarcão, Sebastião Formosinho Sanches Simões e Teresa Lago (vogais).

Os vencedores das anteriores edições foram Fernando Lopes da Silva (2004), António Manuel Hespanha e Luís Miguel Cintra (2005) e Maria Helena da Rocha Pereira (2006).

PRÉMIOS DA ACADEMIA DA HISTÓRIA DISTINGUEM PROFESSORES DA UC

Maria Helena da Cruz Coelho, Maria José Azevedo Santos, Pedro Dias e Saúl António Gomes foram os quatro professores do Grupo de História da Universidade de Coimbra distinguidos pela Academia Portuguesa da História. Os prémios foram atribuídos na sessão de encerramento do Ano Académico e agraciam os autores que se distinguiram em diferentes sub-especialidades.

Maria José Azevedo recebeu o "Prémio Augusto da Costa Veiga" pela

obra *O valor da escrita em tempos de Inês de Castro*. A obra de Maria Helena Coelho distinguida com o "Prémio Pedro Cunha Serra" foi *Arouca. Uma Terra, um Mosteiro, uma Santa*. Por seu lado, *De Goa a Pangim. Memórias tangíveis da capital do Estado Português da Índia* foi o livro que valeu a Pedro Dias o galardão "Fundação Oriente". Já Saúl António Gomes recebeu o "Prémio Calouste Gulbenkian de História Regional" por *Porto de Mós. Colectânea Histórica e Documental. Séculos XII a XIX*.

Os prémios atribuídos pela Academia Portuguesa da História dividem-se em galardões criados por várias instituições, recebendo o seu nome, e em doações privadas que tomam o nome dos antigos académicos que homenageiam.

1.º ENCONTRO DO LIVRO UNIVERSITÁRIO DE COIMBRA – ELUC-2006

De 11 a 31 de Outubro de 2006, a Universidade de Coimbra está a organizar, em parceria com a Coimbra Editora, o *Encontro do Livro Universitário*. Este evento tem lugar na Coimbra Editora, na Rua Ferreira Borges, onde irão realizar-se diversas actividades culturais, entre as quais conferências, debates, declamações de poesia e apresentações de livros.

Dia 11 [quarta-feira] • 18.00 – Sessão de abertura: Coral de Letras • Arco de Almedina > 18.30 – Reabertura da livraria Coimbra Editora • Reunião de Editoras Universitárias

Dia 12 [quinta-feira] • 18.00 – Lançamento do livro *Direito ao Assunto*, de José Souto Moura

Dia 13 [sexta-feira] • 18.00 – Lançamento do livro *História do Universo*, de Benedito Calejo [up]

Dia 14 [sábado] • 12.00 – Apresentação do livro *Crónicas de um Peixe fora de Água*, de Miguel Piores Maduro

Dia 16 [segunda-feira] • 18.00 – Lançamento do livro *Labirintos do Mito*, de José Ribeiro Ferreira

Dia 17 [terça-feira] • 19.00 – Lançamento do livro *O Regime Jurídico Internacional dos Rios Transfronteiriços*, organizado por J. J. Gomes Canotilho

Dia 18 [quarta-feira] • 18.00 – Lançamento do livro *As Mulheres no Mundo Contemporâneo*, de Irene Vaquinhas

Dia 19 [quinta-feira] • 17.00 – Lançamento do livro *Epigrafia. As Pedras que Falam*, de José d'Encarnação

Dia 20 [sexta-feira] • 18.00 – Lançamento do livro *Lições de História da Idade Média*, de João Gouveia Monteiro

Dia 21 [sábado] • 15.00 – Revista *Foro das Letras* [Associação Portuguesa de Escritores-Juristas], com António Arnaut, António Osório e José Carlos Vasconcelos

Dia 23 [segunda-feira] • 18.00 – *O Caminho de Coimbra a Roma*, com Maria Helena da Cruz Coelho e Maria José Azevedo Santos

Dia 24 [terça-feira] • 18.00 – Apresentação do livro *Minorias Eróticas e Agressões Sexuais*, de Afonso de Albuquerque

Dia 25 [quarta-feira] • 18.00 – *A Intervenção Arqueológica na Coimbra Editora*, com Helena Catarino, José Costa Santos e Ana Revez

Dia 26 [quinta-feira] • 18.00 – *Ortotipografia e Microtipografia em Textos Científicos*, por Antero Ferreira

Dia 27 [sexta-feira] • 18.00 – Lançamento das obras *O Teatro Neolatino em Portugal*, de Sebastião de Pinho, e *Representações de Teatro Clássico no Portugal Contemporâneo*, de Maria de Fátima Sousa e Silva • 19.00 – actuação do *Thíasos*

Dia 30 [segunda-feira] • 16.30 – Lançamento do livro *O Mundo à Minha Volta. 30 Anos de Ruben A*, de Seabra Pereira > 17.30 – Tertúlia com os autores Agustina Bessa-Luís, Eduardo Prado Coelho, Pinto de Sá, Isabel Ruth e João Pedro Marques

Dia 31 [terça-feira] • 18.00 – Lançamento do livro *Imprensa Estudantil de Coimbra*, de Manuel Carvalho Prata

UC NA BIENAL DE VENEZA

A Universidade de Coimbra esteve bem presente na Bienal de Veneza, que teve lugar entre 10 e 19 de Setembro. José António Bandeirinha (professor do departamento de Arquitectura da UC - DARq) foi comissário da exposição, montada num palácio do Canal Grande, que apresentava obras de 18 arquitectos portugueses. João Mendes Ribeiro e Paulo Providência, ambos professores no DARq, viram projectos seus representados, respectivamente o Centro de Artes Visuais de Coimbra e a Igreja de Figueiredo, em Braga. O Parque Verde do Mondego, da autoria dos arquitectos Camilo Cortesão, Mercês Vieira e João Nunes, constava também da exposição.

INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO INTERDISCIPLINAR UMA NOVA DINÂMICA DE DESENVOLVIMENTO E INTERVENÇÃO

Em Março de 2006, foram empossados os novos órgãos de gestão do Instituto de Investigação Interdisciplinar (III) da UC. Ao assumir as suas funções, a direcção do Instituto definiu como principal objectivo o fortalecimento da instituição, projectando-a não só internamente, no seio da Universidade, mas tornando-a também elemento preponderante no relacionamento com o exterior em assuntos como a investigação científica e o desenvolvimento tecnológico.

O III é uma instituição recentemente criada e que funciona como unidade orgânica da UC há menos de dois anos. Não é, pois, de estranhar que o caminho da sua afirmação plena, junto da universidade e fora dela, esteja ainda a ser percorrido. O esforço que a actual direcção tem vindo a efectuar desde que assumiu a condução dos destinos da instituição, no sentido de lhe imprimir uma nova dinâmica de desenvolvimento e intervenção, começa já a dar os seus frutos. Recentemente, sete unidades de investigação manifestaram o seu interesse em aderir ao Instituto, juntando-se às 40 que o integram desde a sua criação.

OBJECTIVOS E MODO DE FUNCIONAMENTO

Estatutariamente, os objectivos do III centram-se no desenvolvimento do diálogo interdisciplinar, consolidando e incrementando, por essa via, a produção de conhecimento no âmbito dos centros de investigação sediados na UC. O Instituto compreende um Conselho de Investigação, onde estão representadas todas as unidades que o integram, bem como todas as faculdades da UC, através dos presidentes dos seus conselhos científicos. O Conselho de Investigação é, pois, o órgão que determina as grandes linhas de actuação do Instituto. A coordenação das diferentes actividades desenvolvidas e a articulação permanente com os responsáveis das unidades de investigação e das faculdades é da responsabilidade da Direcção, a que tenho a honra de presidir. É política desta Direcção manter um diálogo constante com unidades de investigação e faculdades. Reuniões parcelares, envolvendo unidades com interesses comuns específicos, fazem parte da agenda permanente das nossas actividades. Nestes poucos meses que levamos à frente do Instituto, tivemos já oportunidade de reunir várias vezes com responsáveis de unidades de investigação, na procura de soluções para problemas comuns que urge resolver; de forma a planear acções destinadas a estimular a interdis-

ciplinaridade e a produção científica na UC. Estamos também em fase de preparação de um conjunto de iniciativas diversas que, estou certo, promoverão fortemente o diálogo entre os diferentes saberes. De entre essas iniciativas, devo começar por salientar o lançamento de uma *newsletter* electrónica versando temáticas relacionadas com a investigação científica, particularmente bem recebida pela comunidade universitária, e a criação de um portal científico, dinâmico e aberto ao exterior, que substituirá a actual página-net do Instituto e que esperamos possa ser colocado em linha muito em breve. Nesse portal, circularão diversos tipos de fluxos informativos, que permitirão dar a conhecer melhor a investigação que se faz na UC. O portal terá também por objectivo cativar novos públicos para as actividades científicas e servir de interface com empresas, outras instituições de desenvolvimento científico e tecnológico e com os cidadãos em geral. Naturalmente, pretende também facilitar a articulação interna da informação entre a direcção do Instituto e as suas unidades de investigação associadas, bem como entre estas. Facultará espaço para alojamento de páginas *web* das unidades de investigação e relacionadas com eventos organizados por estas, tais como congressos, *workshops*, etc, e disponibilizará módulos para gestão de projectos. Pretendemos também que o portal esteja estreitamente articulado com bases de dados externas, como por exemplo a da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, de forma a evitar duplicação de tarefas, de que é bom exemplo a gestão dos *curricula vitae* dos investigadores.

CAMINHOS E PROJECTOS

Outras iniciativas serão a seu tempo apresentadas publicamente e em detalhe. Delas fazem parte a organização de uma conferência científica, subordinada a temática interdisciplinar, com a participação de oradores de relevo, a continuação do programa de atribuição de bolsas de doutoramento e financiamento a projectos, concursos destinados a jovens, com incidência em matérias do foro científico, a começar por um concurso de fotografia e imagem científica, etc. Está, assim, em curso um conjunto de iniciativas destinado a afirmar a excelência da UC no espaço científico nacional e internacional. O Instituto tomou a seu cargo a responsabilidade de financiar projectos de investigação em áreas cruciais para o desenvolvimento científico e tecnológico do país, dirigidos por jovens investigadores a

quem se pode augurar uma carreira científica brilhante, e definiu uma carteira de bolsas de doutoramento que tem vindo a atribuir a estudantes altamente qualificados. Estes programas estão em fase de incrementação e durante este ano decorrerão novos concursos para financiamento, quer de projectos de investigação (a terem início em Janeiro de 2007), quer de bolsas de doutoramento (a começar ainda durante o corrente ano). A outro nível, o Instituto tem vindo a incrementar a sua actividade, em parceria com o GATS (Gabinete de Apoio às Transferências do Saber), no domínio do apoio à investigação aplicada e realizada em parceria com entidades externas. O número de protocolos de colaboração e de prestação de serviços na área da investigação aplicada tem vindo a crescer imenso nos últimos meses. Simultaneamente, há o maior empenho da Direcção do Instituto em contribuir para recolocar a UC nos centros de decisão que determinam as políticas científicas, de onde infelizmente foi

sendo progressivamente afastada nos últimos quase 20 anos, fruto de uma excessiva centralização na capital, que também neste domínio caracteriza o nosso país. Pela circunstância de representar um número elevado de unidades de investigação creditadas pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia e mais de milhar e meio de investigadores, o Instituto de Investigação Interdisciplinar tem certamente a obrigação de desempenhar um papel de relevo enquanto parceiro no diálogo inter-institucional. O nosso compromisso firme é, na linha do que até aqui temos vindo a fazer, assumir essa tarefa com determinação e responsabilidade.

RUI FAUSTO M.R.S. LOURENÇO
Presidente do Instituto de Investigação Interdisciplinar da UC
(Junho de 2006)

GABINETE DE SAÍDAS PROFISSIONAIS DA UC INTEGRAÇÃO DE LICENCIADOS NO MERCADO DE TRABALHO

A inserção de licenciados no mundo laboral reflecte as dificuldades socio-económicas do tecido empresarial que têm caracterizado a sociedade hodierna. Esta conjuntura, o rápido desenvolvimento do saber e as altas expectativas do empregador tornam cada vez mais exigente a *performance* da mão-de-obra superiormente qualificada, quer ao nível das habilitações académicas, quer ao nível de muitas outras áreas formativas. A procura de integração profissional configura, por isso mesmo, um processo dinâmico, que pressupõe uma abordagem esclarecida, cuidada e sistemática junto do tecido empresarial, aliado ao desenvolvimento de capacidades de iniciativa.

A Universidade de Coimbra, preocupada com a empregabilidade dos seus licenciados, criou, em 1997, uma estrutura – as “Saídas Profissionais” (SP) – com o objectivo de minimizar os problemas de integração profissional deste público-alvo.

Esta estrutura tem como objecto específico servir de interface entre a oferta e a procura, ou seja, entre a mão-de-obra superiormente qualificada e o tecido industrial/empresarial. Para tanto, para além de promover a divulgação da procura de emprego qualificado, bem como da oferta a esse fim destinada, dinamiza acções de formação subordinadas ao tema “Processo de Procura de Emprego”, que visam dotar os licenciados de competências que lhes permitam uma melhor abordagem do mundo do trabalho, ao mesmo tempo que fomentam a aproximação do estudante ao mundo laboral, organizando estágios de curta duração (no Verão) junto de entidades públicas e privadas, Instituições Particulares de Solidariedade Social, empresas e serviços.

ESTÁGIOS, ACÇÕES DE FORMAÇÃO E PARCERIAS

Em 2005, 320 estudantes das diversas faculdades tiveram a oportunidade de experimentar uma aproximação ao mundo laboral, através

da realização de estágios; no Verão de 2006 foram organizados 470 estágios.

Nos últimos três anos lectivos, foram realizadas 10 acções de formação sobre o “Processo de Procura de Emprego”, com a duração de 15 horas semanais; nelas participaram 190 estudantes universitários, de todas as faculdades. Estas acções têm sido avaliadas como muito positivas, interessantes e úteis.

Junto das empresas, têm sido criados diversos modos de articulação, quer assegurando-lhes todas as condições para fazerem, na UC, a sua apresentação e recrutamento de quadros superiores, quer na dinamização de uma bolsa de empresas para a implementação de um sistema anual de quotas de estágios a proporcionar aos estudantes finalistas e recém-licenciados.

Por outro lado, procurando estabelecer e estreitar parcerias externas com diversas entidades, designadamente com associações industriais e empresariais e com as empresas em geral, portuguesas ou estrangeiras, têm-se dinamizado acções promotoras do empreendedorismo, bem como participado em feiras de emprego.

Em Abril de 2005, a UC, através desta estrutura universitária, estabeleceu uma parceria com o Instituto do Emprego e Formação Profissional, alargando os seus serviços a todos os licenciados residentes na área de jurisdição da Delegação Regional do Centro desse Instituto (distritos de Aveiro, Castelo Branco, Coimbra, Guarda, Leiria e Viseu). Criou-se, assim, o “Centro de Orientação e Emprego para Licenciados” (COEL). Muitos são os ganhos recíprocos desta parceria, mas sublinhem-se dois projectos em desenvolvimento: a dinamização dos estudantes para a criação de um clube de empreendedorismo e a implementação de iniciativas conducentes ao estabelecimento da UC como entidade organizadora de estágios profissionais.

FERNANDA PEREIRA
A Coordenadora das Saídas Profissionais

Serviços prestados pelas “Saídas Profissionais” e “Centro de Orientação e Emprego para Licenciados”

- Atendimento especializado e personalizado a detentores de habilitações superiores (licenciados, mestres, doutores) ou a estudantes dos últimos anos;
- Inscrição numa base de dados de candidatos colocada on line (www.uc.pt/sp);
- Divulgação de ofertas de emprego, estágios, bolsas de investigação, sessões de apresentação e recrutamento. As SP e o COEL servem de interface entre a oferta e a procura de emprego;
- Disponibilização de um espaço promotor do empreendedorismo;
- Disponibilização da utilização de meios informáticos para pesquisa, procura e construção de soluções de emprego;
- Contributo para o aumento da empregabilidade dos licenciados, cabendo-lhe criar parcerias externas com vista à resolução de problemas de emprego, no país ou no estrangeiro;
- Acções de informação/formação sobre questões ligadas à integração profissional;
- Acções de formação subordinadas ao tema “Processo de Procura de Emprego”. Estas acções visam dotar os licenciados de competências que lhes permitam uma melhor abordagem do mundo do trabalho;
- Dinamização de estágios de Verão;
- Disponibilização de informação relativa a cursos e perfis profissionais (www.uc.pt/sp).

MUSEU DA PEDRA DO MUNICÍPIO DE CANTANHEDE CINCO ANOS A MOSTRAR O PATRIMÓNIO GEOLÓGICO DA REGIÃO

O Museu da Pedra é um espaço de referência identitária e um lugar privilegiado de aprendizagem, que promove várias actividades destinadas a públicos de origens culturais diferenciadas.

Aberto ao público desde 20 de Outubro de 2001, o Museu foi, nesse mesmo ano, galardoado com a *Menção Honrosa de Melhor Museu Português do Triénio 1999/2001* pela Associação Portuguesa de Museologia. Recentemente, foi galardoado com o *Prémio Nacional de Geoconservação 2006*, atribuído pela ProGEO – Associação Europeia para a Preservação do Património Geológico.

O Museu da Pedra pertence, desde a sua fundação, à Rede Portuguesa de Museus, e recebe anualmente mais de 14 mil visitantes. Pertence também à Associação de Museus e Centros de Ciência de Portugal e à Associação Portuguesa de Museologia.

ORIGEM E CONTEÚDOS

A extracção de calcário das importantes jazidas que se estendem a sul do concelho (Ançã, Portunhos, Outil e Vila Nova) e as actividades que sempre lhe estiveram associadas têm produzido marcas de natureza antropológica, cultural e artística cujo indiscutível valor patrimonial importa perpetuar. Nesse sentido, a Câmara Municipal de Cantanhede decidiu criar o Museu da Pedra, que pretende: por um lado, constituir um acervo representativo dos testemunhos paleontológicos e das obras de arte que, desde há muitos séculos, utilizam o famoso calcário da região, genericamente conhecido por "pedra de Ançã"; por outro lado, manter vivos os mesteres artísticos e ofícios tradicionais que estão na sua origem.

O Museu da Pedra está instalado num edifício recuperado do século XVIII, contíguo à Casa Municipal da Cultura, e integra uma construção principal com características de casa senhoral de quinta, e outra construção de desenho actual, no prolongamento do edifício principal

O corpo central do museu é dedicado às exposições. Uma, permanentemente, que contempla, entre outros aspectos, a apresentação de estatuária antiga e outros ornamentos com "pedra de Ançã", as ferramentas utilizadas na sua elaboração, a caracterização geológica do concelho, os métodos de extracção da pedra, artefactos arqueológicos e um importante conjunto de fósseis oriundos das pedreiras locais. A galeria de exposições temporárias procura proporcionar a

Cantanhede e aos seus visitantes, de forma continuada e regular, o contacto com a produção escultórica contemporânea e um conhecimento mais aprofundado e actual dos múltiplos aspectos que o trabalho da pedra envolve.

Com este serviço nuclear, articula-se o que podemos designar como "museu vivo", uma área que dispõe de um auditório e de ateliês de artes plásticas, nomeadamente de escultura, nas quais são regularmente desenvolvidas actividades lúdico-pedagógicas dirigidas especialmente às escolas pelos serviços educativos do Museu.

FUNÇÕES E PARCERIAS

Na sua generalidade, os museus têm vindo a aumentar e a diversificar a sua oferta no desenvolvimento de projectos educativos e de iniciativas várias, capazes de responder aos interesses de um conjunto variado de públicos, em contexto escolar ou familiar.

No Museu da Pedra, este compromisso assume especial relevância, sobretudo porque 70 por cento dos nossos visitantes são estudantes de vários níveis de ensino. Esta realidade tem-nos conduzido ao trabalho em parceria com outras instituições museológicas e científicas, com vista à prossecução de objectivos comuns: Museu Nacional de História Natural de Lisboa, Museu Nacional de Machado de Castro, Departamento de Ciências da Terra e Museu de Antropologia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da UC.

O relacionamento contínuo e regular que mantemos com as escolas resulta igualmente do facto de o Município de Cantanhede disponibilizar gratuitamente, às quartas-feiras, o seu autocarro de 50 lugares a todas as escolas, para que estas possam visitar o Museu, legitimando o projecto educativo em curso.

Destacam-se ainda as visitas guiadas para invisuais, realizadas em estreita colaboração com a Associação de Cegos e Amblíopes de Portugal (ACAPO). Estas visitas destinam-se a promover o acesso dos invisuais aos bens e valores da cultura, para fazer cumprir a vocação social que devem ter os equipamentos culturais com as características do Museu da Pedra, garantindo aos cidadãos com deficiência igualdade de oportunidades neste domínio.

No âmbito do planeamento e execução de acções regulares e continuadas nas áreas da sensibilização para a preservação e valorização

do património cultural e ambiental, as da área da geoconservação constituem uma valência com vista ao exercício de uma cidadania interventiva. De facto, através das suas acções educativas, o museu estimula os visitantes a adoptarem atitudes responsáveis na gestão do património paleontológico, desempenhando um papel-chave na implementação da Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014), proclamada pelas Nações Unidas em 1 de Março de 2005.

AS EXPOSIÇÕES TEMPORÁRIAS

O Museu da Pedra tem procurado, ao longo dos últimos quatro anos, renovar com frequência as suas exposições temporárias, assegurando a divulgação das suas colecções e reforçando a aproximação a outras instituições. Para além das exposições de escultura contemporânea,

inauguradas com uma mostra de João Cutileiro, tem igualmente diversificado a temática das exposições promovendo a interdisciplinaridade, em articulação com outras instituições – Museu Nacional de História Natural, Museu Nacional de Machado de Castro – e com artífices: ourives, joalheiros, canteiros.

Mas tem também cumprido um projecto de grande interesse patrimonial e pedagógico, que consiste em divulgar, através de uma sucessão de exposições temporárias, as imagens de pedra existentes nas várias igrejas e capelas do concelho de Cantanhede, projecto que se desenvolve em estreita colaboração com as autoridades religiosas.

MARIA CARLOS CHIEIRA PÉGO
Directora do Museu da Pedra



TEATRO MUNICIPAL DA GUARDA A OUSADIA DE UMA PROGRAMAÇÃO

25 de Abril, dia de todos os sonhos. Na Guarda, na fria Guarda, abrem-se as portas do Teatro Municipal (TMG), um teatro de acordo com o seu tempo. Há muito que era esperado esse momento, tendo em conta que a cidade seguia uma política que assentava na ideia de que a cultura seria determinante para o desenvolvimento. A criação do TMG é, pois, uma exigência da comunidade. Apesar da intensa acção cultural desenvolvida, faltava à cidade um equipamento com condições técnicas para receber outras propostas na área do teatro, da música, da dança e das artes plásticas. Sonhar e construir um teatro assentava numa certa ideia de cidadania: o público da Guarda tem direito ao acesso a espectáculos e a outras iniciativas culturais de qualidade. Erguer o TMG foi, pois, um acto de elementar justiça, alicerçado numa necessidade colectiva. A dinâmica da autarquia e dos outros agentes culturais levou a construir um teatro que é, seguramente, uma bela peça arquitectónica, mas, acima de tudo, um espaço de programação exigente e de risco.

UMA (AINDA CURTA) HISTÓRIA DE SUCESSO

O Teatro Municipal da Guarda fez um ano no dia 25 de Abril de 2006. Ainda é cedo para tirar conclusões acerca da sua eficácia, mas já é possível afirmar que o TMG se impôs no panorama cultural do centro do país, com as suas propostas diversificadas e dirigidas a todos os públicos. É a hora do TMG, a hora de um teatro que quer vencer o cerco do conformismo, que ousa programar de uma forma arriscada e estimulante. O TMG não fica deslumbrado com o seu sucesso junto do público (43 mil espectadores e 118 mil utilizadores dos diferentes espaços até Junho de 2006); prefere inovar, criar novos relacionamentos, insistir numa agenda que é um permanente desafio. A Guarda orgulha-se do seu teatro, acompanha de uma forma activa a sua implantação junto da comunidade, entristece-se com os insucessos, festeja um teatro assim, cheio de vigor e entusiasmo. A programação segue linhas orientadoras precisas, tem uma forte identidade, não faz concessões à mediocridade nem ao populismo pacóvio.

No seu primeiro ano de funcionamento, o Teatro Municipal da Guarda mostrou logo ao que veio e por que caminho quer seguir, através de uma programação estruturada à volta de ciclos e de festivais. Promoveu o festival "Jazz nas Alturas" (Anthony Braxton, Nils Petter Molvaer, entre outros), o "Ó da Guarda", um festival de novas músicas (Supersilent, etc.), o "Dizsonante", um festival de poesias experimentais e de arte sonora (Serge Pey, Bartolomé Ferrando e Maja Ratkje, entre outros), o "Acto seguinte", festival de teatro (Comuna, Teatro Nacional de S. João, Teatro da Gargem, etc.), o "Festival do Outro", dedicado, no primeiro ano, ao Brasil (Tom Zé, Antúlio Madureira e muitos outros), o "Outonal", festival de música erudita (Pedro Burmester, Marco Beasley, etc.), o "Ribeirinha, festival de mulheres" (Sussan Deyhim, Meira Asher, Fátima Miranda e muitas outras), o "C3 Ciclo de Cine Concerto", com cinema acompanhado por música ao vivo (o *Fantasma da Ópera*, pela Alloy Orchestra foi o grande destaque), o "Ciclo da Paixão", a pretexto da Páscoa (Quarteto vocal de Giovanna Marini, além de cinema, teatro e debates), ou o "Síntese", ciclo de música contemporânea. A acrescentar a toda esta actividade, realizaram-se muitos espectáculos isolados: José Mário Branco, Kimmo Pohjonen, Amâncio Prada, Mário Laginha e Maria João, Rodrigo Leão, O Bando, Artistas Unidos, Ballet Gulbenkian, companhias de dança Paulo Ribeiro e Olga Roriz, Rui Horta, Ballet do Teatro Hermitage de S. Petersburgo, The Vienna Vegetable Orchestra, Companhia Lírica Siglo XXI e as óperas estatais de Odessa e de Jarkov.

PÚBLICOS NOVOS E NOVOS PÚBLICOS

Por seu lado, o serviço educativo procura desenvolver uma contínua aproximação aos diferentes públicos, envolvendo-os de forma criativa. Oficinas para crianças, jovens e famílias em diferentes áreas (artes plásticas, cinema, música), visitas guiadas e bailes com idosos (Chá dançante). Um dos projectos mais acarinhados pelo TMG é o "Inside out", dirigido a públicos marginalizados. Até agora, realizaram-se duas actividades nesse âmbito: com os jovens de um instituto de

“reeducação” (teatro) e com as doentes de um centro psiquiátrico Bento Menni (artes plásticas).

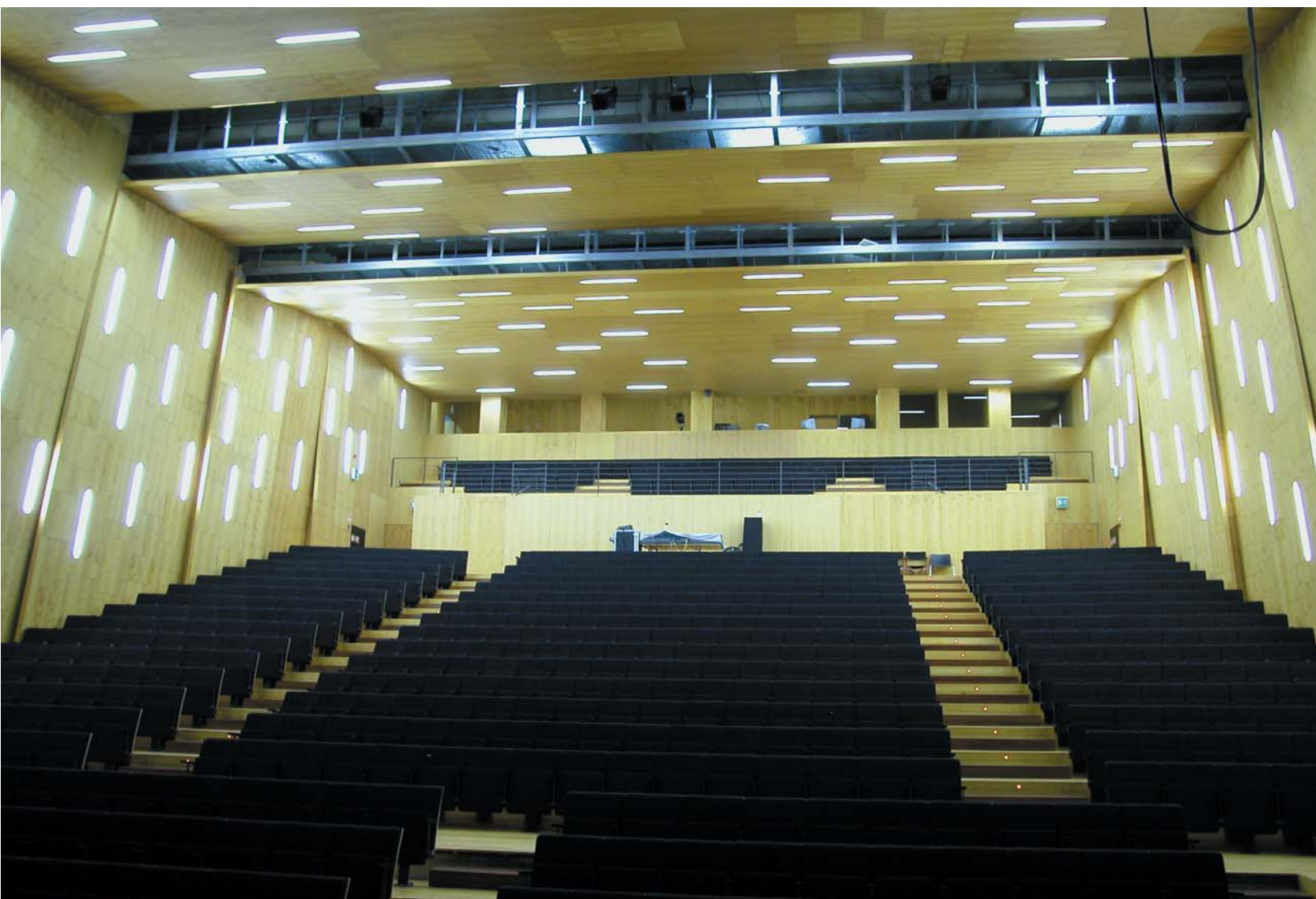
O Teatro Municipal da Guarda mantém, administrando-o directamente, um café concerto que, rapidamente, se transformou no café da cidade. Para além de espectáculos de pequena dimensão (mas, ainda assim, com a tal qualidade que é uma das nossas exigências) a um ritmo semanal, realizam-se nesse espaço debates, apresentações de livros, concursos, num ambiente descontraído, de encontro entre gerações e culturas. No TMG funciona também uma activa Comunidade de Leitores. E há projecções semanais de cinema independente e alternativo. Editamos a revista “Hora TMG” e os cadernos TMG. Fazemos a Rádio TMG, que passa na Rádio Altitude da Guarda e no Onda Cero de Ciudad Rodrigo (Espanha). E alinhamos em co-produções com colectividades...

Com a criação do Teatro Municipal, a Guarda passou a ter uma Galeria de Arte com condições técnicas exemplares. Já expuseram

nesse espaço Júlio Pomar, Júlio Resende, Manuel Cargaleiro e Sofia Areal, os “locais” Maria Oliveira, Júlio Cunha e Pedro Figueiredo, e o projecto “Eflúvio magnético”. O TMG ‘encomendou’ também uma exposição de mulheres artistas da Alemanha e, com a Fundação de Serralves, promoveu a mostra “Da escrita à figura”.

O Teatro Municipal da Guarda desenvolve um autêntico serviço público. Quer continuar a desenvolvê-lo, aprendendo com as críticas. A programação continuará a ser rigorosa, marcada pela exigência da qualidade, num permanente diálogo com a cidade e com os públicos do TMG (cuja proveniência ultrapassa as fronteiras da cidade). Oxalá os “poderes” queiram assumir o seu decisivo papel, no sentido da consolidação da importância cultural do TMG.

AMÉRICO RODRIGUES
Director artístico do Teatro Municipal da Guarda



oficina
Dos Saberes

C I Ê N C I A R E F L E C T I D A



Juntar as secções de *Ciência Reflectida* e *Entrevista* deste número da *Rua Larga*, ilustrando o tema do caderno temático desta edição e ainda por cima a duas vozes era o objectivo. A representar os dois lados das transferências do saber no caso prático que se segue estão António Dias Figueiredo, 60 anos, um dos fundadores do Departamento de Engenharia Informática (DEI) da FCTUC, e Gonçalo Quadros, 42 anos, *Chief Executive Officer* (CEO ou presidente do conselho de administração) da *Critical Software*. Regressamos aos primórdios da Engenharia Informática na UC e visitamos a empresa, considerada como uma *spin-off* do DEI até por lá ter sido concebida quando os seus fundadores faziam doutoramento. Actualmente, de acordo com Gonçalo Quadros, 15 a 20 por cento das receitas da *Critical Software* são aplicadas em I&D, a empresa está a desenvolver alguns projectos que foram iniciados em ambiente universitário e tem aberto escritórios noutras cidades (Lisboa e Porto, nomeadamente) para estar perto das universidades e atrair os melhores alunos.

R•L *Vamos voltar duas décadas atrás para olhar o “embrião” do Departamento de Engenharia Informática. Foi imediatamente bem aceite? Quais as necessidades a que pretendia dar resposta?*

A.D.F. Normalmente, as mudanças não são bem aceites... Há sempre algumas lutas a empreender. Mas eu diria que o projecto do que viria a ser o DEI começou a nascer na nossa cabeça por volta do início dos anos 80. Tinha regressado de Inglaterra, onde tinha

tirado o doutoramento. Ainda voltei para a Física, porque eu era assistente na Física na altura em que fui para Inglaterra, pois ainda não havia engenharias; só quando regressei é que já havia. Depois mudei para a Engenharia Electrotécnica e foi lá que começámos a criar um embrião de um grupo que se interessava por informática, que era a área do meu doutoramento. E começámos a ter um sonho que era perfeitamente descabido naquela altura, porque éramos muito miúdos e éramos poucos: o sonho de vir a criar um departamento. Falávamos apenas entre nós porque era perfeitamente ridículo falarmos com outras pessoas. Mas foi assim. Depois começámos a envolver alunos, que agora são professores destacados do DEI, que se entusiasmaram também com esse projecto. Tudo aconteceu relativamente depressa: a partir de 80 começámos a sonhar, em 82 criámos um mestrado em Ciências da Computação em conjunto com a Matemática e muito apoiados pela Fundação Cultural Luso-Americana. Íamos buscar uma boa parte dos professores aos Estados Unidos, porque senão não tínhamos condições para dar o mestrado.

R•L *Como é que era o panorama nacional da Engenharia Informática na altura?*

A.D.F. Era relativamente pobre. E a nossa ideia, por estranha que pareça, foi começar por um mestrado e não por uma licenciatura precisamente porque não tínhamos recursos humanos para uma licenciatura. Precisávamos de um mestrado para colocar um número de pessoas a um nível suficiente para, então sim,

pensarmos numa licenciatura. Em 1984 lançámos a licenciatura e dez anos depois surgiu o Departamento de Engenharia Informática.

R•L *Houve, logo no início, muita procura por parte de alunos?*

A.D.F. Começou logo a haver procura. A iniciativa foi algo contestada e por isso começámos com *numerus clausus* de 15 alunos e encheu logo. Logo em 1987 começámos a ser mais ambiciosos em termos de investigação e tivemos um contrato bastante grande com a Portucel à luz do qual negociámos uma contribuição para comprarmos um espaço onde pudéssemos trabalhar: Comprámos então um edifício que está junto à Quinta da Boavista, para onde fomos.

R•L *Foram os pioneiros do Pólo II..*

A.D.F. Exacto. Aliás, fomos pioneiros em algumas coisas curiosas. Uma delas foi um grupo de investigação comprar a casa para onde foi trabalhar. E depois oferecemos o espaço à Universidade porque nós não tínhamos sequer personalidade jurídica para poder registar um prédio. Nessa altura, Portugal já tinha aderido à então CEE e começou a haver fundos interessantes. Por volta de 90, começámos a preparar-nos para arranjar fundos para dar uma dimensão mais significativa à nossa actividade, ao nosso departamento, que viemos a comprar; pelo menos em parte, com fundos europeus. Ao mesmo tempo, criámos um centro de investigação – o CISUC [Centro de Informática e Sistemas da Universidade de Coimbra] – com um belíssimo financiamento de quase meio milhão de

contos, na altura. Juntámo-nos ainda com colegas de outros departamentos e criámos o Instituto Pedro Nunes. Isto corresponde a um certo posicionamento estratégico que significa termos uma instituição para ensino, uma para investigação e outra para a ligação às empresas. Era esse triângulo que estava na nossa cabeça. Penso agora que deveria haver um outro vértice que era o da expressão empresarial que se ocupasse da criação sistémica de *spin-offs*, não por acaso, mas como parte de um projecto.

R•L *Aliás a Critical Software é uma das principais spin-offs do DEI, podemos considerá-la assim?*

G•Q. A *Critical* tem todas as características de uma *spin-off* da universidade, do DEI. Foi fundada por três pessoas que estavam a fazer doutoramento no Departamento. A nossa história é curiosa, desde logo, porque são pessoas de gerações diferentes, que fizeram a licenciatura em alturas diferentes. Eu sou o mais velho e sou engenheiro electrotécnico, mas estive sempre muito ligado a tudo o que o DEI ia fazendo, mesmo em termos de investigação, até porque a informática era uma das opções da Engenharia Electrotécnica; o João Carreira e o Diamantino já são engenheiros informáticos, fizeram um percurso dentro do Departamento. Há uma curiosidade: nenhum de nós ficou na Universidade, passámos por diversos sítios, e há um determinado momento em que decidimos, por diferentes motivações, voltar à Universidade para fazer o doutoramento. A intenção não era ficar na Universidade e por isso mesmo

começou a desenhar-se a ideia de que não queríamos mesmo seguir a carreira académica e isso acabou por ser decisivo no lançamento da *Critical*. A ideia, o tipo de projecto foi sendo elaborado ao longo de bastante tempo, mas a partir do momento em que tomámos a decisão de avançar de facto, nunca mais parou, apesar das dificuldades que temos sentido.

R•L *A que necessidades é que a empresa, no seu início, pretendia dar resposta, e como é que essas respostas se articulavam com a Universidade de Coimbra?*

G•Q. Quando começámos a falar sobre esta hipótese, resolvemos avançar para a escrita de um plano de negócio, o que era, dizia a teoria, a melhor forma de nós sistematizarmos um conjunto de ideias que tínhamos e de as enquadrarmos de uma forma mais óbvia. A conclusão a que chegámos foi que se pressentia que a informática era prevalente cada vez mais nas actividades do dia-a-dia e tudo aquilo que fosse capaz de tornar os sistemas mais robustos, mais disponíveis, mais fiáveis, mais seguros, tinha valor de mercado. E havia uma área, que sempre foi uma área de referência no Departamento, que se dedicava a sistemas confiáveis, onde havia um fortíssimo reconhecimento internacional, que potenciava a exploração da percepção de uma maneira estruturada e com qualidade no mercado. Na altura, as competências que tínhamos podiam ser exploradas por um novo mundo que já se percebia, designadamente a mudança dos paradigmas de negócio, a importância da informática para as empresas,

para o comércio electrónico, e daí a necessidade de adoptar sistemas com características de maior portabilidade. Em termos gerais, foi aquilo que nós pensámos e foi, em boa verdade, uma maneira de nos auto-convencer-mos daquilo que estávamos a fazer; mesmo que não tivéssemos muita razão. O que interessava é que houvesse uma ideia que fosse capaz de nos catalisar. O plano de negócios que fizemos nessa altura era extraordinariamente conservador e acabámos por superar em muito todas as metas que tínhamos estabelecido. Parecia impossível conseguir chegar àqueles números: contratar cinco pessoas era fantástico...

R•L *Para termos a noção, quantas pessoas trabalham actualmente na empresa?*

G•Q. Hoje envolvemos cerca de 200 pessoas, entre colaboradores e estagiários. Aquilo que eu acho que nos destaca é a nossa capacidade de aprender – somos formados em Engenharia, temos muito poucas noções de gestão e de outras áreas que são importantes para que um projecto destes vença: *marketing*, recursos humanos, área financeira – mas eu diria que isso não tem sido uma ameaça para nós. Temos a noção de que sabemos pouco, estamos muitíssimo mais atentos e temos vontade de aprender. E aplicamos aquilo que as teorias e a experiência aconselham, maximizando as nossas hipóteses de sucesso. Nós não achamos que tenhamos feito nada de muito especial. Fizemos aquilo que era suposto fazermos: uma empresa de base tecnológica, uma *fast company*, num



mercado muito agressivo, onde a dimensão é importante e temos de ter corpo para aguentar as cargas sem demasiados problemas. Fizemos um percurso normal, não foi um mau percurso, mas não é um percurso excepcional. Excepcional será quando dermos o passo que se segue, que é aquele em que estamos a trabalhar activamente, que é termos tecnologia nossa no mercado. Isso sim, é algo que nos encheria de orgulho e nos levaria a dizer que fomos bem sucedidos no que queríamos. Estamos num mercado muito volátil, em que o que é verdade hoje já não é verdade amanhã, e para ter tecnologia é preciso concebê-la, desenvolvê-la, testá-la, afinar com as necessidades do mercado, e tudo isso leva tempo, que é uma coisa que nós não temos. Neste momento lançámos uma *spin-off* dentro da *Critical Software*, que se chama *Critical Links* e que vai começar a comercializar à escala global a nossa primeira tecnologia destinada ao mercado de massa, que nós pensamos que vai ser bem sucedida – é uma *network appliance*. O projecto começou a ser feito com a Universidade de Coimbra, como muitas outras tecnologias que nós temos, mas entretanto amadureceu, percebemos que havia espaço no mercado para ela, percebemos que estamos mais à frente do que os outros. Neste momento temos tudo o que são as empresas mais conhecidas na área das redes – a Cisco, a Eriksson, a 3Com – à procura de soluções como a nossa. E estamos a falar com eles todos. Acreditamos que podemos vir a ter tecnologia nossa dentro de outros equipamentos vendidos em massa, mesmo que não tenham a nossa

marca. E isso vai finalmente colocar-nos na primeira liga como uma empresa que produz tecnologia.

R·L *Voltando aos primórdios, qual foi então a relação entre o embrião da Critical Software e a Universidade que o acolhia?*

G.Q. Eu diria que essa relação é muito forte. O DEI foi a “mãe” deste projecto, foi a estrutura que moldou, que formou, que deu o contexto para este projecto poder aparecer. Sem ele, o projecto não fazia sentido. Colaborámos sempre, em termos de formação, de colaboração, de investigação.

R·L *E pelo lado da casa-mãe, como é que era visto este projecto e os outros que foram surgindo dentro ou por causa dela? Eram todos igualmente acarinhados ou era feita alguma selecção?*

A.D.F. O DEI não fazia selecção. De certo modo, o Departamento tinha possivelmente influenciado as pessoas de uma maneira ou de outra. Penso que houve uma componente no caso deste grupo que foi a actividade de investigação no Grupo de Sistemas Confiáveis.

R·L *Em que é que se traduz esse conceito?*

A.D.F. Os sistemas confiáveis são sistemas que podem funcionar menos bem mas que não falham, que é uma coisa muito importante nos sistemas informáticos. Se falhar, convém que sejam capazes de arrancar a partir do ponto em que falharam e não se perca nada. Este era um grupo já com grande pro-

jecção e penso que a própria dinâmica de apresentação no estrangeiro, de ligação a outros grupos no estrangeiro, etc., terá contribuído para abrir horizontes. O Departamento limitou-se a assistir e a apoiar. Com certeza nem toda a gente acarinhou. Houve alguma ansiedade com a possibilidade de uma empresa perturbar um outro projecto que havia nessa altura. Mas, globalmente, era uma ideia muito acarinhada.

R·L *Houve alguma evolução da UC no sentido de tentar colmatar a falta do quarto vértice de que falava há pouco? Porque há sinais de relutância, por vezes, na colaboração entre empresas e Universidade...*

A.D.F. O nosso Departamento tem tido um cenário muito favorável nesse aspecto. Uma parte significativa das pessoas tem uma abertura muito grande e alguns professores estão ligados a empresas: alguns dos *spin-offs* do Departamento incluem professores. Temos uma tradição de *spin-offs* muito interessante, de que são exemplo, para além da *Critical Software*, a *WIT Software*, que trabalha nas aplicações sofisticadas dos telemóveis e que tem agora como cliente, além de outros, a Vodafone Internacional; há outra empresa na área da saúde que começou no IPN numa área de prestação de serviços aos sistemas de saúde, sobretudo públicos, e que a partir de certa altura achou que tinha capacidade para criar autonomamente valor.

G.Q. Eu acho que houve uma grande mudança nas mentalidades. Quando resolvi voltar à Universidade para fazer o doutora-

mento, candidatei-me a uma bolsa e enquanto estava à espera acabei por trabalhar na Universidade a dar suporte à área de informática. Nessa altura, em conversa com o Prof. Dias Urbano, depois corroborada pelo Prof. Dias Figueiredo, foi-me relatado como era difícil “vender” o projecto do IPN, a energia que era preciso injectar. E eu acho que o IPN mudou, de facto, a mentalidade da Universidade, com as *spin-offs* e a incubadora de empresas, que está sempre cheia. É certo que há uma taxa de sucesso e de insucesso, mas também é sabido que uma escola de Engenharia tem de saber criar e desenvolver projectos.

R:L *Voltamos a uma questão importante que é a existência de algumas fábricas nos cursos de Engenharia em áreas como a gestão ou o marketing.*

A.D.F. la referir-me precisamente a isso porque a certa altura apercebemo-nos, sobretudo quando quis conhecer o percurso do alunos que tinham saído, de que muitos dos melhores alunos acabavam o curso e iam tirar um MBA e depois exerciam na área fronteira entre informática e gestão: sistemas de informação, etc. Como resultado dessa observação, mudámos o próprio perfil do curso – temos mais cadeiras de gestão do que é habitual em escolas de engenharia e criámos cadeiras que são um misto de informática e de gestão. Já no próprio DEI se criaram condições para a abertura de mentalidades para a criação de valor, para as preocupações que são mais típicas de uma empresa do que de uma unidade académica. Estamos a formar não só empresários, mas sobretudo empre-

endedores, ou seja, pessoas capazes de inovar; ter o gosto de aprender; ter o gosto de mudar e de criar valor perceptível pelo mercado.

R:L *Para quem trabalhou nas últimas duas décadas com uma estreita ligação à informática, o que é que foi mais surpreendente ao nível das mudanças perceptíveis?*

G.Q. Há dois grandes momentos: o aparecimento da Internet com o *e-mail* que, de facto, criou mudança no sentido prático – as pessoas começaram a usar de maneira generalizada a ideia, a tecnologia, e a *web*; podemos acrescentar o paradigma do móvel, com os telemóveis a dar uma nova dimensão a coisas que nos habituámos a usar. Acho que têm sido os principais *drivers* tecnológicos.

A.D.F. Lembro-me de quando comecei a usar o correio electrónico, que não existia em Portugal, com um *modem* que ainda guardo, todo manual, e ligava-me a uma conta que me tinham aberto em Manchester. Era um *modem* gigantesco em que eu tinha de estar a ouvir o ruído da mudança de som para sincronizar a ligação, avançando com um interruptor para fazer a comunicação. Quando não éramos suficientemente rápidos, tínhamos de começar tudo de novo. Estava tudo a começar e ninguém previa sequer a evolução. Lembro-me de quando começaram a surgir os percursos da *web*, como o *gopher* e as *BBS*. Penso que o mais interessante nesta evolução é a componente social e cultural. O que é espantoso para mim é como essa componente tecnológica foi tão absorvida pela cultura das pessoas. Penso que hoje em

dia os desafios mais interessantes que surgem são os sociológicos, antropológicos, etc. Muitos dos resultados que se conseguem hoje obter com sistemas complexos resultam não apenas de determinada tecnologia mas de determinada sociotecnologia. Claramente dentro dessa dimensão, as redes e as comunidades que comunicam, além do fenómeno da utilização das novas tecnologias de educação, que eu penso que está ainda na pré-história... Ainda se fazem asneiras muito grandes, mesmo na questão do ensino à distância. Mas há desafios muito interessantes para as próximas décadas nesse domínio.

Glossário:

BBS: Acrónimo inglês de *Bulletin Board System*, é um sistema informático que permite a ligação a um sistema através do computador, por via telefónica, e interagir com ele, enviando mensagens, participando em *chats*, jogando em rede, etc.

Drivers: Condutores, operadores de mudança, catalisadores.

Fast Company: Empresa que tem de evoluir ao ritmo das mudanças das tecnologias e do mercado.


Gopher: Protocolo de internet anterior ao *World Wide Web* que permite a indexação de um repositório de documentos conforme uma hierarquia rígida. Os dados que são acedidos através do *Gopher* ficam localizados em servidores apropriados, onde são organizados por assunto e disponibilizados em forma de menus.

I&D: Investigação e Desenvolvimento.

Network appliance: Aplicação informática para redes que permite executar uma série de tarefas, como armazenamento de dados, serviços de voz, servidores, etc.

Spin-off: Nova organização ou entidade formada a partir de uma cisão de outra maior; pré-existente.

Entrevista de CLARA ALMEIDA SANTOS



Ano de tantas outras coisas, 2006
foi também ano de efemérides:
nele se celebraram, de forma mais
ou menos visível, dependendo de
latitudes e atitudes, os 250 anos
do nascimento de Mozart,
o centenário da morte de Cézanne,
o centenário do nascimento de
Beckett e os 150 anos do
nascimento de Freud. *A Rua Larga*
presta o seu tributo aos home-
nageados, através da voz de
especialistas, a quem agradecemos
a colaboração. Neste dossiê
“Evocações”, a ordem não é
cronológica: de Wolfgang Amadeus
Mozart, música e génio, fala
Rui Vieira Nery, seguindo-se
a pintura de Paul Cézanne,
inspiradora da modernidade,
nas palavras de Tânia Saraiva,
continuando com Manuel Portela
e a obra literária, dramaturgical
e não só de Samuel Beckett,
para terminar com a arte de
perceber a mente humana
elaborada por Sigmund Freud
e descrita por Eduardo Sá
e Jorge Sargento.

D O S S I Ê
E V O C A Ç Õ E S

Mozart para lá dos estereótipos

Esqueça-se do menino-prodígio, dos *Mozart-Kügeln* e do *Amadeus*. O périplo do geniozinho que de 1763 a 1766, entre os sete e os dez anos, foi exibido pelas cortes europeias como fenómeno de precocidade não teria, só por si, passado de uma curiosidade do quotidiano cortesão do Antigo Regime, a par com qualquer outra atracção de natureza mais abertamente circense. Os bombons com recheio de massapão e o retrato do compositor na prata, que a cidade de Salzburgo vende aos milhões aos turistas para tentar provar ao mundo que foi sempre o paraíso cosmopolita da Música, escondem a realidade exactamente oposta: a de uma vilória de província onde Mozart foi tratado como pouco mais do que um criadote insolente que queria subir acima do seu estatuto de simples fornecedor de entretenimento musical para o círculo do Arcebispo local. E a peça de Peter Schaeffer posta em cinema por Milos Forman retrata uma espécie de adolescente perpétuo à beira do atraso mental, veículo indigno dos assomos de inspiração que o fazem produzir intermitentemente obras de génio por entre regressos ao seu estado natural de imbecilidade, o que não poderia ter menos a ver com a realidade da personalidade e do processo criativo de Mozart.

As viagens na infância – não só a primeira, acima referida, mas também a digressão por Itália, em 1769-71, e a passagem por Mannheim e Paris, em 1777-79 – são por certo ocasiões para acumular dinheiro e honrarias, mas constituem sobretudo oportunidades de aprendizagem pelo contacto com personalidades e

experiências musicais marcantes, que o jovem Wolfgang assimila e reprocessa interiormente como um verdadeiro curso intensivo de formação técnico-musical, em especial o contacto com Johann Christian Bach em Londres (1764), os estudos com o Padre Giovanni Battista Martini em Bolonha (1770) e o conhecimento aprofundado da prática orquestral na corte de Mannheim (1778). As obras que vai compondo ao longo destes anos de itinerância juvenil reflectem, precisamente, uma aquisição crescente de domínio técnico e estilístico e uma maturação interior a um ritmo surpreendente à medida que todos estes estímulos se vão sucedendo.

PASSAGEM À CRIAÇÃO ADULTA

A verdadeira emancipação como criador adulto dá-se (precocemente, mais uma vez) por volta da passagem dos dezasseis para os dezassete anos, em 1772-73, e pode ser tipificada, como marco significativo, pela estreia do seu motete *Exsultate jubilate* em Janeiro de 1773, na Catedral de Milão. Ao longo desta década de 1770 vão-se então sucedendo as obrigações profissionais de Mestre de Capela do Príncipe-Arcebispo de Salzburgo: Missas, Vésperas e outras obras sacras para serem tocadas nas cerimónias da Catedral, e Serenatas, Concertos e Música de Câmara para execução nos salões do Palácio arquiepiscopal. Em final de 1780, por sua vez, estreia-se em Munique o *Idomeneo*, a primeira ópera verdadeiramente “adulta” de Mozart, depois de uma longa série de experiências pre-

paratórias anteriores neste género, já desde os doze anos.

A ruptura com esta situação, em inícios de 1781, era inevitável. Mozart recusa o estatuto limitativo de músico residente ao serviço de um príncipe, que fora a base de todo o sistema de produção musical erudita do Antigo Regime, e arrisca-se a dar o salto para uma vida de *freelancer* no meio musical cosmopolita e profundamente competitivo de Viena, aproveitando todas as oportunidades profissionais que lhe proporciona o mercado emergente gerado pelas novas práticas de sociabilidade urbana alargada que caracterizam o último terço do século XVIII. Compõe por encomenda – em particular as sucessivas óperas que produzirá nesta década final, do *Rapto do Serralho*, de 1782, à *Flauta Mágica*, de 1791 –, apresenta-se em concertos públicos, pagos por assinatura e por venda avulsa de bilhetes, é contratado para tocar em saraus musicais privados, os principais editores musicais de Viena pagam-lhe para publicarem as suas obras e aceita alunos particulares das boas famílias da alta burguesia e da aristocracia vienenses. Deste período data, pois, além das óperas já referidas, o *corpus* principal das sinfonias, dos concertos e da obra instrumental e vocal de câmara, agora com exclusão natural do repertório sacro, para o qual deixou de encontrar destinatário neste novo contexto.

MÚSICO E HOMEM POLÍTICO

Este é também o período da sua tomada de consciência política e ideológica.

Iniciado na Maçonaria e mergulhado desse modo nos circuitos intelectuais e artísticos do Iluminismo mais radical, a sua Música reflecte cada vez mais as linhas dominantes dessa opção de fundo: a aceitação da necessidade filosófica de uma ordem racional, que o leva a favorecer, também na sua obra, as grandes estruturas arquitectónicas de proporções internas perfeitas e de coerência temática interna cada vez mais reforçada; a valorização da consciência individual como espaço único de percepções da realidade e de emoções e sentimentos pessoais e intransmissíveis, que o conduz a uma escrita aberta de forma crescente a uma expressão emocional cada vez mais expansiva, mais directa e mais livre das convenções artificiosas do Barroco, a antecipar mesmo, por vezes, a linguagem sentimental do Romantismo; a crença profunda nos direitos e liberdades inerentes à condição humana, traduzida em sucessivas obras de teor doutrinal explicitamente maçónico (em que se deve

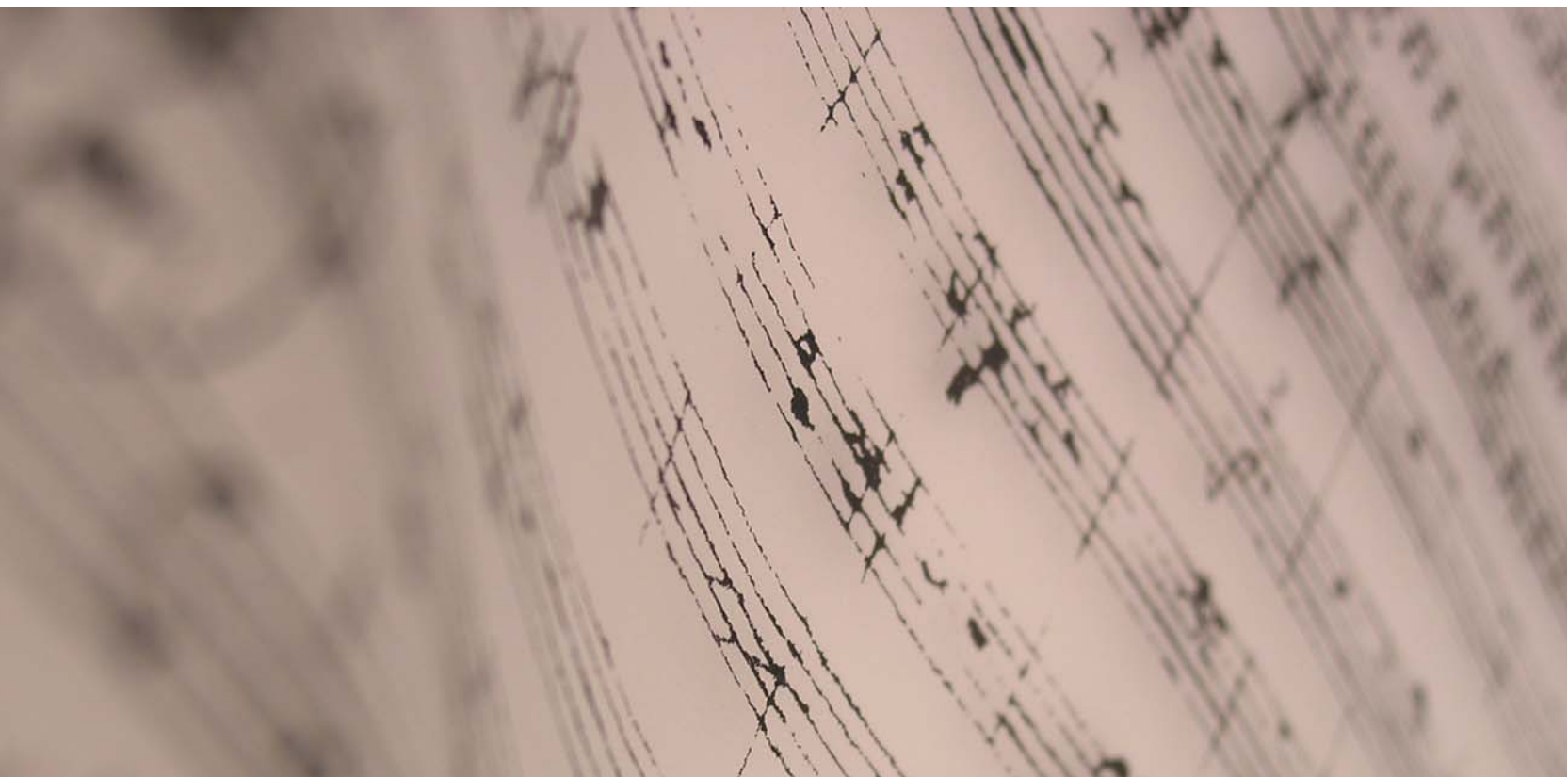
incluir a *Flauta Mágica*, com a sua grande alegoria ingénua da instauração de uma nova ordem política assente no reinado da Razão) e nas três grandes óperas sobre libretos de Lorenzo da Ponte (as *Bodas de Fígaro*, o *Don Giovanni* e o *Così fan tutte*), que atacam de forma expressa os privilégios abusivos da aristocracia e a artificialidade das convenções morais dominantes.

A rapidez do processo interior de mudança que marca estas obras dos últimos anos, com cada nova partitura a desbravar caminhos pioneiros em termos tanto do conteúdo expressivo e da dramaturgia musical como da concepção formal, da linguagem harmónica e da gestão dos recursos vocais e instrumentais, é surpreendente. As Sinfonias 40 e 41, o Concerto para Clarinete e os últimos concertos para Piano, os sextetos para cordas finais, e sobretudo o *Requiem* inacabado representam uma síntese impressionante do conhecimento da tradição e de um salto visionário para novas metas

estéticas que só encontrarão continuidade efectiva na obra do Beethoven mais maduro. A morte precoce corta assim uma evolução vertiginosa de que só podemos imaginar com raiva quais poderiam ser os frutos seguintes.

Nada disto, portanto, tem muito a ver com as gracinhas precoces do menino Wolfgang nos salões da Senhora de Pompadour, com o *kitsch* adocicado dos chocolates salzburgueses, ou com os clichés simplistas da dupla Schaeffer-Forman. Vítima de uma massificação cultural que trouxe consigo, por outro lado, um fenómeno muito positivo de partilha social alargada da sua obra, Mozart não pode, no entanto, ser deixado sucumbir aos estereótipos fáceis das indústrias culturais de massa.

RUI VIEIRA NERY
Universidade de Évora



Cézanne. A fonte da modernidade

“O poder de atrever-se a fazer tudo pertence aos pintores e aos poetas”, escreveu Horácio. Cézanne é talvez desses pintores que ousou fazer tudo, mas a quem o tempo não sorriu com o devido reconhecimento. Afastado do mundanismo boémio e do quotidiano da vida citadina parisiense que marcaram o final do século XIX e o princípio do seguinte – muitas vezes representados nas obras de artistas como Toulouse-Lautrec e Van Gogh, substituindo a melancolia e o saudosismo naturalista pela consciência e experiência urbana – Cézanne não conseguiu distanciar-se do epíteto de homem perturbado que vivia na província. Mas se a história é uma filosofia de exemplos, o século XX legitimaria Cézanne como o grande mestre da vanguarda. Este ano, um século volvido da sua morte, é-lhe prestada homenagem, com vários eventos e exposições, da National Gallery of Art de Washington ao Musée d'Orsay em Paris, sendo a exposição “Cézanne en Provence”, o centro das celebrações.

O HOMEM E O PINTOR

Nascido em Aix-en-Provence, Paul Cézanne (1839-1906) cedo revelou uma inclinação para as artes, tal como o seu velho amigo Emile Zola que, curiosamente, praticava o desenho enquanto Cézanne preferia a poesia, práticas que alternariam mais tarde. Seria também a ida de Zola para Paris, em 1858, o que o fez respeitar a vontade do pai e entrar na Universidade de Aix para estudar Direito. Contudo, a paixão pela pintura levou-o a não desistir da École Municipale de

Dessin, para a qual tinha entrado em 1857, e, uma vez conseguido o almejado apoio familiar, Cézanne parte para Paris em 1861. Na capital francesa, onde apenas ficaria seis meses, o jovem artista reprova no exame de acesso à École des Beaux-Arts e matricula-se na Académie Suisse, onde conhece Pissarro, Renoir e Monet. No entanto, são as salas do Louvre que mais o cativam, mormente as dos grandes mestres, como Tiziano, Veronese, Tintoretto, Rubens e Rembrandt. É a eles que Cézanne vai buscar o movimento rítmico das massas, a indeterminação da linha que se dilui e a unidade pictórica que definem o modelo único cezanniano.

Durante a sua primeira fase devedora da estética romântica – com clara influência de Delacroix – e marcada por uma pintura empastada e matérica, o pintor procurava com afã a validação da Academia, pelo que enviava continuamente as suas obras para o júri do *Salon* oficial. Apesar da falta de auto-estima e da questionação do seu talento devido às sucessivas recusas, Cézanne integrou o *Salon des Refusés* de 1863 e, na Primavera de 1874, a primeira exposição impressionista. Seria pela mão de Pissarro que Cézanne começa a pintar ao ar livre e a utilizar uma paleta vinculada ao impressionismo, mas na terceira exposição do grupo, em 1877, a crítica e o público desfeririam atrozes comentários, no limite do insulto, ao pintor provençal, que se exila, uma vez mais, na sua terra natal. Não obstante a admissão de uma das suas obras no *Salon* de 1882, a década de 80 significou para Cézanne o distanciamento do mundo artístico parisiense e

o refúgio na pintura. O golpe final aconteceu em 1886, data da publicação do romance *L'Oeuvre* de Emile Zola, pois Cézanne identifica-se com o protagonista, Claude Lantier, um pintor genial fracassado que luta contra o mundo e consigo próprio.

DA REVOLUÇÃO PICTÓRICA AO MITO

No alheamento geográfico e artístico, Cézanne afasta-se dos pressupostos pictóricos impressionistas e aproxima-se dos que dominaram o século XX. O artista passa a experimentar um novo modo de trabalhar, na tentativa de recuperar a forma e o volume através da cor. A observação da natureza sugere-lhe a geometrização das formas, rompendo com as tradicionais leis da perspectiva. As paisagens luminosas do sul de França levam-no a clarear a paleta de cores e, paulatinamente, assiste-se à exaltação dos volumes. A pincelada plana, justaposta e inclinada revaloriza o plano pictórico e os objectos representados evoluem para uma análise mais construtiva e para um sentido arquitectónico da composição. No seu retiro, o pintor atormentado dos últimos anos encontra a superfície branca e lisa que existe na tela, a superfície que lança o grito mudo ao artista que busca incessantemente o olhar primitivo, em vez da usual visibilidade dos objectos e da vida. É o sacrifício da verosimilhança a favor da forma rectangular da tela, como salientou o crítico Clement Greenberg. É a profundidade ilusiva da pintura restituída à bidimensionalidade

original; são os planos-facetados que hesitam entre a superfície e as imagens que criam; são as formas contempladas que se resumem a estruturas geométricas essenciais – o cone, a esfera, o cilindro. É a qualidade do branco e a *sensation colorée*.

A técnica impressionista serviu, portanto, de um exercício; entendida como demasiado fundamentada na sensação superficial é adaptada à intenção de realizar “algo mais sólido e duradouro como a arte dos museus”. Para Cézanne, a arte é uma criação mental – não esqueçamos a consciência da pintura como *cosa mentale* de Leonardo da Vinci – e a aparência fugidia da natureza não lhe interessa, mas sim alcançar o que a realidade tem de estável. Deste modo, Cézanne revelou-nos uma dupla leitura da natureza, per-

ceptiva e inteligível, em oposição à pintura retiniana dos impressionistas. Impõe-se, de facto, um realismo profundo, conceptual, que encontra em Cézanne a ruptura com o modelo da representação clássica. Este apelo a uma pintura de inspiração intelectual obtém repercussão nos movimentos de vanguarda do princípio do século XX, que viam na arte de Cézanne o estandarte para o reconhecimento do pensamento pictórico em detrimento da perícia técnica, entendida como submissão à academia. Apollinaire condensa essa ideia na enunciação: “O cubismo é a arte de pintar novas totalidades com elementos emprestados não à realidade da visão, mas à realidade da concepção.”

O programa de “refaire Poussin sur nature”, cujo resultado é um novo regime

de visibilidade, atribui a Cézanne a designação de revolucionário na História da Pintura. O carácter fundador e restaurador da sua arte levou grande parte dos pintores modernos a considerarem-no o pai da Modernidade. Picasso afirmou: “Cézanne era o meu único mestre. Não credes que me limitei a olhar os seus quadros... passei anos a estudá-los... Cézanne era como um pai para nós.” Por tudo isto, Greenberg ousou afirmar que Cézanne é a “fonte da qual emana com abundância a Modernidade”. É o caminho encetado a que Braque e Picasso deram continuidade.

TÂNIA SARAIVA
Historiadora e crítica de Arte



Paul Cézanne, *La Maison de Bellevue*, 1890
Huile sur toile, 60x73, NR 691, Musée d'art et d'histoire, Genève
© Musée d'art et d'histoire, Ville de Genève

Samuel Beckett: A vida dentro da própria cabeça

“Uma noite ou um dia então sentado à mesa a cabeça nas mãos viu-se levantar-se e ir. Primeiro levantar-se e ficar agarrado à mesa. Depois sentar-se outra vez. Depois levantar-se outra vez e ficar agarrado à mesa outra vez. Depois ir. Começar a ir. Com pés invisíveis começar a ir. Tão lento que apenas noutro lugar se via que ia. Como quando desapareceu e voltou a aparecer noutro lugar. Depois desapareceu outra vez e voltou a aparecer outra vez noutro lugar outra vez. Assim outra vez e outra vez desapareceu outra vez e voltou a aparecer outra vez noutro lugar outra vez. Outro lugar no lugar onde estava sentado à mesa a cabeça nas mãos. O mesmo lugar a mesma mesa onde quando Darly por exemplo morreu e o deixou. Como quando outros também por suas vezes antes e desde então. Como quando outros também por suas vezes e o deixaram até que ele também por sua vez. Cabeça nas mãos como que à espera que quando desaparecesse outra vez não voltasse a aparecer outra vez e quase com medo que não voltasse. Ou só pensando se. Ou só à espera. À espera de ver se voltava ou não. Deixá-lo ou não sozinho outra vez à espera de nada outra vez.”

Samuel Beckett, *Estremecimentos*
[Stirings Still], 1988

Tradução inédita de Isabel Pedro dos Santos

Assinala-se neste ano o centenário do nascimento de Samuel Beckett (1906-1989). Em Coimbra, o Teatro Académico de Gil Vicente celebrou a sua obra no passado mês de Maio, através de um

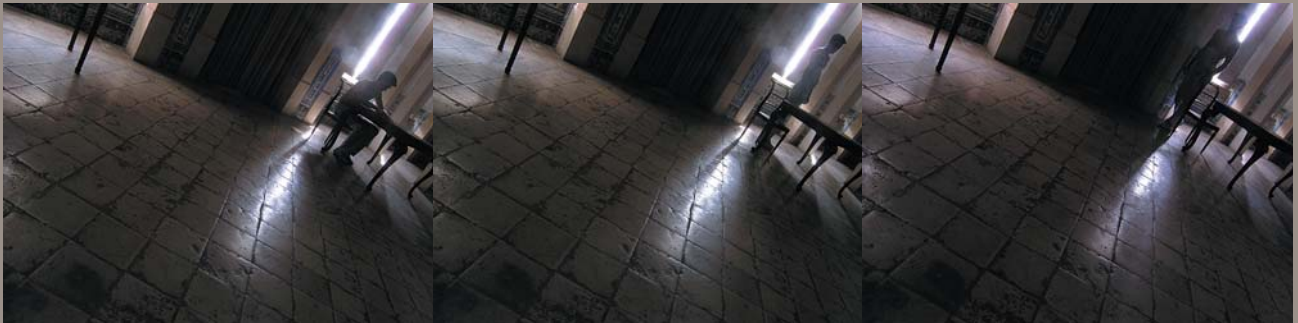
programa que incluiu filmes, peças de teatro, exposições, mesas-redondas, leituras e, com a colaboração da Rádio Universidade, peças para rádio. O Teatro da Comuna estreou em Fevereiro *Todos os que Caem*, numa encenação de João Mota, adaptação para palco de uma peça escrita originalmente para rádio em 1957. No Centro Cultural Olga Cadaval, a 25 de Março, foi produzida ao vivo a emissão radiofónica *Ensaios para Rádio*, um conjunto de três peças. O Teatro Meridional estreou em Maio *À Espera de Godot*, em encenação de Miguel Seabra. A Escola da Noite estreou em Junho um conjunto de quatro peças, *Passos*, *Acto sem Palavras II*, *Play* e *Catástrofe*, em encenação de Sofia Lobo. A Assédio, também em Junho, apresentou *Improviso de Ohio*, *Passos* e *Aquela Vez*, em encenação de João Cardoso. E anuncia para Novembro mais três: *Um Fragmento de Monólogo*, *Baloço* e *Não Eu*. Outras encenações e iniciativas estão previstas para os próximos meses, fazendo de 2006 o ano Beckett em Portugal.

BIOGRAFIA DE UM AUTOR CONSAGRADO

Samuel Beckett nasceu em Foxrock, a sul de Dublin, a 13 de Abril, e morreu a 22 de Dezembro, em Paris. Estudou francês e italiano no Trinity College, Dublin, deu aulas na Irlanda durante algum tempo e, depois de várias estadas, fixou-se em Paris em 1937. Tinha entretanto travado conhecimento com James Joyce, cuja obra admirava. Os seus primeiros textos publicados datam do final dos anos 20,

mas só nos anos 50, depois da estreia de *À Espera de Godot* em 1952, a sua obra se tornou notada. A sua extensa obra bilingue (em inglês e francês) inclui ensaios, poemas, textos breves em prosa, contos, romances, teatro e peças para rádio, cinema e televisão. Refiram-se as narrativas *Dream of Fair to Middling Women* (1932), *Murphy* (1938), *Mercier and Camier* (1946), *Watt* (1953), *Molloy* (1951), *Malone Meurt* (1951), *L'Innomable* (1952), *Comment c'est* (1961), *Company* (1980), *Ill Seen Ill Said* (1982) e *Worstward Ho* (1983). Escreveu mais de duas dezenas de peças, entre as quais: *Eleuthéria* (1947), *En attendant Godot* (1952), *Fin de partie* (1957), *Acte sans Paroles I* (1957), *Acte sans Paroles II* (1957), *Krapp's Last Tape* (1958), *Happy Days* (1961), *Play* (1963), *Come and Go* (1966), *Breath* (1968), *Not I* (1973), *Footfalls* (1976), *That Time* (1976), *Rough for Theatre I* (1976), *Rough for Theatre II* (1976), *A Piece of Monologue* (1978), *Ohio Impromptu* (1981), *Rockaby* (1981), *What Where* (1984) e *Catastrophe* (1984). Recebeu o Prémio Nobel da Literatura em 1969.

Na sua obra, a experimentação com a linguagem narrativa e com a linguagem teatral, ambas caracterizadas por um minimalismo combinatório, intensifica a consciência dos próprios instrumentos de representação e da condição humana como condição mediada. Os actos de reencenação e retradução em curso são um sinal do desafio que a análise da consciência humana e dos mecanismos de representação contidos nos seus textos continuam a constituir. De resto, a obra de Samuel Beckett tem estado presente





no palco e em edição portuguesa desde o final dos anos 50, seja o teatro, os romances, os textos breves em prosa ou a poesia. Um conjunto de excelentes tradutores tem recriado em língua portuguesa os ritmos obsessivos da escrita de Beckett, ao mesmo tempo elíptica, hipnótica e compulsivamente precisa. Refiram-se, por exemplo, os nomes de Miguel Esteves Cardoso, Miguel Serras Pereira, José Maria Vieira Mendes, Manuel Resende, Maria Jorge Vilar de Figueiredo e Paulo Eduardo Carvalho.

OS TEMAS CAROS DA EXISTÊNCIA E CONSCIÊNCIA

Dois temas centrais parecem dominar todos os seus textos, de forma obsessiva: a equivalência profunda entre nascimento e morte, e a inevitável mediação da percepção do mundo e do eu para se poder existir. A existência só pode ser experimentada enquanto consciência da existência, como se fosse impossível viver realmente. Ao mesmo tempo, aquilo que constitui a essência desta existência quasi-solipsista é a sua brutal brevidade. Coadada pelo estreito funil da consciência, a brevidade da existência parece tornar ainda mais intolerável a condição humana. O tempo não chega sequer para chegar a dizer insuficiência do tempo, e esta incapacidade de dizer contamina todos os gestos e actos humanos, incluindo a possibilidade do sentido e do amor. Esta condição auto-perceptiva da mortalidade do sujeito ganha voz através de uma fala encantatória com a memória e com a linguagem, mediadores da relação do sujeito consigo mesmo e com os outros. Memória e linguagem, dispositivos de percepção do real, são também vestígios da mudança contínua que a passagem do tempo opera sobre o sujeito, cujos dese-

jos a voz presentifica e materializa nos seus ritmos e inflexões, meticulosamente coreografados por Beckett, na página e no palco.

A sua obra é esse jogo de vozes tentando comunicar aquele encerramento em si próprias. Como no fragmento citado em epígrafe, as suas personagens tentam infrutiferamente sair das suas próprias cabeças. Em quaisquer passos escolhidos ao acaso transparece quase sempre essa exultante celebração do desespero e da perda, esse nada que Beckett dizia ter para dizer, mas que só ele conseguia dizer. De facto, Beckett fez da escrita uma máquina perceptiva que torna possível ao leitor tomar consciência do falhanço e, simultaneamente, do esplendor que o mundo é enquanto alucinação da consciência. Por outro lado, este sujeito berkeleyano, cujo ser depende da percepção, é ainda uma refiguração do individualismo cartesiano, cuja unidade se reconstitui nessa condição de extrema solidão e de macabra dança com a morte. Qualquer realização humana não faz mais do que consumir o fracasso do sujeito desejan-te, confirmando a relação fantasmagórica da linguagem com o corpo.

Através de um trabalho matemático com a linguagem e, no caso das peças, com uma sintaxe cénica de luz, silêncios, gestos e objectos mínimos, consegue dizer aquilo que parece impossível dizer, confrontando o ser humano com a sua condição verbal acima de tudo. A sua última peça, *Catástrofe* (1984), pode aliás ser interpretada não apenas como uma visão do ser humano como um ser falhado, mas também como uma auto-referência ao seu próprio teatro como projecto de representação dessa condição catastrófica. A personagem que encenador e assistente compõem sobre um plinto, antecipando a encenação final,

lança um último olhar ao público, como se se autonomizasse dos seus criadores. Nesse olhar está condensado o perturbante poder de interpelação dos seus textos, cujo horizonte de sentido permanece frustrantemente em aberto – no excesso e na carência, no ruído e no silêncio, no frenesim e na imobilidade. Comovente nesse confronto sem tréguas e nessa revolta impotente contra o horizonte derradeiro da materialidade humana.

«A minha sanduiche, a minha banana, sabem-me melhor sentado numa campa, e quando chega a altura de mijar, e chega várias vezes, tenho por onde escolher. Ou então vagueio, de mãos atrás das costas, por entre as lápides, deitadas, inclinadas ou direitas, a colher inscrições. Nunca me desiludiram, as inscrições, há sempre três ou quatro tão engraçadas que tenho de me agarrar à cruz, ou à estela, ou ao anjo, para não cair. Já compus a minha há muito tempo e ainda estou satisfeito com ela, razoavelmente satisfeito. As outras coisas que escrevi, mal secam, repugnam-me logo, mas continuo contente com o meu epitáfio. Há infelizmente poucas hipóteses de que algum dia se erga acima do crânio que o concebeu, a menos que o Estado tome o assunto entre mãos. Mas para ser exumado têm primeiro de me encontrar, e temo que esses senhores tenham tanta dificuldade em encontrar-me morto como vivo. Portanto, apresso-me a registá-lo aqui e agora, antes que seja tarde de mais:
*Quem aqui jaz daqui tanto fugiu
Que foi só agora que daí livre se viu.»*

Samuel Beckett, *Primeiro Amor* (1945),
Tradução de Francisco Frazão.

Freud, revolucionário de rosto humano

Sigmund Freud nasceu a 6 de Maio de 1856, em Freiberg, uma pequena cidade da Morávia. Filho mais velho de uma família judaica de pequena burguesia, Freud muda-se em 1860 para Viena. Com 17 anos, inicia nessa cidade a sua formação em Medicina, demonstrando, desde muito cedo, as suas capacidades de investigador. Impulsionado pelas dificuldades económicas, Freud abandona mais tarde a investigação, para se dedicar à prática médica, tendo trabalhado em clínica geral e, depois, em psiquiatria. Viria, posteriormente, a ganhar uma bolsa para a *Salpêtrière*, onde conheceu Charcot e se interessou pela histeria.

Em 1886, Freud abriu o seu primeiro consultório de “médico das doenças nervosas”. Começou a usar a hipnose, que vira Charcot utilizar na *Salpêtrière*, método que viria, três anos mais tarde, a aperfeiçoar com Liébault e Bernheim, em Nancy.

Em 1882, Breuer tinha dado a conhecer a Freud o caso de Anna O., que seria um dos casos a figurar nos *Estudos sobre a Histeria*, que é, geralmente, considerada a primeira obra de literatura psicanalítica (publicada, por Freud e Breuer, em 1895). Reparando que os relatos dos pacientes estavam impregnados de conteúdos emocionais que conviviam com a racionalidade (tão íntima do positivismo), que se expressavam nas relações amorosas, no plano familiar e nas interações sociais – e que a condicionavam –, Freud formulou as noções de *Consciente*, de *Inconsciente* e de *Pré-consciente*, como estruturas constituintes da mente (Zimmerman, 1999). O inconsciente seria

um precipitado de experiências emocionais reprimidas, que acabam por se manifestar através de sintomas psicopatológicos como pela via da “normalidade” – através dos sonhos e dos actos falhados, por exemplo (Pesch, 1985).

Em 1902, forma-se a “Sociedade Psicológica das Quartas-feiras”. Tratava-se de uma espécie de tertúlia semanal, dirigida por Freud, à volta da qual se reuniam os seus jovens discípulos (Robert, 1976). Estas reuniões, que estiveram na origem da “Sociedade Psicanalítica de Viena”, fundada em 1908, ocorriam na sala de espera de Freud, no nº 19 da Rua Bergasse. Dois anos antes, Freud tinha publicado a *Interpretação dos Sonhos*, em que postula que todo o sonho tem um conteúdo manifesto (de que nos lembramos) e um conteúdo latente (constituído por desejos e angústias dissimuladas).

RELAÇÃO ENTRE PATOLOGIA E NORMALIDADE

Impressionado por se ter esquecido do nome de um poeta que conhecia bem – Júlio Mose – Freud inicia, entretanto, as suas investigações sobre os actos falhados e lapsos, que – tal como os sonhos – eram vistos como não tendo qualquer significado pelo saber científico da altura (Robert, 1976). Em 1904, edita a *Psicopatologia da Vida Quotidiana*. Nesta obra, Freud teoriza o lapso como o resultado de um compromisso entre a censura e a expressão do desejo. A *Psicopatologia da Vida Quotidiana* constitui a primeira demonstração de que há um

traço de continuidade entre a patologia e a “normalidade”, até então rigorosamente separadas.

Já em 1905, Freud publica *Três Ensaios sobre a Teoria da Sexualidade*, criando uma grande celeuma na Viena vitoriana. Nesta obra, Freud introduz a noção de um instinto sexual originário que tende para a satisfação, desde os primeiros anos de vida. A sexualidade seria tomada como manifestação do instinto de vida, fugindo às formações repressivas da educação. “Num tempo em que os preconceitos acerca da sexualidade pareciam não coincidir com os comportamentos mais banais, talvez não seja de admirar que, em prejuízo do alcance clínico, a psicanálise fosse, por muitos anos, associada à sexualidade” (Sá, 2003).

Em 1905, Freud publica *Fragmento duma análise de histeria*, onde expõe o caso de Dora. Até ela, o tratamento psicanalítico centrava-se na necessidade de suprimir sintomas. Depois dela, a relação psicanalítica passou a tomar as experiências vividas na relação com o analista como espaço de transferência de fantasias, de desejos, de fantasmas e de angústias que, originariamente, estavam associadas a outras pessoas e que encontrariam nessa relação espaço para serem “legendadas”. É à medida que se transferem da relação clínica para a vida outros olhares sobre as pessoas significativas que se encontrará, porventura noutras relações, experiências reparadoras dos sofrimentos que as ligações familiares foram sedimentando e que, com o tempo (e pela ausência de relações redentoras), originaram sintomas psicopatológicos. No fundo, a ideia subjacente ao pensa-

mento de Freud reside no pressuposto de que as pessoas, sendo originariamente saudáveis, sofrem “formatações” educativas que reprimem a natureza humana, levando a que o crescimento se divida entre uma parte social, nem sempre coincidente com a autenticidade e a simplicidade daquilo que se sente, e um lado íntimo, muitas vezes, quase clandestino. É claro que uma visão tão pouco biológica e nada demoniológica da dor “democratizava” o sofrimento e a doença mental, tendo merecido diversas resistências no seu tempo.

Quando, a par de todas estas descobertas, Freud reflecte sobre o mal, partindo do nazismo (que não seria uma ira divina, mas um conjunto de actos protagonizados por pessoas como nós), Freud torna enfático o humanismo da psicanálise, como tentativa de perscrutar os motivos pelos quais a natureza humana parece,

tantas vezes, transfigurar-se e (em vez dos apelos ao vínculo e ao conhecimento, dos primeiros tempos de vida) ser dominada pela destrutividade e pela estupidez.

RECONHECIMENTO EM VIDA

Os últimos anos de Freud foram um misto de sofrimento (por força de uma doença incurável) e de glória (Robert, 1976). Até a sua Viena, que nunca o aceitara verdadeiramente, lhe concede o título de cidadão honorário. O seu 75º aniversário foi assinalado em todo o mundo. Freud era, então, a par de Einstein (com quem trocara correspondência), considerado um dos judeus mais importantes do mundo.

A 4 de Junho de 1938, Freud abandonou Viena. Foi recebido, em glória, por Londres, que o acolheu com entusiasmo

durante os seus últimos meses. Morreu a 23 de Setembro de 1939, depois de uma longa agonia. A genialidade de Sigmund Freud resulta da sua profunda abertura aos apelos científicos dos finais do século XIX e dos princípios do século XX e, sobretudo, à sua incessante capacidade de síntese diante dos contributos das áreas do conhecimento da sua época. Com Freud, a psicanálise transformou-se num método científico e numa técnica clínica de rosto humano. E as pessoas tornaram-se... mais pessoas.

EDUARDO SÁ
Psicólogo e professor da FPCE-UC

JOSÉ SARGENTO
Psicólogo

Referências bibliográficas:

- BETTELHEIM, B., *Viena de Freud e Outros Ensaios*. Lisboa, Bertrand, 1991.
- COELHO, A. L., “O conquistador”, in *Pública*, nº 518/30 (Abril de 2006).
- FERREIRA, J. M., “Na pré-história da Psicanálise – as cartas que Freud tentou destruir”, in *Pública*, nº 518/30 (Abril de 2006).
- LEUPOLD-LOWENTHAL, H. / LOBNER, H. / SCHOLZ-STRASSER, I., *Sigmund Freud Museum*. Vienna, Verlag Christian Brandstatter, 1995.
- PESCH, E. (1985), *Para compreender Freud*. Lisboa, Edições 70, 1985.
- ROBERT, M. (1976), *A Revolução Psicanalítica*. Lisboa, Moraes Editores, 1976.
- SÁ, E., *Textos com Psicanálise*. Lisboa, Fim de Século, 2003.
- ZIMMERMAN, D. E. (1999), *Fundamentos Psicanalíticos – Teoria, técnica e clínica*, Porto Alegre, Artes Médicas, 1999.

Dos lugares onde

Rui Bebiano *

George Steiner indicou o café, sítio “de entrevistas e conspirações, de debates intelectuais e mexericos”, como pilar da identidade europeia. Ao mesmo tempo, vemo-lo como uma herança em risco, confundida entre sombras e memórias, transformada em território de passagem num tempo que julga a inactividade como luxo e o vaguear por lugares de encontro como coisa de poetas ou de inúteis.

Espaços de convivência e de agregação de vontades vocacionados para o tráfego de boatos e a subversão, as cafetarias cresceram – desde o seu aparecimento em 1683, numa Viena cercada e exausta – como pequenos mundos dentro dos quais era também possível a permuta de notícias e de conhecimentos. Um processo facilitado pelo levantamento de afinidades grupais e a integração, nesses lugares, de novos hábitos de leitura e da ocupação do tempo. Onde, como anotou Steiner, “uma chávena de café, um copo de vinho, um chá com rum asseguravam um local onde trabalhar, sonhar, jogar xadrez ou simplesmente permanecer aquecido durante todo o dia”, situação que rapidamente passou de experiência solitária a costume partilhado. Pelos finais do século XIX, não existia já cidade europeia de dimensões apreciáveis que não incorporasse essas salas-de-estar abertas à rua como plataformas para o encontro e a formação cívica.

O fulgor dos cafés de Paris, associado ao lugar que a cidade ainda ocupava no mapa do Ocidente, reforçaria, logo após a Libertação, a imagem atraente desses espaços, agora repletos de estudantes e de intelectuais, de empregados ou de turistas, que deles se serviam como se das suas casas se tratassem. Foi, porém, nos países que viviam sob regimes autoritários que os cafés emergiram enquanto

núcleos decisivos na organização do quotidiano e na contestação dos poderes. De Lisboa a Praga, perante a inexistência de espaços vocacionados para as reuniões e os debates não vigiados, muitos foram aqueles que se transformaram em áreas exclusivas do encontro social, do debate político ou da crítica de costumes, servindo também de refúgio para os momentos de trabalho, reflexão e lazer. Álvaro Guerra aludiu na *trilogia dos cafés* a esse universo, ali transpostos para as ruas portuguesas de uma imaginada Vila Velha. E um texto memorialista da revista *Belém* desenhou há anos o seu retrato aplicado à capital: “Lisboa eram ruas de cafés e os cafés boémia improvisada, universidade aberta, desmame, tertúlia, revelação de autores, mercado paralelo de artes e letras, redacção de revistas que nunca saíam, sítios de convivência procedente”, por ali aparecendo a toda a hora, como saídos do nada, “os livros fora de mercado, os recados de Paris, as traduções clandestinas, pseudónimos, conversas, utopias, olhares”.

Na Coimbra dos anos do Estado Novo, esta funcionalidade assumiu um papel saliente, dada a crescente proliferação de expectativas que visavam transcender o acanhamento da cidade. E ainda nos inícios da década de 1970, os seus cafés permaneciam como lugar decisivo dos processos de socialização dos estudantes, de uma forma bem mais intensa do que o permitiam a convivência das aulas ou os momentos de estúrdia. Era possível «montar escritório» numa mesa e passar dias inteiros despendendo um consumo mínimo, com o território pessoal demarcado por um livro ou um caderno. Recordam-se o Montanha, a Brasileira, o Arcádia, o Mandarim ou o Moçambique, todos eles já desaparecidos, por aí se haverem mantido, durante décadas, ter-

túlias identificáveis de estudantes, professores, profissionais liberais e cidadãos associados à crítica do regime. Mas muitos mais eram os cafés povoados por estudantes comuns, sem militância política identificável, que deles faziam também as suas âncoras integradoras na vida da cidade. Em Agosto, era o seu encerramento que determinava a aparência espectral de uma cidade ausente de si própria.

Tudo isto pertence, porém, a um passado tão estimável quanto impossível de reaver. O gradual desaparecimento da «vida de café» apenas significa, em Coimbra como em outras cidades, a sua substituição por diferentes sociabilidades e formas de viver. Os antigos núcleos urbanos, estáveis e fechados num perímetro anteriormente reconhecível a olho nu, têm vindo a ser substituídos por sucessivas ligações entre espaços e geografias que se cruzam, áreas móveis nas quais, segundo Augé, “coexistimos e coabitamos sem vivermos juntos”, e que possibilitam novas e rápidas experiências do quotidiano. Na nossa cidade, onde a Universidade tem visto afrouxada a sua centralidade ao mesmo tempo que a malha urbana se expande, detecta-se, neste contexto, uma alteração profunda dos hábitos, dos movimentos e dos ritmos de vida. Os lugares de encontro têm vindo a deslocar-se, disseminando-se pelas novas e longilíneas margens, pelos dormitórios, pelas estradas de acesso, e, ao longe, pelas localidades de origem dos que a habitam numa parte do dia. Definindo desta maneira, inevitavelmente, novos processos e novos lugares para o reconhecimento da realidade e a partilha de projectos. A recordação do «tempo dos cafés», essa ficará apenas para os momentos fugazes de revisitação da memória.

* FLUC



R E T R A T O
D E C O R P O
I N T E I R O

Entrevista a Karl Heinz Delille

“O trabalho cultural tem uma componente subversiva, inconformista”

Karl Heinz Paul Delille, professor aposentado da Faculdade de Letras da UC desde há dois anos, dedicou “uma fase prolongada e absolutamente fulcral” da sua vida ao cargo de director do Goethe Institut de Coimbra, desde 1976 até ao seu final, mais de 20 anos depois. Afirmado-se como um promotor cultural que não é artista, Karl Heinz Delille recusa o epíteto de “embaixador” da cultura alemã, se por esse termo se entender “representante de”. Recordações da Casa Alemã e não só numa conversa que atravessou várias décadas, lembrou muitas pessoas e andari-lhou pelas artes.

R•L *Um cidadão alemão instalar-se em Portugal na década de 60 para se dedicar ao ensino e ao intercâmbio não será um caso muito banal. Qual foi o caminho para que isso tivesse acontecido?*

K.H.D. Nasci na Alemanha, na região do Ruhr, na altura o centro nevrálgico do carvão e do aço. Passei parte da guerra nessa mesma região e depois da guerra fiz o liceu. A partir de 1956 comecei o meu curso universitário, primeiro na cidade de Munique e, depois de três semestres, continuei na Universidade de Bona, onde me licenciéi e, alguns anos depois, me doutorei. Estudei línguas e literaturas, nomeadamente Filologia Românica, que significava o francês e, no meu caso, as línguas hispânicas. Tive, em princípio dos anos 60, duas bolsas seguidas para estadas prolongadas em Madrid. Desde relativamente cedo interessei-me pela língua portuguesa e pelos estudos portugueses. Tive a sorte de o meu

principal professor de Filologia Românica ser uma pessoa que cientificamente representava, além do obrigatório francês, o espanhol e o português, e então comecei a frequentar seminários na universidade de Bona relacionados com matérias portuguesas. Depois da minha licenciatura em 1963, e depois de ter tido alguma experiência profissional em certos projectos do Departamento Federal de Imprensa em Bona (onde trabalhei durante algumas temporadas) que me levaram a relacionar-me com problemas da organização da cultura, concorri para um leitorado do *Deutscher Akademischer Austauschdienst* [Serviço Alemão de Intercâmbio Académico] e tive resposta positiva por parte da UC. Durante seis anos estive aqui como leitor de língua e também, parcialmente, de literatura alemã. Era o tempo em que estava aqui o Professor Quintela, com quem trabalhei. Passado esse tempo, em 68, concluí a minha dissertação de doutoramento, que apresentei na Universidade de Bona e adquirei o grau de Doutor em 69.

A partir de 1969 e por proposta do Professor Quintela, fui contratado como professor convidado, uma posição que mantive ao longo de todo o meu trabalho docente e de investigação na Faculdade de Letras, depois com o estatuto de Professor Associado convidado e, actualmente, desde há dois anos, como professor aposentado.

R•L *Foi apenas por uma oportunidade de trabalho que ficou ou por algum interesse específico pelo país?*

K.H.D. Houve, naturalmente, outras razões, razões muitíssimo fortes que subjazem e le-

vam, muitas vezes, a estas situações. Conheci, de facto, na Universidade de Bona, a minha actual mulher, que tinha sido aluna, depois assistente e professora nesta Faculdade. De maneira que, até certo ponto, os nossos interesses coincidiam nisso e essa circunstância pesou imenso na decisão.

R•L *Como é que, vindo da Alemanha Federal, nessa altura, via o Portugal pré-25 de Abril?*

K.H.D. Comparando com a actualidade, no princípio da década de 60, quando eu vinha de Madrid, havia meia dúzia de viajantes nos comboios, não se podia propriamente falar em turistas nessa altura... a ida a Coimbra era sempre extremamente excitante, principalmente a chegada, com a vista deste belíssimo maciço sobre o qual se ergue a Universidade. Era sabido que se tratava de um regime ainda ditatorial mas, por outro lado, encontrei aqui uma grande margem de liberdade no trabalho. Tínhamos aqui, aliás éramos conhecidos por isso mesmo, antes e depois de 74, no nosso 6º piso, onde ficava o Instituto de Estudos Alemães, um ambiente bastante liberal. No fundo, vivemos esse período de uma forma muito intensa: participávamos sempre nas discussões que havia. Os seminários de literatura alemã, por exemplo, reuniam os melhores estudantes, que tinham um nível muito elevado, e toda a gente que se prezasse tinha uma relação crítica com o regime. As pessoas, quer a nível científico, académico, quer a nível já das actividades culturais, comportavam-se de uma forma extremamente liberal e com aquela dose forte, que aliás caracteriza todo o trabalho cultural,

da componente subversiva, inconformista. Nem a cultura nem as ciências se deixam facilmente disciplinar burocraticamente ou institucionalmente. Isso levou-me a organizar determinados eventos com estudantes, como a encenação do *Urfaust*, de Goethe, com a ajuda indispensável do Professor Paulo Quintela, logo no segundo ano do meu leitorado e foi um evento grande, aqui em Coimbra e no Porto, naturalmente com características escolares. Mas como os alunos eram muitíssimo bons, tudo foi organizado muitíssimo bem, em alemão. Mais tarde, ainda antes de 74, tive oportunidade de organizar sessões de cinema com o Abílio Hernandez Cardoso de forma genuinamente artesanal, oficial, com o Novo Cinema Alemão, que tinha uma fortíssima dose de elementos eventualmente explosivos num regime ainda fechado.

R•L *E nunca teve problemas com essa “abertura”?*

K.H.D. Não. Pessoalmente nunca tive problemas. Evidentemente que o ambiente estrito do nosso Instituto permitia-o. Utilizava textos de Brecht, estudávamos os textos que achava que tinha de estudar. Por aí, não houve propriamente ingerência de fora.

R•L *Já se notava na Universidade a sua faceta de promotor cultural, que encontra também no Goethe Institut, de que foi director, terreno fértil...*

K.H.D. Esses trabalhos antes de 74 já tiveram o apoio do Goethe Institut de Lisboa, com quem tinha uma estreita colaboração, o que possibilitou, por exemplo, obter determinados filmes. Mas o trabalho no Goethe Institut de Coimbra começa em Janeiro de 76. Acho que, ao longo de mais de 20 anos [até 1997], tive condições extraordinárias. Foi todo um tempo em que Portugal, saído de um regime

estagnante, e entrando num novo período de democratização do ensino, da formação, de modernização, foi uma autêntica explosão de interesses, de capacidade e de impulsos. Todo esse período é naturalmente fértil para o trabalho cultural e foi para mim uma oportunidade mesmo única, histórica, porque abrangeu o tempo em que eu, com os parceiros portugueses – isto é fundamental – consegui um trabalho profundo e sempre de rigor também no aspecto organizativo e comunicacional, profícuo para o lado alemão e para o lado português. Devido às condições oferecidas pelo Goethe Institut foi possível, durante os anos 70 e 80, até 90 ainda, fazer um certo trabalho de excepção. Isso em todos os domínios da cultura – cinema, fotografia, artes plásticas, música, teatro, obviamente também na literatura. Lembro-me, por exemplo, da visita do Günter Grass, em 76: fizemos – além da leitura obrigatória do escritor – um enorme colóquio com ele, que tinha acabado de publicar as suas *Teses sobre o Socialismo Democrático*. Esse foi um tempo áureo de eficiência e de cultivo verdadeiramente, *in loco*, conhecendo sempre os interesses, as solicitações dos parceiros portugueses. Fomos tomando sempre o pulso ao momento histórico e isso foi excelente. Houve depois um segundo momento, bastante mais tarde, que criou novas solicitações: a reunificação alemã, com a queda do muro de Berlim, e criou-se, de repente, um novo campo de necessidade de informação por parte de Portugal. Tivemos muito que fazer no campo da informação – também para nós, em muitos aspectos, nova – e também conseguimos, na área estritamente artística, apresentar trabalhos completamente desconhecidos e que muitas vezes tinham sido proibidos de apresentar na RDA. No campo do cinema, por exemplo, os famosos filmes que tinham ficado nas

prateleiras, proibidos. Isso tudo se passou nos princípios dos anos 90. Quando falo do Goethe Institut não posso falar só nas actividades culturais e artísticas, mas também das linguísticas...

R•L *Que serão a primeira prioridade...*

K.H.D. Estão ao mesmo nível. A cultura e a língua, aliás, condicionam-se mutuamente e fazem parte do mesmo complexo. E também devo falar do trabalho com as escolas secundárias portuguesas, a nível pedagógico, para além do ensino da língua alemã. De resto, houve em todos os momentos algo de verdadeiramente interessante, para mim, uma vez que na cultura, e na sua promoção, como no ensino da língua tem de se evitar cair numa rotina. O rotineiro não pode entrar. Cada acção, em si, é sempre, de novo, pioneira, e tem de ser encarada como tal. Juntamente com os parceiros, alguns deles grandes nomes que ainda hoje dirigem centros de cultura nos vários domínios, fomos sempre da mesma opinião: cada momento foi vivido e preparado com grande intensidade e com respeito pela arte, pela cultura e pelo público.

R•L *Depois do que acaba de dizer, talvez seja impossível responder, mas ainda assim faço a pergunta: quais foram os eventos mais marcantes desses 20 anos de actividades?*

K.H.D. Há eventos que se fixam mais e que são mais conhecidos. Já falei da visita do Günter Grass em 76: era um homem que dizia, que falava, exprimia aquilo que muita gente tinha na cabeça mas não sabia formular bem ou não tinha coragem ou capacidade de evidenciar. Em 90, preparei uma homenagem a Miguel Torga, que foi um dos grandes momentos desse trabalho intercultural.

R·L *Porquê Torga?*

K.H.D. Naturalmente pela grandeza do poeta e pela figura humana, pela personagem Torga. De resto, Torga e Coimbra estão profundamente relacionados e, devo dizer, tive muitos momentos, ao longo de toda essa estadia, em que conversei com Miguel Torga. Tenho ainda hoje uma enorme admiração pela afabilidade, pelo acesso e pela resposta que ele sempre sabia dar, e dava generosamente. Essa homenagem, que se relacionou com o lançamento da obra Torguiana na Alemanha, contou com várias personalidades alemãs – Curt Meyer-Clason, que foi director do Goethe Institut em Lisboa e grande tradutor de língua portuguesa e que na altura era tradutor de Miguel Torga; a fotógrafa Isolde Ohlbaum, que deixou uma exposição de fotografias de Torga; dois professores universitários, Henry Thorau e Gerhard Köpf, este último também escritor. O próprio Torga, num gesto de quase retribuição da homenagem, evoca esse evento no último volume dos seus *Diários*. Houve outros grandes momentos ao longo dos anos que deixaram rasto na vida cultural de Coimbra: já nos anos 90, organizei um colóquio sobre política ambiental vivamente participado; outro com jornalistas alemães e portugueses, sob o título “Olhares Cruzados entre Portugal e a Alemanha”, em colaboração com o Instituto de Jornalismo da Faculdade; outro evento de grande relevância teve lugar entre 94 e 95 na sequência do Goethe Institut de Lisboa, chamado “Fugindo a Hitler e ao Holocausto: refugiados em Portugal entre 1933-1945”, e conseguimos fazer, com a ajuda de uma historiadora e socióloga alemã, Christa Heinrich, um relevante trabalho de pesquisa nas “residências fixas” onde estavam esses refugiados que conseguiram escapar ao Holocausto, tanto na Figueira da Foz, como em Coimbra e na

Curia, e encontramos várias pessoas ainda vivas que tinham dado apoio aos refugiados de então. Foi havendo sempre que possível – e isso também é importante no trabalho cultural – uma documentação escrita, por vezes publicada em livro. Tanto antes como depois dos eventos tem de haver trabalho: antes para informar devidamente e depois para não se perderem.

R·L *Como é que esse percurso tão interessante chega ao fim e porquê?*

K.H.D. Chega ao fim porque, por um lado, tudo chega ao fim, e o mundo está cheio de mudanças, “todo o mundo é composto de mudança”. Mas, muito concretamente, o enquadramento histórico, a partir de 90, depois da queda do muro, e a reorganização do Goethe Institut perante as novas necessidades implicaram, ao longo dos anos 90, uma alteração na rede de institutos existente até então e que era maioritariamente uma rede inserida no mundo ocidental. Pelo menos, não do mundo dependente até então da União Soviética. Foi depois esse o grande desafio com que se viu confrontado o Goethe Institut: criar praticamente uma nova rede. E essa altura já não era a das “vacas gordas” do ponto de vista das finanças, pelo que isso implicou um corte na própria rede anterior. A partir de 93 começou a haver encerramentos. O Goethe Institut de Coimbra resistiu durante vários anos, e bem, mas depois foi também vítima dessa política de reestruturação da rede, como muitíssimos outros institutos em todo o mundo, inclusivamente em capitais.

R·L *Mas deixou um grande buraco na vida cultural da cidade.*

K.H.D. Deixou um grande buraco, em muitos aspectos, sobretudo pelas condições que se

tinham criado. Algumas coisas continuavam a poder realizar-se, nomeadamente a partir do Instituto de Estudos Aemães [IEA] e do CIEG [Centro Interuniversitário de Estudos Germanísticos], que entretanto foi fundado, no campo da literatura e não só. Mas deixou evidentemente uma grande lacuna, sobretudo no aspecto institucional da presença alemã em Coimbra, nas possibilidades que a instituição Goethe Institut criava para muitas pessoas. E, claro, no caso dos cursos de língua, em todo o apoio linguístico e pedagógico nas escolas. O que para mim foi o mais significativo em tudo isto, neste acto de encerramento que incidiu na primeira metade do ano de 97, e que foi extremamente doloroso, foi a reacção das pessoas, do público, dos departamentos, da Universidade, de todos os níveis, políticos, municipais. Foi uma manifestação, com *set-ins* durante dias a fio, nunca os representantes da Alemanha em Portugal receberam tantos abaixo-assinados. Tudo isto para mim foi sinal de um franco reconhecimento do trabalho que ao longo dos anos foi feito, exactamente com muitas dessas pessoas e, pelos vistos, com o proveito ou pelo menos com a simpatia de toda aquela gente. Foram semanas a fio, com dias extremamente intensivos e noites de vigília a tentar evitar o pior ou, pelo menos, acompanhar condignamente esse acto que era, de facto, já não evitável.

R·L *Essas manifestações demonstram o reconhecimento do seu trabalho com várias instituições, por vezes para além das atribuições estritas como director do Goethe Institut. Como é que alguém com a sua formação, sobretudo linguística, consegue penetrar em domínios tão vastos?*

K.H.D. Eu próprio não sou artista. E sou da opinião de que o promotor de cultura, de

arte, não precisa de ser artista. Defino-me, de facto, como filólogo. A filologia incluía, obviamente, a língua, a cultura, todas as manifestações, até certo ponto, das artes, pelo menos, com sensibilidade e abertura para aí. Quanto a uma parte do trabalho do Goethe Institut – da língua, da literatura, da linguística – era abrangida pela minha formação específica e implicava uma colaboração fortíssima com a Faculdade de Letras, particularmente com o IEA. As outras áreas, nomeadamente o cinema, a fotografia, o teatro, as artes plásticas, o *design*, não eram da minha especialidade de formação. Mas anteriormente tivera contactos em Bona com instituições também das artes. E depois fui conhecendo uma série de pessoas que me mostraram que o rigor e

a qualidade desse trabalho era fundamental e que desenvolveram os seus trabalhos em parte com aquilo que eu conseguia trazer, fazendo corresponder as ideias deles e as necessidades de um Portugal em transformação com aquilo que o Goethe Institut podia oferecer. O Goethe Institut era tudo menos uma instituição burocrática e dava condições a quem tivesse ideias, dinamismo, interesse, ousadia – outra palavra importante característica da promoção de cultura. Seria impossível dizer todos os nomes, mas há alguns importantes: para além do Abílio Hernandez, que já referi, o Albano da Silva Pereira, importantíssimo na área da fotografia; no campo do teatro o António Augusto Barros, com quem tive inicialmente contactos muito próximos

no contexto do TEUC, nas bienais de teatro universitário, onde estiveram presentes grupos alemães; no campo das artes plásticas lembro-me muito bem do CAPC [Círculo de Artes Plásticas de Coimbra] e da Túlia Saldanha, que era uma excelente impulsionadora das artes e tivemos aqui grandes momentos com artistas alemães como o “100 horas a desenhar” [com Robert Schad], também o António Barros, com excelentes qualidades no *design*, o Victor Diniz... e podia continuar com muitas outras pessoas mas iria prolongar demasiado esta conversa...

Entrevista de CLARA ALMEIDA SANTOS



H O M E R O

Almeida Faria

Desde sempre detestei
o meu nome desgraçado:
Homero. Ho-me-ro! Que raio! Dá azar:
Entra pelos olhos dentro, pelos olhos
de quem tenha olhos para ver,
que um nome destes dá azar. Embora
o meu avô também se chamasse Homero
e tivesse até ao fim olhos de lince.
Mas quando, por causa do Homero,
um gaiato da escola gritava "ó ceguinho",
aí eu sentia sempre um arrepio.
Não falei disso a ninguém,
passou-me até pela cabeça que,
se alguma influência houvesse
dos nomes sobre o destino,
ser Homero talvez fizesse
de mim um pouco poeta.
Ilusão minha, ilusão
vã e ridícula!

Acredito
que o destino risse a bom rir
quando os médicos falaram
em diabetes, em cataratas
que se operavam. E operaram.
Foi o que se viu e eu já não vi.

Acredito
que a catástrofe das minhas cataratas
tenha sido _ disseram-me isso _
acelerada pela minha culpa
de não ter sido quem fui, de ter
acabado não sendo ninguém.

Acredito
que sou culpado sem saber de quê, aceito
e assumo a minha culpa, tão contrária

ao habitual nos velhos da minha idade.
Os velhos são animais de boa consciência
que costumam piorar envelhecendo.
Ao menos tenho a sorte de não ver
os da minha idade, todos meio surdos,
todos chatos e sisudos, seguros de si,
de cabeça e coração ruins.

Acredito
ainda assim que a minha vista
fracassou por ter pena de mim,
para que eu não visse o que fiz,
ou antes: o que não fiz da minha vida.
Recuso consolar-me com ridicularias.
Recuso a presunção de ser poeta
por ser cego e me chamar Homero.
Recuso mentir-me com fantasias. E daí,
quem sabe se uns versos me ajudariam
a suportar o fardo insuportável?
A procissão do meu envelhecer
ainda vai no adro e não aturo mais
esta decadência, este desesperar,
esta devastação, este desastre,
este naufrágio que se arrasta.

Desde que minha mulher preferiu enforcar-se,
tudo para mim é difícil, até vir à cidade
tratar de burocracias, papeladas,
registos, certidões e trapalhadas
necessárias...

Difícil me é também ficar aqui,
no apartamento dos meus filhos,
detestando além desta cegueira
o precisar da ajuda deles
para ir a qualquer lado.
E detesto esta casa

onde tropeço a cada passo.
Só me agrada o colchão rijo e macio
onde adormeço mal me deito
e onde dormiria a noite inteira
se não me levantasse a meio da noite
apertado pelas minhas misérias urinárias,
atormentado pelas humilhações da minha idade.
Ontem até, ao deitar-me, senti um cheiro a mulher;
o cheiro de minha mulher; o corpo dela a meu lado
como se a minha enforcada dormisse ainda a meu lado.
Sabia que não havia mais corpo nenhum aqui,
mas mesmo assim apalpei a cama a medo
pensando que estou chalupa e tenho medo
do escuro e dos meus próprios sustos.
Depois vi um vulto de homem-abutre
de olhos sonâmbulos, frios, sinistros
como imagino os meus olhos vazios.
Como será agora o meu olhar?
Terei olhos de abutre, olhos de mocho
ou olhos de gente viva? O vulto
do homem-abutre de bico adunco,
curvo, de olhar morto e fechado
fez-me uivar (*ouve-se um uivo*)
e acordar sem ver onde estava.
Será isto a velhice? Estes delírios
aparvalhados, esta suave idiotice?
Será assim o fim? Talvez
o meu pesadelo não passasse
de uma partida da lua cheia.
Deve ser hoje a lua cheia,
não preciso de vê-la, ela
espoja-se na minha cama,
faz o que lhe dá na gana.
Não, a lua não tem culpa,
desta vez. Quem tem culpa
sou eu, moendo e remoendo
a culpa que nunca dorme,
presa à memória da morte

da minha morta. Para quê
tanto tormento inútil, tanto
inútil buscar razões para tudo?
Esta cegueira, no fundo, algum
conforto me deu, algum ensino.
A cegueira afastou-me das fúrias
do dia, com suas guerras sem fim.
A cegueira ajudou-me a deixar
esfumarem-se projectos, apetites
de tudo o que eu julgava ser a vida.
A cegueira definiu os meus limites,
apontou-me a arte de ser passivo.
A cegueira é uma longa paciência
capaz de evitar ganâncias e conflitos.
A cegueira, mal ou bem, é pacifista
e traz consigo certa sabedoria.
A cegueira começou por ser também
combate entre mim e mim,
combate entre a vontade de viver
e a vontade de que a vida
viva por si, viva sem mim.
Não vale a pena defender a cegueira,
que ela dispensa encómios, elogios.
A cegueira, assim mansa e progressiva,
teve a vantagem de me mostrar aquilo
que a luz do sol nem sempre mostra.
A cegueira permitiu-me assistir
_ fingindo que nada percebia _
ao avanço da surda e brutal luta
entre os meus dois filhos, luta
de morte, como na Bíblia, luta
sem tréguas nem fim. Por isso
a princípio a cegueira me assustou
muito mais do que me assusta hoje.
Agora, para mim, é um refúgio
e só me irrita quando não consigo
encontrar uma coisa, um caminho.
O pior, agora, já nem é a cegueira,

pior é o que vejo e não quero ver,
o que entre os meus filhos se passa
e nunca mais me deixará em paz.
Mal o Carlos saiu e apaguei o candeeiro,
vi com a nitidez do meu olhar de dentro
um corpo de mulher pendurado do tecto,
jorrando sangue pela boca, pelo pescoço,
por uma chaga no peito, do lado esquerdo.
Reconheci-lhe a custo os seios,
outrora orgulho e gozo dela e meus.
Reconheci-lhe o sexo amado, as coxas,
as pernas, a pele ensanguentada, gélida
quando soltei o corpo e lhe toquei de leve.
Tremi, perdi de repente a força, receei
que aqueles olhos me olhassem sem eu os ver,
acusadores, e me pedissem contas. Que fazer?
Fiz a maior injustiça possível,
saltei-lhe para cima e, de pé,
pisei os pobres restos do ventre
e dos membros outrora fortes,
pulei e espezinhei a carne morta
posseio por mil demónios
até que percebi que ia cair
se não parasse e reparasse
na estranheza do meu estado,
na estranheza do meu desejo
de destruir o meu anjo vingador
como se eu mesmo me vingasse de quê?
A vingança tem várias caras e fala
línguas várias. Há a vingança da palavra,
a vingança do tiro, a vingança da faca
e há vinganças mais sofisticadas. Há
vinganças vegetais mas não menos letais
sob a sua aparência de inocência. Há
vinganças indizíveis, impensáveis. Há,
haverá vinganças para todos os ódios,
todos os ressentimentos e remorsos. Há
vinganças antigas e há esta mais antiga

culpa minha. Será que a culpa tudo cura?
Duvido. Se assim fosse, eu estaria
curado de tanta culpa acumulada.
Não, a culpa não cura, a culpa
envenena tudo e acaba por matar. A não ser
que a culpa seja invenção minha, fantasia.
E, se não tenho culpa, não preciso de cura.
Só o meu sono não acredita. Não consigo
dormir. Por esta noite desisto de dormir. Afinal
envelhecer não é nada dramático,
envelhecer não passa de uma farsa
sem nenhuma graça, uma farsa breve, acelerada,
em que os actores julgam que amadurecem
e de repente percebem que estão velhos.
Que diria disto Ismena, que estuda Letras e até
sabe ler, qualidade já rara entre gente de Letras?
la rir-se de mim, ri-se dos cataclismos.
Dos meus filhos, nenhum me lembra tanto a mãe
quanto a Ismena, igual de feitio, de cara, igual
no temperamento intemperado, no contraste
entre a maciez habitual da sua voz suave,
baixa, amável, coisa excelente nas mulheres,
e as súbitas fúrias dela, como as da mãe
ao gritar, se ficava zangada, que nada tinha
a ver comigo, que nada queria ter a ver comigo.
Ismena tem ar de andar empenhada em mostrar
que isso de nascer não foi um favor que lhe fiz.

Onde
os risos, onde as danças, onde
o pobre louco que fui ontem? Onde
a ilusão dos grandes encontros, onde
a febre de tocar, provar, sorver e
segurar a vida como se ela fosse a festa
tão fantástica que parecia perpétua, e até era? Onde
para hoje o jogo, onde o furor do gozo
sem sentido e muito melhor por isso?

Desembarcado na velhice, desempregado de mim,
de que me serve agora descobrir
que o gozo afinal tinha sentido?
Julguei então que ver era entender: Depois,
à medida que a vida e a vista decresciam,
vi que quem não vê para fora pode ver
bastante bem para dentro. Vi
que estraguei quase tudo daquilo
em que toquei. Vi que perdi
a mulher de quem gostei. Vi
que a desiludi por eu não ser
o marido ideal, o marido
que ela sonhou e não teve
porque se enganou e me escolheu.
Rara é a noite em que não sinto
o arrepio da sua sombra fria
que não desiste e que me fixa
não como figura compassiva
mas como vingadora que só aguarda
o momento de comigo lutar
sem tréguas nem cansaços
na treva que não acaba de acabar
a noite inteira, até de madrugada.
Ontem, quando essa sombra sofredora
veio ter comigo de corda ao pescoço
a custo carregando a mala de viagem
que eu mesmo arrumara
debaixo da cama, debaixo
da nossa cama de casal,
para meu espanto falou e
disse que vinha cuidar de mim,
guiar-me no meio dos perigos
nocturnos, no meio dos confusos
atalhos do sono que para ela terminaram.
Veio, abriu aquela velha mala de viagem
em cima do tapete do quarto,
e dela foi tirando cadernos da escola
com os meus desenhos de criança,

com as minhas redações de letra redonda,
com o fulgor sem nome da infância.
Falou e disse que não sabia
porquê nem onde nem quando
nos perdemos um do outro,
nos perdemos um ao outro,
e entrámos num automóvel
nosso, outrora, um Ford
descapotável, e a sombra suspirou,
sofria de saudades, disse, sem dizer
saudades de quê, nem precisava, seriam
saudades como as minhas,
saudades de nós em novos,
saudades do tempo em que aquele carro
fora novidade, e nós acreditámos
que tudo era possível, tudo ou quase.
Enfim desapareceu. E os meus inúteis olhos,
inúteis ou próximos da inutilidade, olhos
outrora vorazes, agora inabitados, olhos
que não vêm mais para não verem de mais,
estes olhos cobardes, imperdoáveis,
acordaram afogados em lágrimas.
Porque esta minha morta não me larga
noite após dia após noite não me larga
nem mesmo se me ponho a recordar
os muitos seios e sexos e segredos
por onde se perderam estes dedos
e ainda bem que os conheci
e ainda bem que lembro
seios e sexos e segredos
e o que me deram e lhes dei.
Enquanto eu for vivendo
e for lembrando o gosto deles,
resisto à morte, ao remorso
e ao que não sei dizer:

TÍTULO: *Luise Ey und Curt Meyer-Clason als Übersetzer von Eça de Queirós' A Cidade e as Serras*

AUTORA: Renate Sellmayer de Campos
EDIÇÃO: MinervaCoimbra e CIEG
Coimbra, 2005

A presente publicação tem por base o texto, levemente refundido, da dissertação de mestrado em Literatura Alemã/Literatura Comparada que a autora apresentou à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e defendeu em Julho de 2004. Insere-se no projecto de investigação "Literatura Portuguesa Moderna e

Contemporânea em Traduções Alemãs: Teoria, História e Crítica", coordenado por Karl Heinz Delille, no âmbito do Centro Interuniversitário de Estudos Germanísticos (CIEG).

Trata-se de um estudo de crítica da tradução literária, estando em comparação duas versões alemãs do romance *A Cidade e as Serras* de Eça de Queirós, ambas com o título *Stadt und Gebirg*, a primeira da autoria de Luise Ey, publicada em 1903, a segunda de Curt Meyer-Clason, editada em 1963.

O estudo tem por objectivo, por um lado, analisar e pôr em evidência as estratégias

e as normas de tradução por que cada um dos tradutores se regeu, por outro, determinar o grau de dependência que se verifica entre a segunda e a primeira versão (sendo certo que Meyer-Clason não apenas conheceu como também usou e adaptou parcialmente a tradução de Luise Ey), finalmente, avaliar a relevância dos respectivos – e bem diferentes – contextos histórico-culturais de chegada e, *last but not least*, da criatividade linguístico-comunicativa revelada por cada um dos tradutores nestes importantes contributos para a história da recepção de Eça de Queirós na Alemanha.

TÍTULO: Actas do Colóquio "Escrita de Mulheres"

COORD.: Maria Teresa Delgado Mingocho
EDIÇÃO: MinervaCoimbra e CIEG
Coimbra, 2005

Como o título indica, os textos reunidos neste volume da série *cadernos do cieq* ocupam-se de aspectos relativos à escrita literária de autoria feminina. O primeiro

contributo, de Isabel Allegro de Magalhães, postula a existência de uma diferença de natureza entre escrita feminina (não completamente identificável com escrita feita por mulheres) e escrita masculina; os estudos seguintes (Isabel Capelo Gil, Teresa Martins de Oliveira, Luísa Afonso Soares, M. Teresa Delgado Mingocho) ocupam-se de obras escritas por mulheres entre os finais do século

XIX e o início do século XXI, nuns casos analisadas tendo como pano de fundo o postulado da "escrita feminina", noutros lidas sobretudo como prática do discurso literário levada a cabo por mulheres numa concreta situação histórico-social e no quadro de um determinado campo literário.

Um Lugar para a Poesia. Günter Eich e a Construção da Imagem do Poeta entre 1927 e 1959

TÍTULO: : Um Lugar para a Poesia. Günter Eich e a Construção da Imagem do Poeta entre 1927 e 1959

AUTORA: Júlia Garraio
EDIÇÃO: MinervaCoimbra e CIEG
Coimbra, 2005

O presente volume, que constitui uma versão refundida da dissertação de doutoramento da autora (Universidade de Coimbra, 2003), traça a evolução da escrita poetológica de Günter Eich (1907-1972) até 1959, ano em que o escritor foi galardoado com o prestigiado

Prémio Georg Büchner. Eich, poeta lírico e autor de peças radiofónicas de renome no meio literário alemão do pós-1945, iniciou a sua carreira literária nos turbulentos últimos anos da República de Weimar. Durante o nacional-socialismo viveu das peças de entretenimento que produziu para um eficaz meio de propaganda do regime, a rádio. Nesse período marcado por cedências, começou a questionar as possibilidades e os limites da Poesia num mundo dominado por violentas forças políticas, interesses económicos e uma imparável modernização

tecnológica. O ideal de autonomia, que até então marcara a sua produção, conjugava-se progressivamente com uma defesa da imersão do sujeito na História, posição que encaminharia o autor para uma concepção de arte não ideológica e subversiva das forças do poder. A obra eichiana, caracterizada pela constante procura de novos caminhos, não só reflecte o empenho do poeta na conquista de um espaço para a Poesia, mas também permite acompanhar momentos essenciais do desenvolvimento político-cultural da Alemanha do século XX.

TÍTULO: Petrarca 700 anos

COORD.: Rita Marnoto

EDIÇÃO: Instituto de Estudos Italianos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
Coimbra, 2005

Ficam reunidos, neste livro, 19 ensaios dedicados a Petrarca e ao Petrarquismo, precedidos por uma introdução. Trata-se das intervenções apresentadas aos dois congressos realizados em Portugal no ano de 2004, através dos quais se celebrou o centenário do nascimento de Francesco Petrarca: *O Petrarquismo entre Portugal e a Itália* (Instituto de Estudos Italianos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra) e *Petrarca 700 Anos* (Instituto Internacional da Casa de Mateus), cujas conclusões foram trazidas à Reitoria da UC por Luciana Stegagno Picchio, Sylvie Deswarte-Rosa e Rita Marnoto. Petrarca e os petrarquistas italianos tiveram uma enorme ressonância em toda a literatura portuguesa dos períodos clássicos. Aliás, a renovação do lirismo português renascentista processa-se a partir do

seu exemplo. Este volume tem a particularidade de alargar o campo de estudos a áreas cronológicas que nunca tinham sido anteriormente estudadas, como é o caso da poesia portuguesa contemporânea, e a novos territórios disciplinares, como é o caso da música, das belas-artes e da antropologia. Nele colaboram críticos portugueses, italianos, espanhóis e franceses. Todos os textos foram traduzidos, com o objectivo de tornar o seu conteúdo acessível a um público mais vasto. *Petrarca 700 anos* encontra-se dividido em quatro secções: (1) Petrarca na actualidade, (2) A afirmação do cânone na Itália do “Cinquecento”, (3) Percursos do petrarquismo na Península Ibérica e (4) O tempo de Petrarca.

(1) Parte-se do plano que com maior evidência mostra o carácter excepcional e efectivo do fenómeno petrarquista, a sua projecção até à actualidade, e não só pelo que diz respeito à literatura do século XX, como também do século XXI. São publicados textos de Luciana Stegagno Picchio, João R. Figueiredo, Xosé Manuel

Dasilva, Vasco Graça Moura, Fernando J. B. Martinho e Giulio Ferroni.

(2) A segunda secção incide sobre o processo histórico-literário que faz de Petrarca pedra-angular do sistema do classicismo, nos mais diversos campos da arte e da cultura, com intervenções de Gian Mario Anselmi, Roberto Gigliucci, Manuel Cadafaz de Matos e Amedeo Quondam.

(3) A terceira parte é dedicada à malha onde se articulam várias perspectivas do petrarquismo português e de outros petrarquismos da Península Ibérica, um campo de pesquisa rico em cruzamentos e hibridações, conferindo também relevo às artes plásticas e à música. Colaboram Rita Marnoto, Maria Manuela Toscano, Sylvie Deswarte-Rosa, Soledad Pérez-Abadín Barro, Maria Manuel Baptista, Hélio J. Alves e Giulia Poggi.

(4) Encerra a obra uma secção que lança um olhar sobre o tempo de Petrarca, no aspecto filosófico e literário, cujos textos foram escritos por Leonel Ribeiro dos Santos e Giona Tuccini.

Esta danada caixa preta só a murro é que funciona

TÍTULO: Esta danada caixa preta só a murro é que funciona

COORD.: CITAC

EDIÇÃO: Imprensa da Universidade
Coimbra, 2006

A afirmação colhida na obra de Alexandre O'Neill titula a publicação em livro que comemora os 50 anos do CITAC. A peça desenhada em forma de caixa convoca-nos para o domínio do *objecto-livro*, e este desafia conquistar às memórias no tempo múltiplos testemunhos, e fazê-los, em si, coleccionar.

Tudo, porque recordar é sempre um acto convulsivo, e faz de um *livro de memórias* um recanto inacabado; sempre aberto a novos acolhimentos; – uma gaveta de, e para, os nossos afectos. É já exemplo dessa prolifera valorização a peça de teatro, inédita, “Os sapatos”, de Yvette Centeno, que, em forma de suplemento (convidando à encenação), se inscreve na edição enunciada.

Para cada década, expressa o livro em: *Percursos* – a produção artística (eventos e outros efeitos colaterais que a ela,

em nevrálgicas socializações, se fizeram ancorar); Sumaria: *Memórias* – (documentos textuais, fotográficos e mesmo plásticos). Expõe: *Testemunhos* – (arquipélago de contributos vivenciados. Recorrem estes à esculturalidade que os diferentes tempos modelam).

Em suma, é esta obra um objecto vestibular, momento primeiro, desafiador de um estudo continuado para a construção da história de uma das comunidades artístico-universitárias mais originais do seu tempo.

O U T U B R O

1 de Outubro a 9 de Novembro:

- **“Alta entre Vistas”**

Exposição
Galeria do Museu Antropológico

11 a 31

- **I Encontro do Livro Universitário**
Coimbra Editora

13 de Outubro a 25 de Novembro

- **Festival de Música de Coimbra - 2006**

16 a 21

- **VII Festa do Cinema Francês**
TAGV

19 a 21

- **VI Colóquio da Associação Hispânica de Literatura Medieval**
Arquivo da UC

21 a 23

- **Física para todos, com poesia à mistura**
Aniversário de Rómulo de Carvalho
Café Santa Cruz

24

- **“Peut-être”**

Novo Circo
TAGV, 21h30

26

- **Apresentação pública da Rua Larga 14**
Livraria FNAC
("Fórum", Sta. Clara), 18h00

26

- **“Escriteiras”, com Teolinda Gersão**
TAGV (café-teatro), 18h00

30 e 31

- **“Physicomic”**

Encerrado para Obras / Museu de Física
TAGV, 21h30

N O V E M B R O

2 a 4

- **Jazz ao Centro**
TAGV, 21h30

7

- **Jornadas de História da Universidade**
Arquivo da UC, 9h30

9 e 10

- Congresso **“LATINEUROPA”**
Faculdade de Letras

21 e 22

- **Cultura e Comunicação Social**
Colóquio de Outono da UC
Auditório da Reitoria

21

- **Recital de canto e piano** (Mozart)
Biblioteca Joanina, 21h30

21 de Novembro a 31 de Dezembro

- **Exposição de fotojornalismo de cultura**
Sala do Exame Privado (Reitoria)

22

- **Jacinta**
TAGV, 21h30

27 a 30

- **V International Conference on Forest Fire**
Figueira da Foz

27 e 28

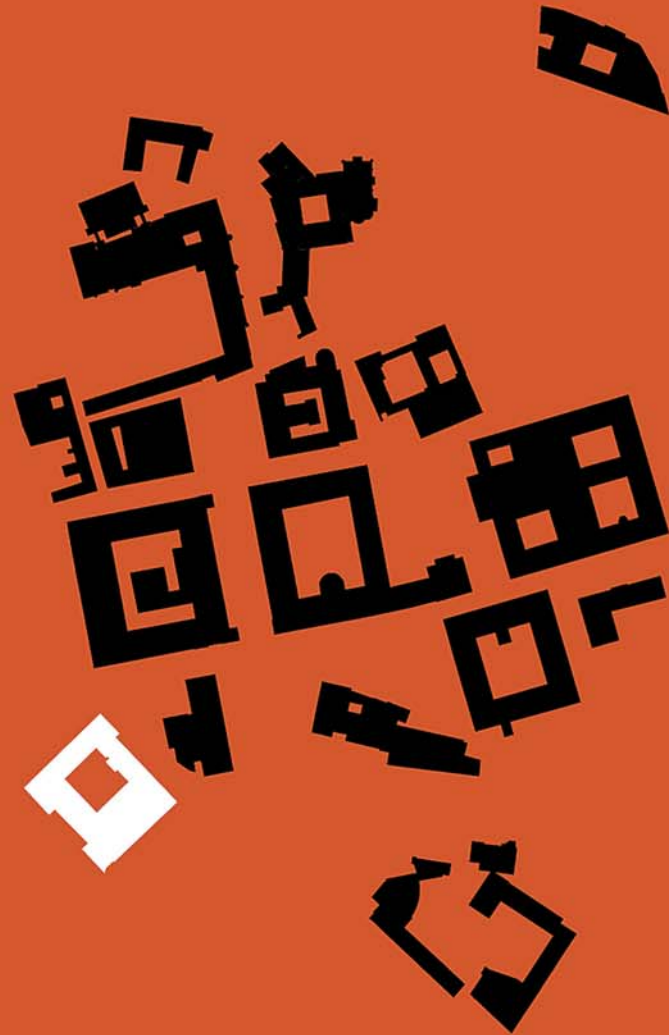
- **Gargalhada de Yorick**
Teatro Instável
TAGV

EXPOSIÇÃO

22 DE SETEMBRO / 9 DE NOVEMBRO

GALERIA DO MUSEU ANTROPOLÓGICO

UNIVERSIDADE DE COIMBRA



ALT *entre* VISTAS

prémio

UNIVERSIDADE DE COIMBRA

PATROCÍNIO DO BANCO SANTANDER-TOTTA
APOIO DO JORNAL DE NOTÍCIAS
EDIÇÃO DE 2007

© UC • GCI • IVE • 2006 • Foto: João Armando Ribeiro • Design: António Barros

DESTINATÁRIO DO PRÉMIO:
PERSONALIDADE DE
NACIONALIDADE PORTUGUESA
QUE SE TENHA DISTINGUIDO
POR UMA INTERVENÇÃO
PARTICULARMENTE RELEVANTE
E INOVADORA NAS ÁREAS
DA CULTURA OU DA CIÊNCIA

VALOR DO PRÉMIO:
25 000 EUROS

APRESENTAÇÃO DAS CANDIDATURAS:
ATÉ 21 DE NOVEMBRO DE 2006

MAIS INFORMAÇÕES:
<http://www.uc.pt/premiouc>
premiouc@ci.uc.pt



RUA LARGA

REVISTA DA REITORIA DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Assinatura anual da Revista Rua Larga: Assinatura Anual (4 números) • Estudantes e Antigos Estudantes da UC: 15 € (IVA incluído) • Outros: 18 € (IVA incluído) • Avulso (cada número): 5 € (IVA incluído)
Números Anteriores: 5 € (IVA incluído)

Os preços incluem os portes de correio nacionais.

A assinatura anual inclui a entrega dos quatro exemplares. A assinatura pode ter lugar em qualquer altura do ano, passando a anuidade a contar a partir desse momento, independente do ano civil.

Para assinar a Rua Larga contactar a Associação dos Antigos Estudantes da Universidade de Coimbra, Largo da Portagem, 27, 4.º, 3000-337 Coimbra. Telefone: 239824810. Email: aaecoimbra@sapo.pt

Assinaturas pela internet em www.uc.pt/rualarga

NOVAS TIPOLOGIAS DE RELACIONAMENTO COM A UNIVERSIDADE DE COIMBRA

A Universidade de Coimbra promove, dinamiza e apoia o estabelecimento de relações, projectos e parcerias com o mundo exterior, contribuindo para a aproximação e aprendizagem recíprocas.

Nesse sentido, encontram-se definidas diferentes formas de relacionamento, incluindo a utilização de marcas próprias, onde se incluem as seguintes:



Parceiro: As entidades *Parceiras* ligam-se umbilicalmente à Universidade de Coimbra através de uma relação mutuamente aprofundada, desenvolvendo em conjunto projectos diversificados, de dimensão e impacto significativos.



Aliado: As entidades *Aliadas* assumem uma relação de proximidade com a Universidade de Coimbra, que as apoia e acompanha em diferentes iniciativas e na resolução de problemas específicos.

mais informações em <http://www.uc.pt/gats>



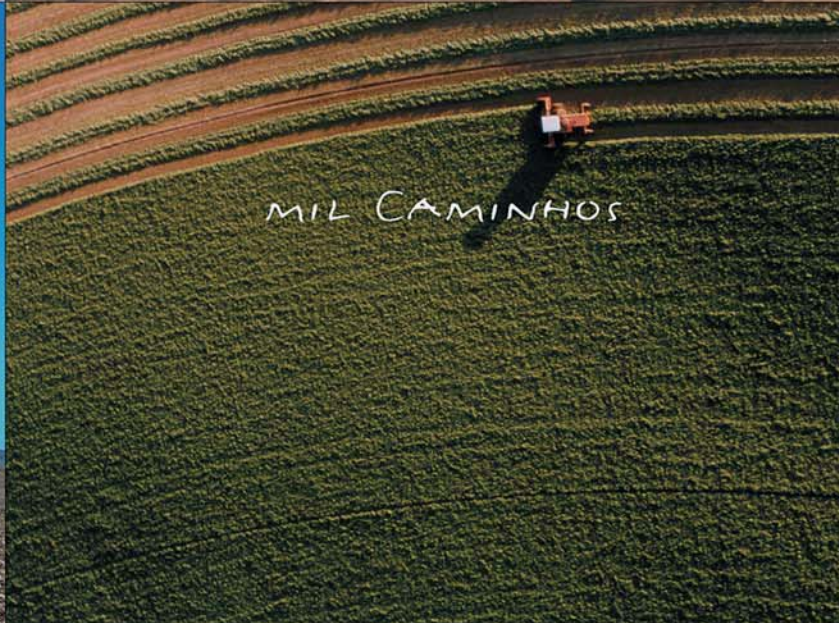
totta

**Caixa Geral
de Depósitos**

universia

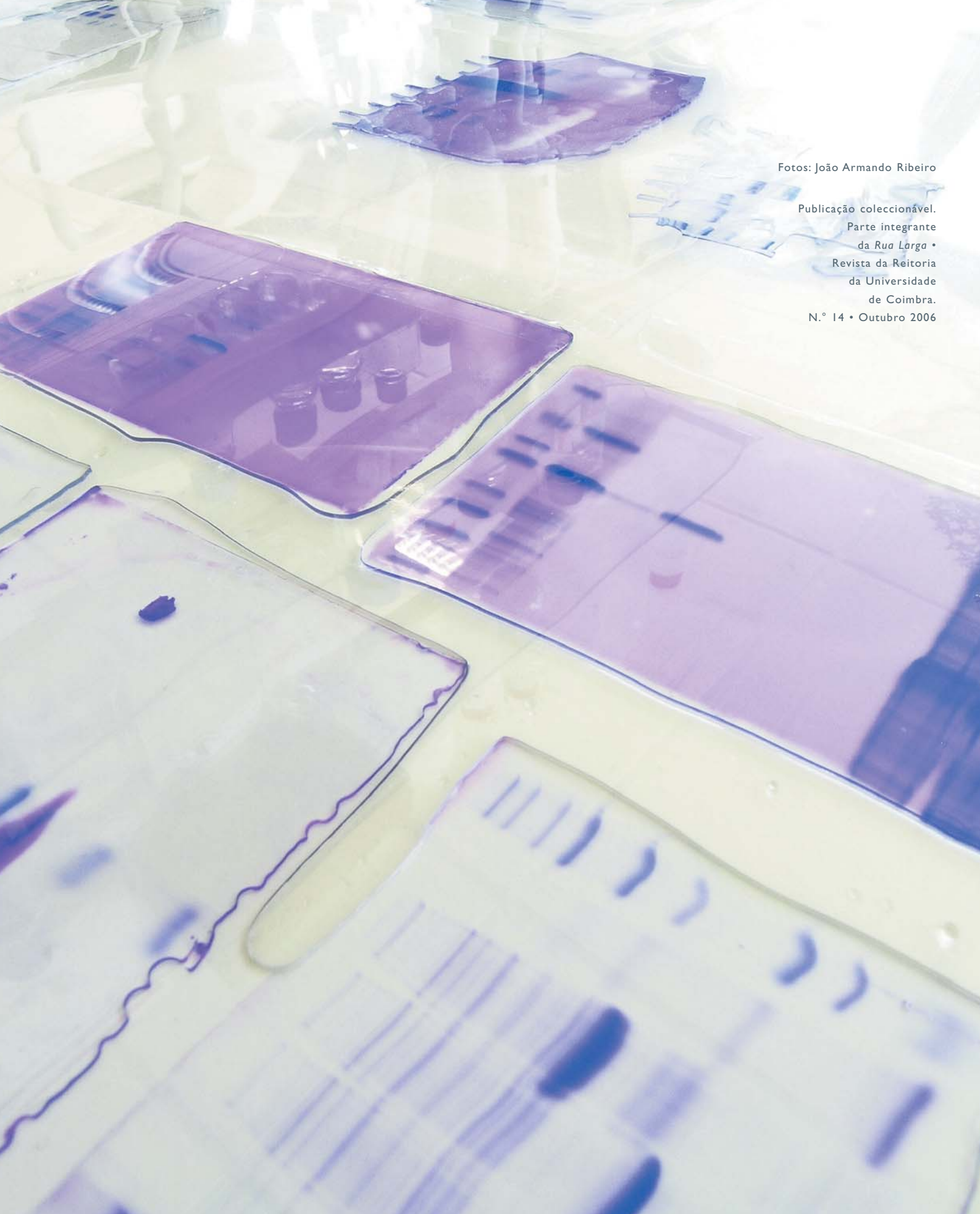


bluepharma
Indústria Farmacéutica, S.A.



Millennium
bcp

A vida inspira-nos



Fotos: João Armando Ribeiro

Publicação colecionável.

Parte integrante

da *Rua Larga* •

Revista da Reitoria

da Universidade

de Coimbra.

N.º 14 • Outubro 2006

Transferências do Saber@UC

Saber Transferir Saber

Quando, em Outubro de 2004, recebi o convite do Magnífico Reitor da Universidade de Coimbra para integrar a sua equipa, enquanto Pró-Reitor para a Prestação de Serviços Especializados, Ligação ao Exterior e Gestão da Inovação e da Qualidade, estava consciente dos desafios e das responsabilidades existentes nesta área de actuação, mas ainda assim longe de ter a noção de quão gratificante se poderia revelar.. Importava, sobretudo, cumprir uma estratégia de actuação concertada, com visibilidade, que aproximasse o mundo empresarial (e outras entidades externas) da nossa universidade, com vantagens mútuas.

O trabalho de campo na busca de relacionamentos é feito a partir do GATS•UC – Gabinete de Apoio às Transferências do Saber [*vide*, neste mesmo caderno temático, o artigo “GATS•UC”, de Jorge Figueira] – e devo confessar que quanto melhor percebemos o potencial existente neste domínio, mais são as oportunidades que surgem e que procuramos afincadamente aproveitar. A evolução da actuação deste gabinete contribui para que a UC se situe na vanguarda da oferta de conhecimento e na formatação de unidades de interface catalisadoras deste tipo de colaborações, procurando implementar as boas práticas existentes a nível internacional.

Por outro lado, o GATS•UC tem assumido um papel de charneira na promoção de redes de competências na área da inovação e das transferências do conhecimento, envolvendo entidades de referência nacionais e estrangeiras, procurando um correcto e atento posicionamento junto aos actores deste tipo de dinâmicas.

Projectos de sucesso e para o futuro

Dada a riqueza, diversidade e qualidade reconhecida da investigação que aqui é realizada, é necessário manter uma especial atenção ao nível do património intelectual, protegendo-o adequadamente, proporcionando condições para a comercialização de patentes ou para o aparecimento de novas empresas [*vide* o artigo “E não se pode exterminá-las?”, de Nuno Miguel Silva].

Como consequência da sua visão integradora, a Reitoria tem dinamizado o espírito de iniciativa através da organização de vários eventos, dos quais se destaca o Curso de Empreendedorismo de Base Tecnológica. A ideia de se estabelecer este envolvimento foi a de ganhar massa crítica através da mobilização destas universidades e da maior associação empresarial da Região Centro. Pretende-se concretizar a criação de empresas com empreendedores qualificados e competentes a partir de tecnologias desenvolvidas nas universidades em causa e que tenham um impacto importante no tecido económico. A importância deste Curso foi reconhecida pela presença do actual Presidente da República na sua sessão de encerramento, que decorreu no auditório da Unidade Pedagógica Central do Pólo II, em 20 de Junho do corrente ano.

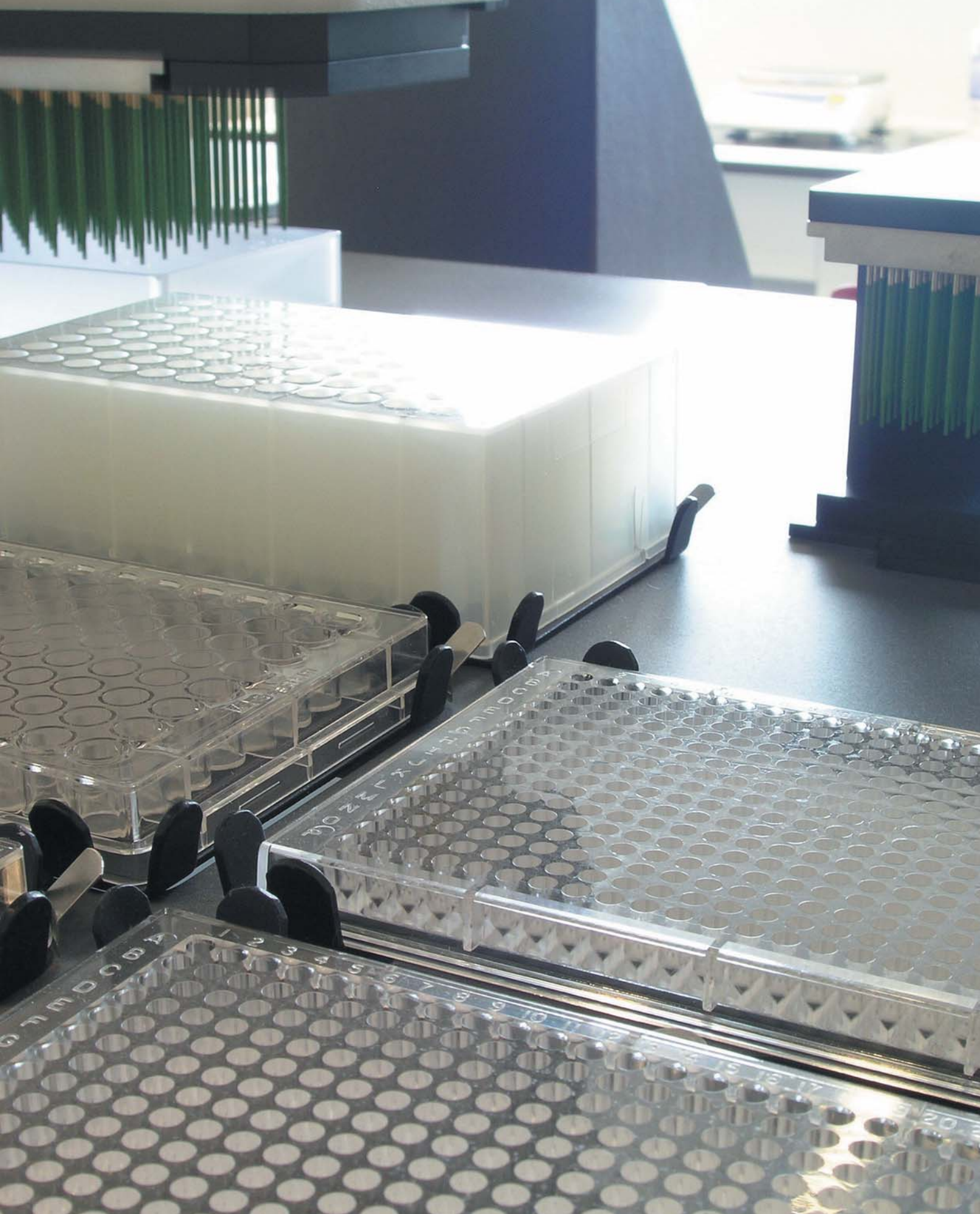
Muito em breve, o GATS•UC contará com uma equipa reforçada, devido à aprovação da candidatura OTIC – Oficina de Transferência de Tecnologia e de Conhecimento – pela Agência de Inovação (AdI), o que permitirá uma gestão ainda mais eficiente dos processos em curso, alargando o número de acções a realizar.

Espera-se igualmente que venha a ser aprovada outra candidatura apresentada à AdI, referente à criação de Centros de Competência a nível nacional e que juntará a Universidade e cerca de 20 outras entidades na área de “Healthcare & Medical Solutions”.

A nível europeu, a Universidade foi integrada num projecto que foi aprovado pela União Europeia e que diz respeito à constituição de uma rede transeuropeia na transferência do conhecimento e inovação. Esta rede irá, num espaço de dois anos, procurar identificar e transferir 200 projectos de I&D nas áreas da Saúde e TIC, amadurecidos nas universidades e centros de investigação, para outras tantas PME, interessadas em incorporá-los na sua cadeia de valor.

Julgo que os aspectos atrás focados são um motivo de satisfação para a nossa universidade e são, certamente, parte do tal estímulo gratificante que leva esta equipa a continuar o seu trabalho diário.

Fernando Guerra
Pró-Reitor para a Prestação de Serviços Especializados,
Ligação ao Exterior e Gestão da Inovação e da Qualidade





GATS•UC

Contributos para o cumprimento dos Estatutos da UC

“...a Universidade de Coimbra (...) é uma instituição dedicada à criação, transmissão, crítica e difusão da cultura, ciência e tecnologia (...) que especificamente visa (...) a cooperação com a comunidade, numa perspectiva de valorização recíproca”.

in Estatutos da Universidade de Coimbra

Quando a presente equipa reitoral definiu os eixos de intervenção para o seu mandato, ficou desde logo clara a aposta no reforço da aproximação da Universidade de Coimbra à sociedade, nas suas diferentes valências. A nomeação de um Pró-Reitor com a incumbência de estimular a ligação da Universidade ao exterior e a subsequente criação do GATS•UC – Gabinete de Apoio às Transferências do Saber da Universidade de Coimbra – vieram permitir a implantação no terreno de um ambicioso plano de acção numa destas vertentes: as transferências (recíprocas) de conhecimento entre a comunidade universitária e entidades externas, com especial ênfase no tecido empresarial.

Ao longo destes três anos de actividade, o GATS•UC tem procurado desdobrar-se na sua actuação, dando cumprimento à missão que lhe foi cometida. Apesar de ser uma interface com uma estrutura leve e ágil, tem tido capacidade para dar resposta positiva às várias oportunidades de colaboração que têm sido construídas. Actualmente, fruto da actividade do GATS•UC, existe um número significativo de empresas e de empresários a desenvolverem novas oportunidades de negócio ou projectos de I&D+I, em parceria com a nossa Universidade. Estas relações, que se pretendem duradouras e de valor acrescentado, abrem novos caminhos para reforçar a imagem de uma Universidade de excelência, constituindo uma entidade credível e de referência na interacção com o tecido empresarial. Esta projecção reflecte-se também no potencial de empregabilidade para todos aqueles a quem presta formação.

Comunidade universitária, empresas e região

Muitas – e muito diversificadas – têm sido as formas de actuação do GATS•UC, pois distintas se têm mostrado também as necessidades de quem recorre aos serviços deste gabinete. Estabeleceram-se parcerias e colaborações específicas com mais de meia centena de entidades externas. Estes relacionamentos surgiram de um esforço do gabinete, simultaneamente de identificação de novas oportunidades de articulação (através de um contacto próximo com empresas, autarquias e outras entidades) e de uma proximidade com as várias unidades de I&D na nossa comunidade universitária. Passados três anos, não é possível definir um padrão predominante no tipo de relação estabelecida. Algumas parcerias são promovidas procurando encontrar eventuais empresas interessadas em determinado capital intelectual existente na Universidade, enquanto outras surgem através de solicitação externa para identificação de investigadores na nossa comunidade com valências em domínios específicos.

Num trabalho conjunto entre o GATS e o GAPI – Gabinete de Apoio à Promoção da Propriedade Industrial do IPN – a UC tem procurado proteger o capital inventivo da sua comunidade. A Universidade é titular de uma carteira de oito pedidos de patentes activos, que se procuram valorizar através da prospecção de potenciais parceiros privados interessados na sua comercialização. Embora o trabalho desenvolvido tenha sido satisfatório, existe a necessidade de fazer melhor neste domínio, promovendo a sensibilização de toda a comunidade universitária para as questões de defesa da propriedade intelectual, em todas as fases de evolução de uma determinada investigação ou invenção. Neste domínio, não poderá deixar de ser referido e louvado o esforço, o empenho e o apoio dos conselhos directivos das várias faculdades. De referir igualmente o papel cada vez mais relevante que o GATS•UC tem dado à promoção do empreendedorismo, principalmente através da organização anual do Curso de

Empreendedorismo de Base Tecnológica, em parceria com as Universidades de Aveiro e da Beira Interior e com a CEC – Câmara de Comércio e Indústria do Centro. Este curso visa fornecer as capacidades, as competências e os conhecimentos associados à criação de *start-ups* de base tecnológica. Os formandos desenvolvem, durante o curso, um plano de negócio que visa explorar comercialmente a produção científica realizada nas várias unidades de I&D das universidades da Região Centro.

Concluída a segunda edição deste curso, ficaram creditadas a elaboração de 22 propostas de novas oportunidades de negócio, a promoção de 22 tecnologias desenvolvidas nas unidades de I&D das universidades, a formação de cerca de 150 participantes em ferramentas de apoio ao empreendedorismo e ainda a negociação (actualmente em curso) para a

implantação real de seis destes projectos. Face a estes resultados e ao impacto e interesse demonstrados no curso, a Reitoria está já a preparar a terceira edição.

O balanço de todas as iniciativas atrás mencionadas não pode deixar de ser positivo. Contudo, várias são as áreas a melhorar na fase de consolidação que está em curso, reforçando os procedimentos para um melhor relacionamento entre as entidades externas e os membros da comunidade universitária, numa perspectiva de valor acrescentado. Para tal, em muito contribuirá o alargamento racional da equipa do GATS•UC, permitindo aspirar a uma actuação ainda mais ambiciosa e competente.

Jorge Figueira
Coordenador Executivo GATS•UC



E não se pode exterminá-las?

As patentes na difusão e valorização social do conhecimento científico

Um estudo recente sobre a utilização da propriedade industrial em Portugal (*Estudo sobre a utilização da Propriedade Industrial em Portugal*, CISEP e INPI, Colecção “Leituras de Propriedade Industrial”, Volume I, Maio de 2003) concluiu: “Os investigadores universitários estão, em regra, pouco sensibilizados para os temas da propriedade industrial e para muitos deles a obtenção de patente e a sua colocação no mercado não é relevante.”

“As instituições de investigação não têm tido, na generalidade, políticas específicas em matéria de utilização de propriedade industrial e de gestão dos respectivos instrumentos. Recentemente nota-se, contudo, algum progresso”.

Em que se consubstancia este “progresso”? E devemos, de facto, considerar como “progresso” o estabelecimento pelas universidades de “políticas específicas em matéria de utilização de propriedade industrial e de gestão dos respectivos instrumentos” e que alguns investigadores já não considerem irrelevante “a obtenção de patente e a sua colocação no mercado”?

Estas questões, embora a muitos dos nossos parceiros europeus ou americanos pareçam absolutamente resolvidas, ainda despertam entre nós hesitações, quando não declarada repulsa ‘moral’.

Importa distinguir os fundamentos destas reacções e esclarecer a justeza do qualificativo escolhido pelos autores do estudo.

Patentes desmistificadas

Desde logo, a percepção de que a patente prejudica a livre difusão do conhecimento científico. É a partir do próprio étimo latino da palavra “patente” que vamos desmontar esta infundada crença: patente significa, na sua raiz essencial, “tornar público”. Todos os sistemas de protecção de invenções prevêm a publicação dos pedidos de patente e exigem que a descrição do invento seja completa, ou seja, que permita a um especialista na matéria reproduzir de

forma autónoma a invenção e identificar meios alternativos de resolver o problema técnico, tornando claro o efeito de estímulo à criatividade e avanço técnico que as patentes constituem.

De outra natureza é a aversão instintiva diante da perspectiva de apropriação por uma só empresa de um conhecimento colectivo, pertença de todos. Importa destrinçar o elemento “conhecimento”, que como já vimos permanece livre mediante a publicação da patente, e a exploração económica do invento num mercado concorrencial, domínio estranho à missão da Universidade. É nesta fronteira que se estabelece a transferência de tecnologia, sendo que só a sua regulamentação e gestão profissional vai permitir garantir a transparência e equidade do relacionamento investigador-universidade-empresa, a certeza jurídica e a maximização do benefício para a sociedade. A patente é aqui um factor diferenciador, de natureza temporária, que favorece as empresas que buscam na tecnologia a base da sua competitividade. São estas empresas, de perfil particular, que podem assegurar um desenvolvimento sustentado das economias regionais e nacionais e a geração de emprego altamente qualificado. É assim se justifica o “progresso” que representam as políticas de propriedade industrial das universidades e o interesse, que alguns presumiam *contra-natura*, de certos investigadores universitários pela “*obtenção de patente e a sua colocação no mercado*”. “Mercado” que não é aqui local de tráficos duvidosos, moscas nocivas e odores pútridos. É, tão-somente, o instrumento que traduz em benefícios sociais alargados a investigação académica.

Benefícios patenteados

Outras questões que por vezes se procuram ligar a esta temática não têm, a um segundo olhar, qualquer cabimento: a liberdade de investigação em nada é afectada por um relacionamento universidade-empresa responsável e regulamentado, tampouco a autonomia da universidade.

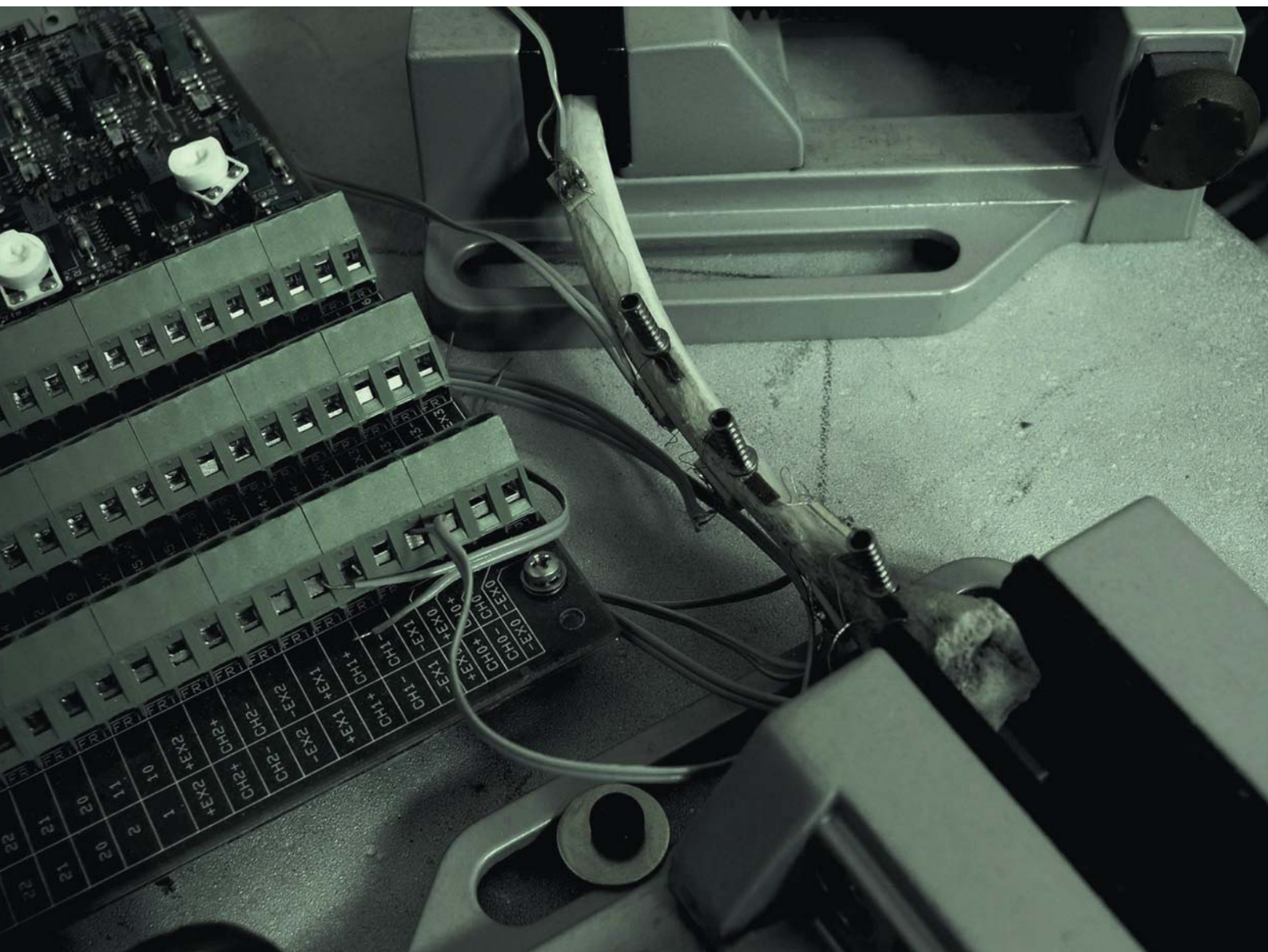
No campo do mais estrito pragmatismo, a patente é uma realidade perene que não pode ser simplesmente ignorada pelas universidades portuguesas na esperança de que desapareça ou perca importância. Pelo contrário, nos Estados Unidos, é na própria Constituição que se fundamenta este direito, o sistema de propriedade industrial é entendido como fundamental para o bem-estar das populações, resultando destas premissas um quadro de nove mil examinadores empregues pelo instituto de patentes e marcas. Na Europa, o quadro é semelhante, com o Instituto Europeu de Patentes a congregar investimentos de todos os países deste espaço.

Assim, perante a posição inequivocamente favorável à transferência de tecnologia que as universidades de outros países adoptam, a regulação da propriedade industrial torna-se num factor indispensável para protecção do investimento

público nacional em investigação, num quadro de crescente mobilidade dos investigadores e de colaboração inter-institucional. São factuais e identificáveis situações reiteradas em que resultados de investigação produzidos parcialmente com recursos nacionais são integralmente apropriados por universidades estrangeiras, devido à falta de enquadramento e de atenção que o assunto nos merece. A regulação da propriedade industrial configura-se, pois, como garantia de boa utilização dos fundos públicos.

Finalmente, também a atracção de um corpo docente e investigador altamente qualificado e motivado é favorecida pela evidência de uma abertura ao exterior que o regulamento celebra.

Nuno Miguel Silva
Director do GAPI – Instituto Pedro Nunes



Biocant

Viagem a um mundo novo

Ao longo das últimas décadas, a Biotecnologia tornou-se uma área de investigação de grande impacto económico e social. Em Portugal, o impacto foi reduzido devido principalmente à escassez de recursos humanos qualificados. Nos últimos anos, a situação alterou-se substancialmente, sobretudo a partir do momento em que o país começou a dispor de recém doutorados em áreas de Bioquímica e Biologia Molecular. Este factor, conjugado com a instalação de laboratórios de investigação de qualidade internacional, permitiu o aparecimento de uma cultura científica de vanguarda, orientada para a inovação e para a transferência de tecnologia.

É neste contexto que surge o primeiro Parque de Ciência e Tecnologia especializado em Biotecnologia e que pretende contribuir para a criação de um *cluster* de empresas e instituições de I&D de excelência na Região Centro de Portugal. Para o efeito, o Biocant Park disponibiliza um conjunto de infra-estruturas e de serviços de suporte à actividade empresarial da área de Biotecnologia, nomeadamente um Centro de I&D dotado de tecnologia avançada e de recursos humanos qualificados, lotes de terreno para construção de edifícios de empresas ou centros de I&D e programas de apoio ao empreendedorismo. Actualmente, estão em fase de instalação no Biocant Park as seguintes empresas de Biotecnologia: Crioestaminal, Biognosis, Haloris Nanotecnologias, GenePredit, GeneLab, GeneBox, VectorPharma e Biocant Ventures.

Centro de Inovação em Biotecnologia

O Biocant – Centro de Inovação em Biotecnologia – é o principal protagonista do parque, assumindo o papel de âncora do projecto. Este centro de I&D foi criado pela Câmara Municipal de Cantanhede em parceria com o Centro de Neurociências da UC e está alicerçado na forte tradição científica dos centros de investigação de excelência das Universidades de Coimbra e Aveiro.

O Biocant é composto por seis unidades laboratoriais: Genómica, Biologia Celular, Microbiologia, Biotecnologia Molecular, Bioinformática e ainda uma unidade de Serviços Avançados. A qualidade e as boas práticas científicas são um compromisso rigoroso do Biocant, sendo a actividade desenvolvida sob os princípios das normas ISO 9000 e ISO 17025 e seguindo a norma 21CFR11 da FDA para a gestão documental.

Inaugurado em Setembro de 2005, o Biocant conta já com um *portfolio* de tecnologias e projectos próprios, que evoluíram de projectos desenvolvidos em parceria com a rede de centros de investigação fundamental e com outras instituições nacionais e internacionais a que se encontra associado.

Programas de apoio ao empreendedorismo

A Biotecnologia é um sector de grande competitividade, que necessita de um forte apoio científico e financeiro que não está habitualmente acessível aos bioempreendedores. Nesse âmbito, o Biocant Park lançou um conjunto de iniciativas de apoio à valorização da actividade de I&D e ao empreendedorismo.

O programa “+ Talento” pretende criar um maior fluxo de investigadores no Centro Biocant, com o objectivo específico de suportar o aparecimento de novas iniciativas empresariais na área da biotecnologia. Este programa é dedicado a doutorados com capacidade empreendedora que pretendam realizar I&D nas áreas de intervenção do Biocant, com o objectivo de desenvolver novos produtos ou serviços.

O programa “+ Risco” é uma iniciativa do Biocant Park, em parceria com a Beta – Sociedade de Capital de Risco, S.A. –, que prevê a atribuição a cada projecto seleccionado de um prémio financeiro inicial de dez mil euros. O financiamento contempla a elaboração do plano de negócio, estudos de mercado, criação e instalação da empresa, realização de

ensaios laboratoriais e validação científica do conceito. O Biocant disponibiliza recursos humanos e equipamento científico a todas as iniciativas empresariais seleccionadas. Finalmente, a Biocant Ventures é uma empresa criada pelo Biocant Park, em parceria com a Beta S.C.R., dedicada ao financiamento de projectos em embrião, os quais, por não estarem ainda formalizados como empresas, não podem legalmente ser apoiados pelas sociedades de capital de risco. Esta empresa vai viabilizar as fases iniciais dos projectos, criando condições para ultrapassar o chamado “vale da morte”, até que aqueles se transformem em empresas, substituindo-se à função de *business angel*.

Perspectivas futuras

No futuro, espera-se que o Biocant Park seja responsável pela atracção de investimentos nacionais e internacionais na área da Biotecnologia. Para além disso, pretende-se ajudar os jovens talentos saídos da Universidade a concretizar e a valorizar as suas iniciativas empreendedoras, promovendo a fixação de profissionais altamente qualificados na Região. Até 2010, o Biocant Park pretende acolher 20 empresas de base tecnológica, criar cerca de 200 empregos qualificados e contribuir de uma forma significativa para a consolidação do *cluster* de Biotecnologia da Região Centro.

Carlos Faro
Director Científico do Biocant Park



Os desafios da Robótica Industrial

Da interdisciplinaridade à cooperação entre empresas e universidades

Os modernos sistemas de produção utilizam de forma crescente equipamentos automáticos, nomeadamente equipamentos baseados em robôs industriais. Essa é uma opção económica, que se prende essencialmente com os seguintes factores:

1 • Os robôs manipuladores podem executar tarefas de uma forma quase humana.

2 • Os robôs industriais são, de todos os equipamentos usados na Automação Industrial, aqueles que apresentam melhor índice de custo de produção por unidade de produto, em função do volume de produção, para pequenos/ médios volumes de produção. Ora, esse é o caso da esmagadora maioria das pequenas e médias empresas existentes nos países desenvolvidos ou em vias de desenvolvimento. Na verdade, dadas as características de mercado (elevada concorrência, produtos definidos em parte pelos clientes, produtos com tempos de vida curtos, exigência crescente de mais qualidade a mais baixo preço, etc.), as empresas produzem essencialmente por encomenda e não arriscam *stocks* (para além dos indispensáveis *stocks* de segurança), pelo que as produções são de pequena e de média escala. Essa é, talvez, a razão da utilização crescente de robôs em ambiente industrial.

3 • Os robôs mais evoluídos são máquinas programáveis poderosas, possuindo vários mecanismos de interface com outros equipamentos. Estas características tornam os robôs em equipamentos flexíveis por excelência, isto é, em máquinas que se podem adaptar às mais diferentes tarefas. Estas particularidades aumentam a disponibilidade dos equipamentos robotizados para alterações significativas de tarefas e operações, o que é fundamental para responder de forma ágil a alterações de mercado ou à introdução de novos produtos.

O que ainda há a fazer

A utilização de robôs em ambiente industrial não é, ao contrário do que muita gente pensa, um assunto resolvido ou uma mera questão de integração, mas coloca desafios muito interessantes, que constituem uma vasta área de Investigação e Desenvolvimento (I&D) e da qual podem resultar *spin-offs* de alta tecnologia. Esses desafios são, desde logo, motivados

pela necessidade de fazer a interface com os operadores humanos, visto que ambos terão de coexistir e de cooperar em ambiente industrial. Na verdade, nas fábricas modernas, verifica-se uma grande mistura entre trabalho humano e trabalho baseado em máquinas automáticas (robôs manipuladores e móveis, máquinas-ferramenta, autómatos programáveis, equipamentos pneumáticos e hidráulicos, etc.). Essa realidade coloca enormes desafios ao nível dos dispositivos e do *software* de interface homem-máquina (HM), desafios esses que não se encontram resolvidos e que são tema actual de I&D. É necessário tornar essa interface mais simples, mais intuitiva, menos formal e mais segura. Para além disso, o factor humano, pela sua baixa previsibilidade, tende a confrontar os sistemas automáticos com situações que são de difícil solução, nomeadamente no caso de sistemas que não podem parar com frequência e que têm de manter graus de segurança muito elevados. Isso reforça a importância das soluções de interface HM no sucesso de um sistema automático industrial.

Um outro desafio enorme é o da agilidade. Isso significa tirar partido, de forma eficiente, da flexibilidade inerente aos equipamentos modernos de automação industrial. Não é um empreendimento fácil e exige que se explorem os vários equipamentos à disposição, distribuindo tarefas e coordenando o seu desempenho. A agilidade é hoje um factor importante, dado o tempo de vida reduzido dos produtos e a necessidade de ter sistemas produtivos adaptados ao fabrico de vários tipos de produtos distintos, com vários modelos diferentes.

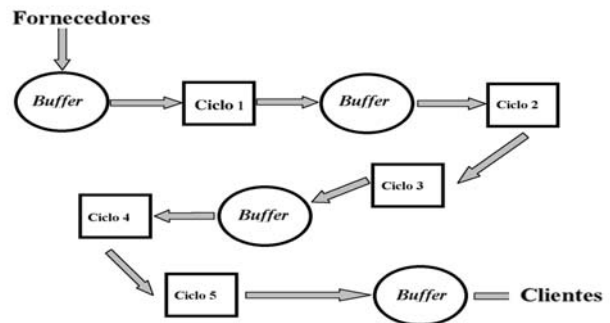


Fig. 1 – Fluxo de produtos dentro de uma instalação produtiva (exemplo).

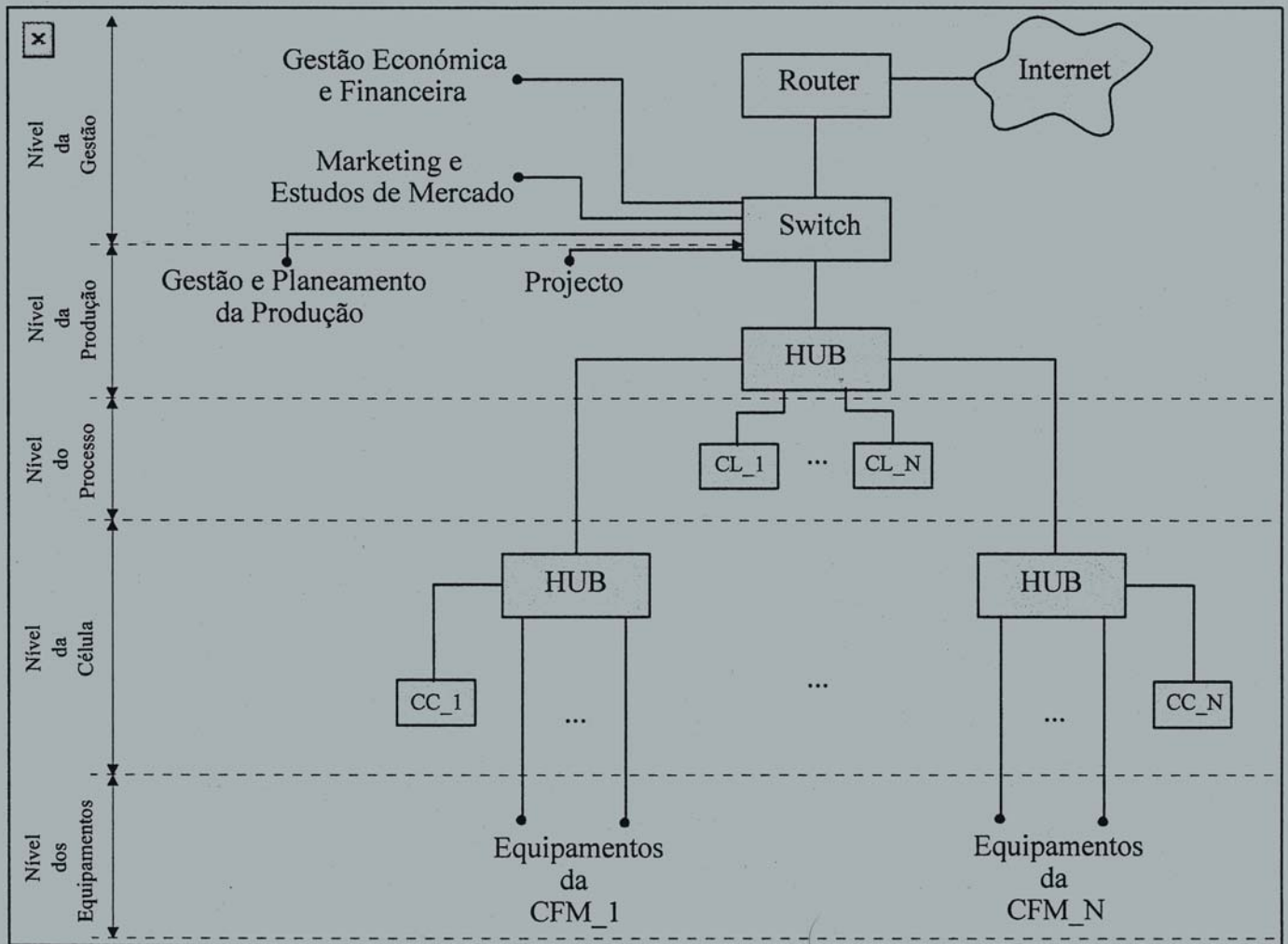


Fig. 2 – Organização do tipo CIM – *Computer Integrated Manufacturing*

Para além disso, um processo produtivo automatizado é um processo produtivo que foi estudado, identificando e racionalizando as fases desse processo. Está normalmente organizado em células de produção, onde se realiza um determinado número de tarefas sobre as matérias-primas e produtos semi-acabados, formando produtos que se aproximam sucessivamente do seu estágio final, à medida que vão passando por mais células de produção. Esta “viagem”, desde o armazém de matérias-primas até ao armazém de produto acabado, passando pelas várias células de produção – entre as quais existem, em determinadas fases de fabrico, pequenos armazéns (*buffers*) de produto semi-acabado – constitui o processo produtivo de um determinado produto (Figura 1). Para manter equilibrado e eficiente todo este processo, conseguindo níveis de produtividade elevados, é necessário ter informação detalhada e em tempo-real do que está a acontecer. Isso significa que todo o processo produtivo deve estar organizado de forma hierárquica, permitindo o fluxo de informação entre os vários níveis funcionais de uma empresa, integrando assim todo o processo produtivo. A figura 2 mostra, de maneira simplista, uma forma de organização conhecida por CIM – *Computer Integrated Manufacturing* –, que é apresentada como uma rede de informação entre os vários níveis da empresa.

Quem desenvolve equipamentos tem de ter a noção clara da maneira como se organizam as empresas modernas, de forma a adaptar os seus equipamentos para trabalharem neste tipo de ambientes, permitindo uma exploração exaustiva das suas capacidades.

Com o objectivo de exemplificar as ideias aqui apresentadas, desafio o leitor a visitar o nosso sítio na *Web* [vide *infra*], onde pode encontrar exemplos de sistemas industriais desenvolvidos para responder a alguns dos desafios mencionados e que foram instalados em empresas a operar em Portugal. Todos esses desenvolvimentos, nomeadamente a concepção da parte de robótica, foram realizados no Laboratório de Robótica Industrial, do Departamento de Engenharia Mecânica da Universidade de Coimbra.

Para além da dimensão industrial, onde os robôs são encarados como colegas de trabalho, existe a dimensão social. A robótica tem uma dimensão social muito importante. Já repararam que o mundo moderno nos exige que trabalhe-

mos cada vez até mais tarde? Até muito perto dos 70 anos? Com a idade perdemos capacidades físicas e mentais. Ora, os robôs podem ser os nossos assistentes pessoais, ajudando-nos a manter um nível de actividade interessante e competitivo, mesmo nessas idades avançadas. Esta perspectiva social da robótica é muito atractiva e cheia de potencialidades. E é também um enorme desafio científico e tecnológico, potenciador de uma actividade industrial muito interessante, pelas perspectivas de criação de valor. Daí a conclusão de que o incentivo a esta área tem importância nacional: atrai pessoas para a engenharia, permite divulgação técnico-científica e potencia o espírito inovador da população.

Os desafios colocados por aplicações industriais exigentes, em termos de desempenho e de interface com os operadores, pode ser um desafio muito aliciante, potenciador de uma actividade de cooperação entre empresas e universidades muito proveitosa para ambas as partes e para o país.

Para saber mais:

- 1 • <http://robotics.dem.uc.pt/norberto>
- 2 • “Automação Industrial”, J. Norberto Pires, ETEP-LIDEL (Edições técnicas especializadas), 2002.
<http://robotics.dem.uc.pt/norberto/ai/>
- 3 • “Welding Robots”, J. Norberto Pires *et alii*, Springer 2005,
http://robotics.dem.uc.pt/welding_robots
- 4 • “Industrial Robots Programming”, J. N. Pires, Springer 2006,
http://robotics.dem.uc.pt/robot_programming

J. Norberto Pires
Laboratório de Robótica Industrial
Departamento de Engenharia Mecânica da UC

$x_1 = R \sin \beta \sin \alpha$ $x_3 = R \cos \beta$
 $y_1 = R \sin \beta \cos \alpha$ $y_3 = R \sin \beta$
 $z_1 = z$ $z_3 = z_3$

54321
 $x_2 = R(\beta - \alpha)$
 $y_2 = R \sin(\beta - \alpha)$

$W = \frac{N \sqrt{R}}{2^m}$

279148
 "Slo"

2009012
 0000 000000000000
 500
 10
 00
 0

250
 05
 1

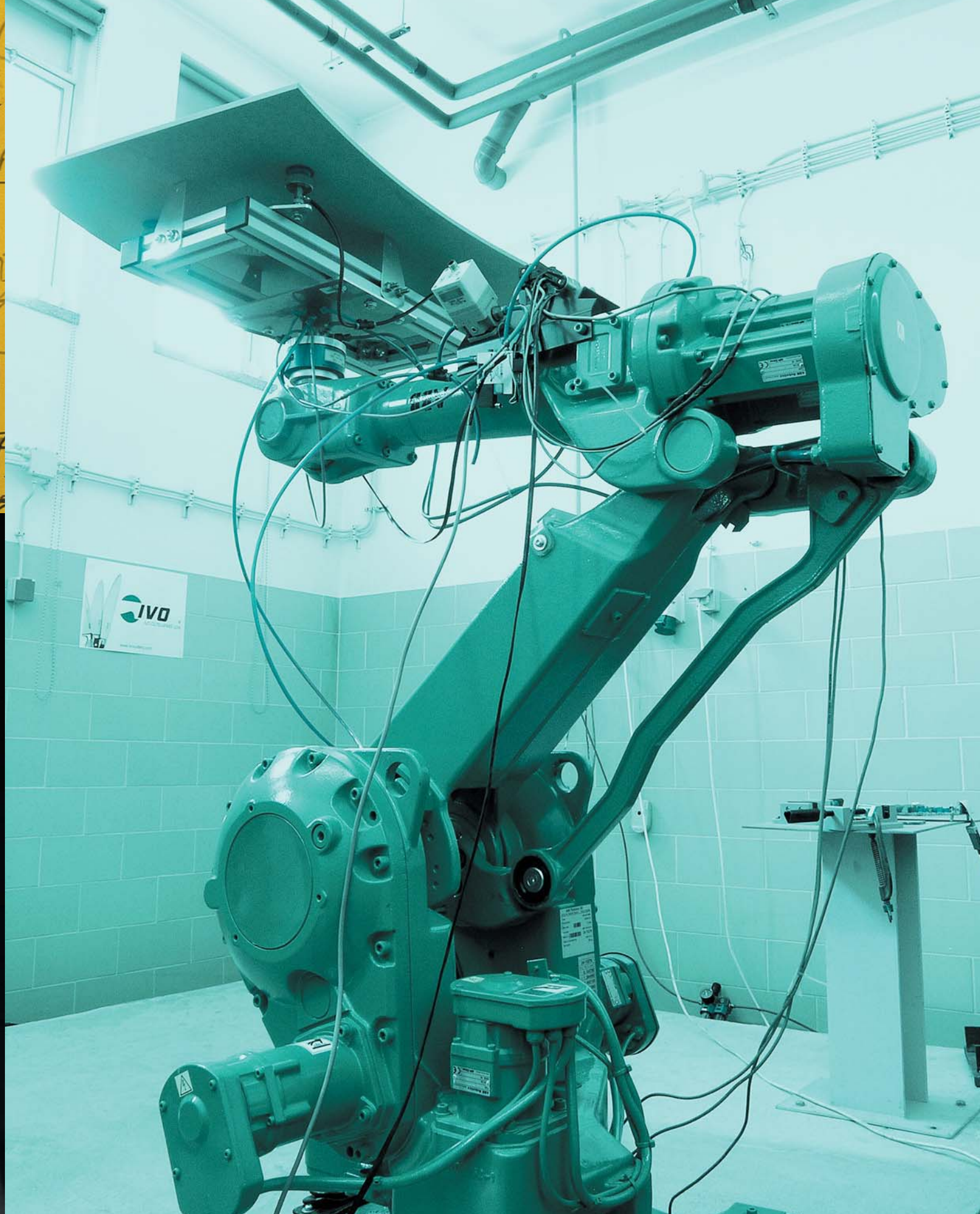
1250 12
 05 02.5
 10 02
 0 05

12
 32 917554779

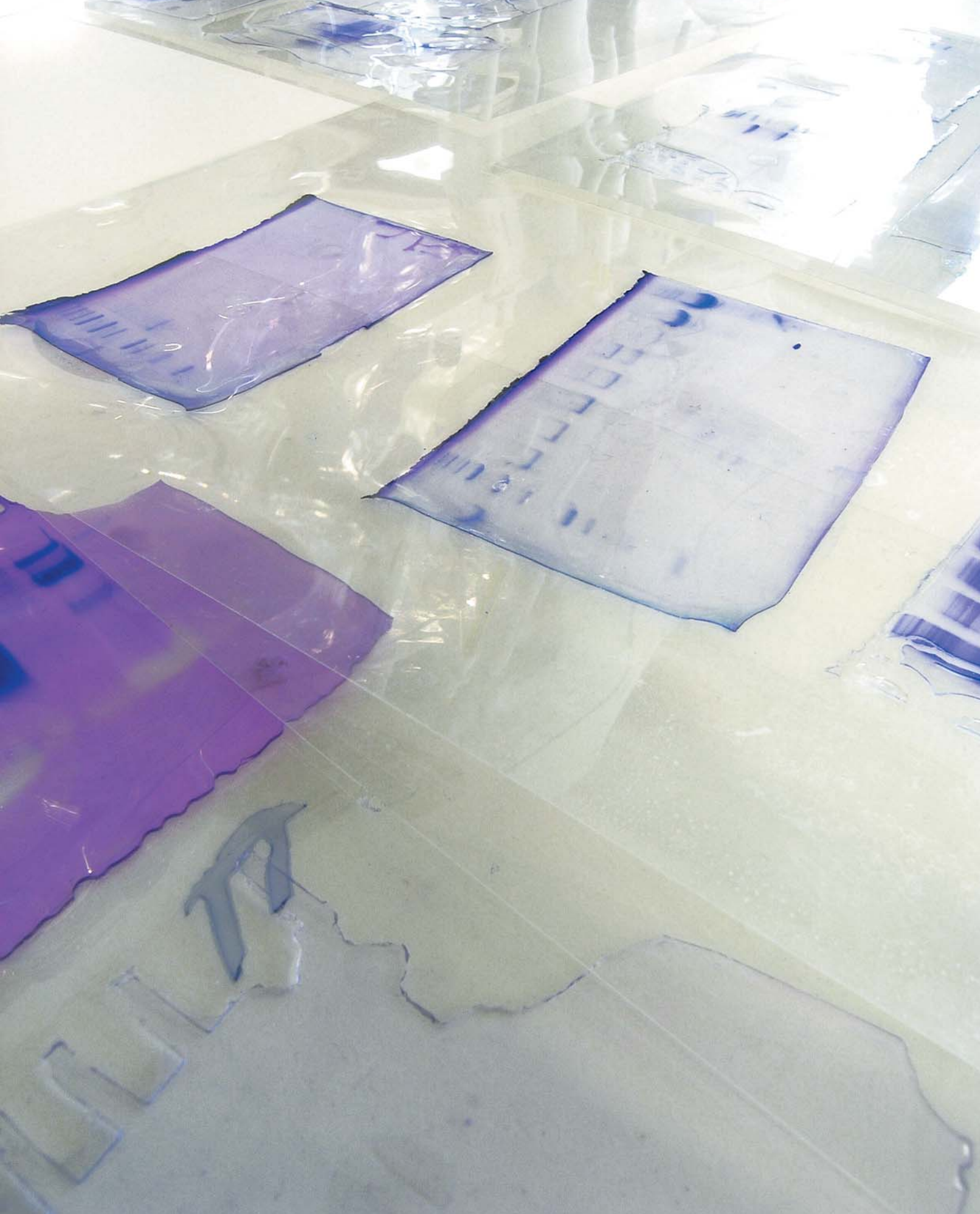
312

bc
 WEBCOM
 PLE
 +10
 VARIADON





 IVO
www.ivo.com



Deliberações do Senado

• SESSÃO PLENÁRIA DE 6 JUNHO 2006

Deliberação n.º 68 de 6 de Junho
Aprova a proposta de transferência de uma vaga de Professor Catedrático, entre disciplinas do 7º Grupo, do Quadro de Pessoal Docente da Faculdade de Medicina. A proposta (Doc. 78/2006) foi apresentada pela Faculdade de Medicina.

Deliberação n.º 69 de 6 de Junho
Aprova a proposta de redistribuição da dotação global do Quadro de Pessoal Docente da Faculdade de Ciências e Tecnologia. A proposta (Doc. 79/2006) foi apresentada pela Faculdade de Ciências e Tecnologia.

Deliberação n.º 70 de 6 de Junho
Aprova a proposta de fixação do valor das propinas de Doutoramento na Área de Ciências do Desporto e Educação Física. A proposta (Doc. 85/2006) foi apresentada pela Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física.

Deliberação n.º 71 de 6 de Junho
Aprova a proposta de fixação de numerus clausus e valor das propinas para o Curso de Pós-Graduação em Economia e Gestão das Organizações de Saúde. A proposta

(Doc. 86/2006) foi apresentada pela Faculdade de Economia.

• SESSÃO PLENÁRIA DE 5 JULHO 2006

Deliberação n.º 72 de 5 de Julho
Aprova a proposta de criação da área de Doutoramento em Estudos Artísticos, com as seguintes especialidades: Ciências Musicais, Estudos Cinematográficos e Estudos Performativos. A proposta, (Doc. 84/2006), foi apresentada pela Faculdade de Letras.

Deliberação n.º 73 de 5 de Julho
Aprova a proposta de criação da especialidade de Doutoramento em Ecologia Industrial, na área de Engenharia Mecânica. A proposta, (Doc. 94/2006), foi apresentada pela Faculdade de Ciências e Tecnologia.

Deliberação n.º 74 de 5 de Julho
Aprova a proposta de Enquadramento da Actividade de Investigação Pós-Doutorada na Universidade de Coimbra. A proposta, (Doc. 89/2006), foi apresentada pela Reitoria.

Deliberação n.º 75 de 5 de Julho
Aprova o Relatório sobre Reorganização e Reestruturação das

Bibliotecas da Universidade de Coimbra e o princípio que lhe está subjacente. A proposta, (Doc. 93/2006), foi apresentada pela Reitoria.

Deliberação n.º 76 de 5 de Julho
Aprova a proposta de concessão do título de Doutor Honoris Causa ao Senhor Doutor Herik Jayme. A proposta, (Doc. 90/2006), foi apresentada pela Faculdade de Direito.

Deliberação n.º 77 de 5 de Julho
Aprova a proposta de concessão do título de Doutor Honoris Causa ao Senhor Doutor Francisco dos Santos Amaral Neto. A proposta, (Doc. 91/2006), foi apresentada pela Faculdade de Direito.

Deliberação n.º 78 de 5 de Julho
Aprova a proposta de concessão do título de Doutor Honoris Causa ao Senhor Doutor Peter Hünerfeld. A proposta, (Doc. 92/2006), foi apresentada pela Faculdade de Direito.

• SESSÃO PLENÁRIA DE 27 SETEMBRO 2006

Deliberação n.º 79 de 27 de Setembro

Aprova o documento intitulado “Orçamento de Funcionamento para 2007” como posição do Senado da Universidade de Coimbra. Delibera enviar o documento aos Senhores:

Presidente da República, Presidente da Assembleia da República, Primeiro-Ministro e Ministro da Ciência Tecnologia e Ensino Superior.

Mandata o Reitor para apresentar em seu nome ao Presidente da Comissão de Educação, Ciência e Cultura da Assembleia da República, antes da apreciação da proposta de Orçamento de Estado, as razões do seu descontentamento.

A proposta foi apresentada pela Reitoria.

Deliberação n.º 80 de 27 de Setembro

Aprova a alteração da propina do Curso de Pós-Graduação em Dinâmicas Sociais e Riscos Naturais de € 1500 para € 1000. A proposta, (Doc. 98/2006), foi apresentada pela Faculdade de Economia.

Deliberação n.º 81

de 27 de Setembro

Aprova a fixação da propina do Programa de Doutoramento em Economia: € 1500/ano, no mínimo durante três e no máximo de cinco anos. A proposta, (Doc. 101/2006), foi apresentada pela Faculdade de Economia.

Deliberação n.º 82

de 27 de Setembro

Aprova a fixação da propina do Programa de Doutoramento em “Direito, Justiça e Cidadania no Século XXI”: € 1250/ano, até ao máximo de cinco anos. A proposta, (Doc. 102/2006), foi apresentada pela Faculdade de Economia.

Deliberação n.º 83

de 27 de Setembro

Aprova o elenco dos Cursos de Especialização, Cursos Breves e Actividades de Extensão Curricular, para o ano lectivo de 2006/2007, e respectivas Taxas. A proposta, (Doc. 104/2006), foi apresentada pela Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física.

Deliberação n.º 84

de 27 de Setembro

Aprova a proposta de transferência de uma vaga de Professor Catedrático do subgrupo de Biologia Celular para o subgrupo de Histologia e Embriologia do Quadro de Pessoal Docente da Faculdade de Medicina. A proposta (Doc. 97/2006) foi apresentada pela Faculdade de Medicina.

Deliberação n.º 85

de 27 de Setembro

Aprova a proposta de transferência de uma vaga de Professor Associado do 2º Grupo, Cineantropologia, para o 1º Grupo, Biocinética, no âmbito da 1ª Secção – Ciências da Actividade Física, do Quadro de Pessoal Docente da Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física. A proposta (Doc. 103/2006) foi apresentada pela Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física.

Deliberação n.º 86

de 27 de Setembro

Aprova a proposta de criação do cargo de Coordenador, na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. A proposta (Doc. 95/2006) foi apresentada pela Faculdade de Ciências e Tecnologia.

Deliberação n.º 87

de 27 de Setembro

Ratifica a eleição, pelos respectivos pares, do funcionário que passará a integrar a Secção de Planeamento, Gestão e Património: Licenciado Rui Pedro Ferreira Váz.

Deliberação n.º 88

de 27 de Setembro

Aprova a proposta de Regulamento para atribuição do título de Doutoramento Europeu pela Universidade de Coimbra. A proposta, (Doc. 100/2006), foi apresentada pela Reitoria.

•